

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ – UNESPAR
CAMPUS DE CAMPO MOURÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E DA EDUCAÇÃO**

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO INTERDISCIPLINAR
SOCIEDADE E DESENVOLVIMENTO – PPGSED**

ANDRÉIA RICCI DA SILVA CARVALHO

**EXISTE RELAÇÃO ENTRE DESIGUALDADE SOCIAL, POBREZA, BAIXO NÍVEL
EDUCACIONAL E INFORMALIDADE NO MERCADO DE TRABALHO?
Uma análise estatística e econométrica para o Brasil do ano de 2015**

**CAMPO MOURÃO – PR
2018**

ANDRÉIA RICCI DA SILVA CARVALHO

**EXISTE RELAÇÃO ENTRE DESIGUALDADE SOCIAL, POBREZA, BAIXO NÍVEL
EDUCACIONAL E INFORMALIDADE NO MERCADO DE TRABALHO?**

Uma análise estatística e econométrica para o Brasil do ano de 2015

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar Sociedade e Desenvolvimento (PPGSeD) da Universidade Estadual do Paraná (Unespar), como requisito parcial para obtenção do título de Mestre.

Área de Concentração: Sociedade e Desenvolvimento.

Orientadora: Dra. Janete Leige Lopes

CAMPO MOURÃO – PR

2018

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

C331e Carvalho, Andréia Ricci da Silva
Existe relação entre desigualdade social, pobreza, baixo nível educacional e informalidade no mercado de trabalho? Uma análise estatística e econométrica para o Brasil do ano de 2015 / Andréia Ricci da Silva Carvalho. - Campo Mourão, PR, 2018. 103 f. : il. col

Orientador: Prof^a. Dr^a. Janete Leige Lopes.
Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual do Paraná, Campus de Campo Mourão, Centro de Ciências Humanas e da Educação, Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar Sociedade e Desenvolvimento, 2018.

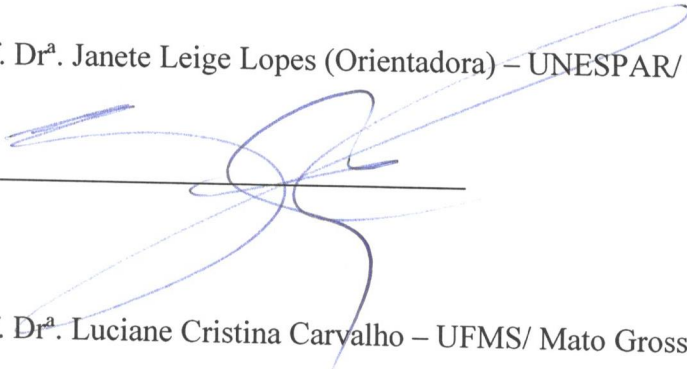
1. Desigualdade social. 2. Pobreza. 3. Capital humano. 4. Mercado de trabalho - Informabilidade. 5. Mercado de trabalho - Qualificação profissional. I. Lopes, Janete Leige, orient. II. Universidade Estadual do Paraná. Campus de Campo Mourão. Centro de Ciências Humanas e da Educação. Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar Sociedade e Desenvolvimento. III. Título.

CDD 22.ed. 331

ANDRÉIA RICCI DA SILVA CARVALHO

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr^a. Janete Leige Lopes (Orientadora) – UNESPAR/ Campo Mourão



Prof. Dr^a. Luciane Cristina Carvalho – UFMS/ Mato Grosso do Sul



Prof. Dr^a. Luciana Aparecida Bastos – UNESPAR/ Campo Mourão



Data de Aprovação

06/03/2018

Campo Mourão – PR

Dedico esta dissertação, à minha filha Vitória, a qual apesar da ausência soube compreender a importância de vencer mais esta etapa em minha vida.

AGRADECIMENTOS

A oportunidade de cursar um programa de mestrado é a concretização de um sonho que sempre esteve distante, mas que agora torna-se realidade.

Esta caminhada no programa de mestrado interdisciplinar da PPGSed, me proporcionou a aquisição de conhecimentos além das fronteiras de minha formação acadêmica, sendo possível compreender a importância da soma de conhecimentos dos diferentes campos do saber, para se chegar a solução de grandes problemas, o que somente é possível a partir da união dos esforços de todos.

Assim, primeiramente agradeço, a Deus, por ter me dado a oportunidade de viver este momento, me concedendo saúde e sabedoria sem medidas, para superar todos os desafios desta etapa em minha formação acadêmica.

Oportunamente, quero tornar público meus sinceros agradecimentos a minha orientadora, Prof.^a Dr^a Janete Leige Lopes, a qual humildemente compartilhou seu imensurável conhecimento a cada orientação; aceitando o desafio de me mostrar o árduo e gratificante caminho da pesquisa, meu muito Obrigada!

Registro aqui também meus agradecimentos à Vitória, filha amada e ao esposo Edson, que pacientemente souberam esperar por minutos de atenção, compreendendo a importância desta conquista para mim.

Agradeço ainda os meus familiares que souberam compreender a minha ausência nas reuniões de família, mas de modo especial agradeço sem medidas à minha mãe; pessoa que me apoiou incondicionalmente, sem qualquer questionamento quanto a minha escolha.

Registro ainda meus sinceros agradecimentos aos colegas de turma, pessoas com as quais compartilhei momentos de alegrias e conhecimentos; companheiros de jornada os quais jamais irei esquecer! Meu muito obrigada à todos pelo apoio!

Por fim registro também meus agradecimentos a todos do programa PPGSeD; e em especial aos professores que dedicaram seu tempo na transmissão do conhecimento que serviu de alicerce para percorrer esta caminhada e chegar ao fim de mais esta etapa da formação acadêmica.

RESUMO

CARVALHO, Andréia Ricci Silva. **Existe relação entre desigualdade social, pobreza, baixo nível educacional e informalidade no mercado de trabalho?** uma análise estatística e econométrica para o Brasil do ano de 2015. 2018. 103f. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar Sociedade e Desenvolvimento. Universidade Estadual do Paraná, Campus de Campo Mourão. Campo Mourão.

Considerando os resultados do Produto Interno Bruto – PIB, nos anos de 2009 e 2010 o Brasil era a 8ª potência econômica no *ranking* mundial, o que levou o país a situar entre os 10 (dez) países com o melhor índice de crescimento econômico. Em contrapartida, esse resultado não foi suficiente para alterar os indicadores de desigualdade social existentes no país, o que se confirma com a 14ª posição de país mais desigual do mundo, segundo dados do Relatório do Desenvolvimento Humano do ano de 2015. Tem-se ainda que as riquezas e belezas paisagísticas, o desenvolvimento de diversos programas de transferência de renda, também não foram capazes de mudar o quadro de desigualdade social e com isso o estigma da desigualdade continua presente desde a colonização. Os dados estatísticos demonstraram que a desigualdade em especial a de renda ainda se faz presente no meio social, visto que um elevado contingente da população brasileira encontram-se vivendo na linha de pobreza e extrema pobreza, conseqüentemente essas pessoas também encontram-se excluídas do mercado de trabalho formal. Aliada a essa triste realidade soma-se o baixo nível de escolaridade da população, corroborando de forma decisiva na falta de qualificação profissional. Neste sentido, a proposta deste estudo foi de verificar, por meio de uma análise teórico-quantitativa e econométrica, qual a relação existente entre a desigualdade social, a pobreza, o baixo nível de escolaridade e o mercado de trabalho informal. A base de dados utilizada foi a da PNAD – Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílio, do ano de 2015. Os resultados que foram obtidos por meio das análises estatísticas, foram comparados com os resultados de outras pesquisas, sendo possível verificar-se que do total da população economicamente ativa, um percentual significativo desses trabalhadores que foram segregados e hoje se encontram na linha de pobreza e extrema pobreza, desempenham suas funções no mercado de trabalho informal, em virtude da falta de formação escolar adequada e qualificação profissional, sendo assim barrada ou dificultada a entrada desses trabalhadores no mercado de trabalho formal. Desta forma o estudo comprovou que a desigualdade social e a pobreza segregam os indivíduos, os quais se encontram sem condições de terem acesso a um ensino de qualidade, visto que um percentual de trabalhadores informais possui um acentuado baixo nível de escolaridade que os leva a falta de qualificação profissional devido a deficiente formação escolar e falta de cursos de aperfeiçoamento deixando esses trabalhadores com dificuldades de acesso ao mercado de trabalho formal.

Palavras Chave: Desigualdade Social, Pobreza, Capital Humano, Mercado de trabalho informal.

ABSTRACT

CARVALHO, Andréia Ricci Silva. **Is there a relation between social inequality and poverty, low educational level and informality in the labor market?** A statistical and econometric analysis for Brazil in 2015. 2018. 103s. Dissertation. Interdisciplinary Postgraduate Program Society and Development. State University of Parana, Campus of Campo Mourão. Campo Mourão.

Considering the results of Gross Domestic Product - GDP, in 2009 and 2010 Brazil was the 8th economic power in the world ranking, which led the country to rank among the 10 (ten) countries with the best growth rate. On the other hand, these performances weren't enough to change the indicators of social inequality in the country, which is confirmed by the 14th place in the most unequal country in the world, according to the Human Development Report for the year 2015. Riches and landscape beauties, the development of several income transfer programs, it has not been able to change the picture of inequality, therewith, the stigma of inequality is still present since colonization. Statistical data showed that inequality, especially income inequality, is still present in the social environment, since a large contingent of the Brazilian population is living on the poverty line and extreme poverty, consequently these people are excluded from the formal labor market. Allied to this sad reality is added the low level of schooling, corroborating in a decisive way in the lack of professional qualification. In this way, the purpose of this study was to verify, through a theoretical-quantitative and econometric analysis, which the relation between social inequality, poverty, low level of schooling and the informal labor market. The base of data to be used is PNAD - National Household Sample Survey, in 2015. The results obtained through of statistical analysis were compared with the result of other researches. It is possible to verify that of the total economically active population, the significant percentage of these workers who were segregated and today are at the poverty line and extreme poverty, perform their jobs in the informal labor market, due to the lack of adequate school education and professional qualification, thus hindering or impeding the entry of these workers in the formal labor market. In this way, the study showed that social inequality and poverty segregate individuals, who are unable to access quality education, since a percentage of informal workers has a marked low education level that leads them to lack of professional qualification due to deficient school education and lack of improvement courses leaving these workers with difficulties of access to the formal job market.

Keywords: Social Inequality, Poverty, Human Capital, Informal Labor Market

LISTA DE FIGURAS E TABELA

Figura 1 – Brasil: Total da população, segundo a faixa etária.	56
Figura 2 - Brasil: Total da população brasileira economicamente ativa.....	57
Figura 3 - Brasil: Total da população ocupada dividida, segundo sua inserção no mercado de trabalho formal/informal	59
Figura 4 – Brasil: Total da população de trabalhadores no setor formal e informal segundo a área de residência	60
Figura 5 – Brasil: População de trabalhadores no setor formal e informal segundo o sexo.	63
Figura 6 – Brasil: População de trabalhadores no setor formal e informal segundo a cor ou raça.....	65
Figura 7 – Brasil: População de trabalhadores no setor formal e informal segundo o grau de escolaridade.	67
Figura 8 – Brasil: População de trabalhadores no setor formal e informal segundo a renda.....	71
Figura 9 – População de trabalhadores segundo o grau de escolaridade e a renda recebida.....	73
Tabela 1 – Efeitos marginais das regressões <i>Probit</i> para a probabilidade de um trabalhador estar inserido no mercado informal de trabalho – PNAD 2015.....	79

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
CAPÍTULO 1	11
DESIGUALDADE SOCIAL E POBREZA NO BRASIL	11
1.1 ORIGENS, CAUSAS E CONSEQUÊNCIAS DA DESIGUALDADE SOCIAL E DA POBREZA NO BRASIL	11
1.2 RELAÇÃO ENTRE A DISTRIBUIÇÃO DE RENDA E DESIGUALDADE SOCIAL	17
1.3 AUSÊNCIA DE UMA POLÍTICA FISCAL-TRIBUTÁRIA, JUSTA	19
1.4 AUSÊNCIA DE SERVIÇOS BÁSICOS DE SANEAMENTO, SAÚDE E TRANSPORTE PÚBLICO	21
1.5 FALTA DE ACESSO À EDUCAÇÃO DE QUALIDADE	23
1.6 OS REFLEXOS NEGATIVOS DA CORRUPÇÃO NAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS	25
CAPÍTULO 2	28
EDUCAÇÃO E DESIGUALDADE SOCIAL NO BRASIL	28
CAPÍTULO 3	39
O MERCADO DE TRABALHO INFORMAL NO BRASIL	39
CAPÍTULO 4	51
PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS E BASE DE DADOS	51
4.1 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	51
4.2 BASE DE DADOS	53
CAPÍTULO 5	55
ANÁLISE ESTATÍSTICA E ECONOMETRICA DO PERFIL DO TRABALHADOR FORMAL E INFORMAL NO BRASIL	55
5.1 ANÁLISES ESTATÍSTICA DO PERFIL DO TRABALHADOR FORMAL E INFORMAL NO BRASIL	55
5.2 MODELO ECONOMETRICO DA PROBABILIDADE DE UM TRABALHADOR ESTAR INSERIDO NO MERCADO DE TRABALHO INFORMAL	73
CONSIDERAÇÕES FINAIS	80
REFERÊNCIAS	88

INTRODUÇÃO

O Brasil segue um traço histórico de desigualdade na distribuição de renda, que o conduziu, desde a sua colonização a um quadro de extrema pobreza; agravado mais tarde com o processo de modernização e desenvolvimento que teve início a partir da Proclamação da República (BARROS, et al., 2000).

Atualmente observa-se que apesar do avanço econômico e social ocorrido no país nas últimas décadas, os índices de miséria, de diferenças entre as classes sociais, de dificuldade de acesso e manutenção à educação, em especial a educação de qualidade, bem como os problemas com os serviços da saúde pública, revelaram um aumento da pobreza e da miséria ao longo dos anos.

Não obstante o Brasil tenha figurado entre os anos de 2009 e 2010, como a 8ª potência econômica mundial; com um PIB (Produto Interno Bruto) entre as 10 maiores economias a nível global; esse crescimento econômico não foi suficiente para resolver o problema da desigualdade social, a qual se faz presente revelando-se como um produto das relações sociais, conforme apontam os dados do relatório da ONU (Organização das Nações Unidas), divulgado ano de 2010, tendo o país ocupado o 3º pior índice de desigualdade no mundo; segundo se observa pelo expressivo contingente de pessoas vivendo na pobreza e extrema pobreza.

A pobreza como consequência da desigualdade social traz graves problemas sociais e segundo Costa, (2007), é um fenômeno de alcance mundial, que desafia governantes que se propõe a adotar medidas que sejam capazes de reverter essa caótica situação que tanto aflige as populações.

Nesse contexto, em que o fenômeno da pobreza é consequência da desigualdade de renda e se faz presente desde a colonização, emerge após a abolição da escravatura, um contingente de homens livres e libertos, que não lograram êxito em integrar os setores fortes da economia, ou seja, a agricultora exportadora e a indústria nascente, condicionando ao surgimento de um mercado de trabalho paralelo, inicialmente chamado de subsistência¹ o qual passou a ser denominado posteriormente de mercado de trabalho informal².

¹ O conceito de subsistência utilizado no texto se aproxima do usado por Delgado (2004), que é o conjunto de atividades econômicas e relações de trabalho que propiciam meios de ocupação a uma parte expressiva da população, sem que essas relações estejam diretamente ligadas ao trabalho assalariado.

² De acordo com Noronha (2003) a expressão informalidade teve sua origem na África. E segundo Kuhn (2009, p. 4), "o trabalho informal tem raízes desde os primórdios da experiência concreta do modo de produção

Diante deste quadro, a pesquisa tem como objetivo geral verificar se no Brasil existe ou não uma relação intrínseca direta entre o fenômeno da desigualdade social, a pobreza, o baixo nível educacional e a informalidade no mercado de trabalho.

Com o intuito de investigar a existência dessa relação direta entre desigualdade social, pobreza, baixo nível educacional e informalidade no mercado de trabalho, este estudo se propõe a apresentar uma análise estatística e econométrica utilizando a base de dados da PNAD, (Pesquisa Nacional por mostra de Domicílio) do ano de 2015. Em todas as regressões foram considerados apenas os trabalhadores com idade entre 18 a 80 anos.

A justificativa da pesquisa evidencia-se na medida em que muitos estudos apontam uma relação entre desigualdade social, pobreza, baixo nível educacional e informalidade no mercado de trabalho, porém não apresentam resultados estatísticos; assim a pesquisa pretende demonstrar se de fato, existe uma relação entre estas variáveis.

O estudo divide-se em cinco capítulos. No capítulo 1, apresentam-se as origens, causas e consequências da desigualdade social, no Brasil. O capítulo 2 discorre acerca da teoria do capital humano, seu surgimento, aceitação e reconhecimento pelos expoentes do século passado e sua importância na modernidade, sendo ao final deste capítulo traçado um paralelo entre a aquisição do capital humano e desigualdade social, bem como a importância do investimento em capital humano para a colocação do trabalhador no mercado de trabalho. O capítulo 3 foi destinado à apresentação dos conceitos, desenvolvimento e crescimento do mercado de trabalho informal no Brasil e sua relação com a desigualdade social e a pobreza. A metodologia e a base de dados utilizados no estudo foi tema do 4º capítulo. No capítulo 5 são apresentados os resultados e as discussões, seguido por fim pelas considerações finais.

CAPÍTULO 1

DESIGUALDADE SOCIAL E POBREZA NO BRASIL

1.1 Origens, causas e consequências da desigualdade social e da pobreza no Brasil

A desigualdade na distribuição de renda presente na sociedade brasileira tem sido objeto de pesquisas desde a década de 1970 (PESSÔA, 2011).

Hoffmann et al. (1972), foram um dos primeiros estudiosos a demonstrar que entre os anos de 1960 a 1970, houve crescimento na desigualdade da distribuição de renda no país. Após esse período diversos estudos demonstraram que a concentração de renda reduziu significativamente a partir do ano de 1990, tornando-se mais acentuada entre os anos de 2001 a 2005 (PESSÔA, 2011).

Posteriormente, entre os anos de 2009 e 2010, o país figurou como a 8ª potência mundial, apresentando um PIB (Produto Interno Bruto), entre os 10 maiores a nível global. Posteriormente na tentativa de reduzir os índices de desigualdade social, foram desenvolvidas inúmeras ações, por meio da implantação de programas para transferência de renda³ (QUITES, 2016). Mas o Brasil no ano de 2010, ainda se destacava pela elevada desigualdade na distribuição de renda, tendo ocupado o terceiro pior índice de desigualdade no mundo; superado apenas por países como: Haiti, Madagascar, Camarões, Tailândia e África do Sul. Posteriormente no ano de 2015 figurou como o 14º país mais desigual do mundo (RDH 2010 e 2015).

Os dados divulgados pelos Relatórios de Desenvolvimento Humano dos anos de 2010 e 2015, conduzem à reflexão de que apesar da abundante riqueza natural e cultural existentes no território brasileiro, ainda existe um contingente de pessoas vivendo na pobreza e extrema pobreza, decorrência da desigualdade social, que tem sido uma característica marcante em toda a história da sociedade brasileira (CAMARGO, 2016).

A desigualdade social pode ser conceituada como um processo de diferenciação entre determinados grupos sociais, manifestando-se por meio do

³ Para maiores informações sobre os programas de transferência de renda e projetos sociais do governo acesse: <http://www.brasil.gov.br>.

aspecto; cultural, social, político entre outros. Mas também pode ser descrita como um desequilíbrio no padrão de vida de uma determinada população, presente em países não desenvolvidos e subdesenvolvidos, onde a distribuição de renda acontece de maneira desproporcional. Porém, é no plano econômico a sua face mais conhecida (PENA, 2016; CAMARGO, 2016).

O fenômeno da desigualdade social esteve presente desde o momento em que o homem passou a conviver em sociedade e dividir o seu espaço, estabelecendo-se assim uma relação de poder entre os homens (LÚCIO, 2011).

As disputas pelo poder sempre estiveram presentes na história da humanidade, pois o homem primitivo já exercia a liderança e o domínio sobre os mais fracos imperando a lei do mais forte. Nesse contexto observa-se que a desigualdade se fez presente desde o início da vida em sociedade; pois aqueles que possuíam mais força e poder de domínio se beneficiavam em detrimento dos que estavam predestinados a perder a vida nos combates ou em decorrência da fome, pois faltava-lhes os atributos necessários para o exercício da liderança (LÚCIO, 2011).

Nas sociedades primitivas a desigualdade estabelecia-se por meio de parâmetros físicos e sociais. Porém, essas diferenciações com o desenvolvimento da humanidade tornaram-se mais complexas em decorrência das mudanças operadas na sociedade, advindas das novas relações comerciais. Para Vilela (2010), a origem da desigualdade social se deu no momento em que a sociedade abandonou o modo de produção de subsistência e passou a adotar um modo de produção em larga escala, surgindo o excedente de capital, sendo este o diferencial das pessoas que passaram a deter capital além do necessário para sua subsistência.

Logo, com a ampliação das redes de relações entre os homens associado ao desenvolvimento do capitalismo, o qual se consolidou com a industrialização, as formas de desigualdade social que se faziam presentes na sociedade primitiva e medieval, intensificaram-se com a revolução industrial passando a assumir uma forma mais complexa em todas as esferas sociais, originando posições antagônicas entre os homens (LÚCIO, 2011).

No da economia destacou-se a relação entre crescimento econômico e desigualdade de renda, tendo os primeiros estudos despontado na década de 1950, com as pesquisas desenvolvidas por Simon Kuznets (1955), inaugurando as

discussões acerca da relação entre crescimento econômico e desigualdade de renda, representada na forma de U-invertido.⁴

Kuznets (1955), em seus estudos discutiu acerca da verificação sobre o aumento ou redução da desigualdade na distribuição de renda entre as pessoas na medida em que houvesse um crescimento econômico e os fatores que influenciariam essa desigualdade de renda.

Para desenvolver sua pesquisa Kuznets (1955), tomou como base os setores agrícola e industrial; analisando conjuntamente o impacto gerado pela saída dos trabalhadores do setor agrícola para o setor industrial, buscando verificar se a desigualdade de renda, dentro de um curto espaço de tempo aumentaria em decorrência do crescimento econômico, e se no longo prazo haveria um decréscimo dessa desigualdade com um progressivo aumento do crescimento econômico.

Segundo a visão de Kuznets (1955), a diferença de produtividade em regiões industrializadas atrelada a conseqüente distribuição de renda gerada, seriam dois fatores determinantes, sendo a desigualdade decorrente da diferença da renda gerada entre os dois setores já que para ele, um era menos produtivo (agrícola) do que o outro (indústria).

Dadas às controvérsias em torno do tema, diversos estudos surgiram para investigar a possível relação entre desigualdade de renda e crescimento econômico. Alguns estudos partilharam do mesmo entendimento de Kuznets, de que a desigualdade de renda estaria relacionada com o crescimento econômico.

Essa relação pode ser comprovada por Jacinto, et al. (2009), ao desenvolverem um trabalho com o objetivo de verificar empiricamente a hipótese do U invertido entre desigualdade de renda e crescimento econômico nos Municípios da Região Nordeste do Brasil, no período de 1970 a 1991. Para realização do estudo os autores utilizaram-se da análise econométrica de *cross section*⁵ juntamente com dados em painel extraídos do Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. Como resultado da pesquisa, os autores concluíram pela existência da relação entre desigualdade e crescimento econômico para os municípios da região nordeste, submetidos a análise

⁴ “Esse padrão ficou conhecido na literatura econômica como a “curva de Kuznets” (JACINCO, et al., 2009, p. 62).

⁵ Corte transversal.

no decorrer do período analisado sendo a hipótese do U-invertido de Kuznets corroborada, conforme demonstrado na pesquisa.

No mesmo sentido caminhou a pesquisa desenvolvida por Santos et al. (2011), com o objetivo de examinar a existência da relação entre crescimento econômico e desigualdade na distribuição de renda para o Brasil no período 1976-2007, por meio da aplicação da hipótese do “U-invertido” formulada por Simon Kuznets. Para obtenção dos resultados os autores adotaram o modelo econométrico Auto Regressivo de Primeira Ordem (AR1) a séries de tempo, o que foi testado mediante a utilização de dados nacionais⁶ representativos de crescimento e distribuição de renda no Brasil. Como resultado obtiveram a comprovação empírica da aplicação da teoria de Kuznets de que a relação entre desigualdade de renda e crescimento econômico para o Brasil no período pesquisado, seguiu o padrão geométrico do U-invertido, com deterioramento absoluto das rendas dos grupos menos favorecidos nos estágios iniciais do processo de crescimento.

Por outro lado, a discussão acerca da possível relação entre desigualdade de renda e crescimento econômico, nem sempre se mostrou presente, conforme se verifica nos estudos analisados os quais também testaram a hipótese de Kuznets, com distintas abordagens econométricas.

Assim, sob a perspectiva de verificar a aplicação da teoria do U-Invertido, Taques, et al. (2008), desenvolveram o estudo com o objetivo de investigar se nos Estados brasileiros e o Distrito Federal, entre os anos de 1995 e 2005, o crescimento econômico esteve acompanhado ou não do aumento da desigualdade, com posterior queda dessa desigualdade em detrimento do avanço do desenvolvimento econômico ocorrido para este período. Para realização desse estudo os autores utilizaram dados de painel⁷ e os indicadores de Gini e L de Theil-T. Como resultado final as evidências empíricas revelaram de uma forma geral que a hipótese do U-invertido de Kuznets, para os Estados Brasileiros e o Distrito Federal não se verificou nesse período de 10 anos.

Outro estudo que também não corroborou a hipótese do U-invertido foi a pesquisa realizada por Nascimento, (2015) objetivando verificar por meio de uma revisão bibliográfica a existência da relação entre crescimento econômico e a

⁶ Os dados nacionais referem-se aos índices de Gini e de Theil - T, e de Renda domiciliar *per capita* média (R\$ de 2002) para o período 1976-2007, totalizando uma série temporal de 32 observações, extraídos do sistema IPEADATA, disponibilizado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) (SANTOS, et al., 2011).

⁷ “Dados agrupados, efeito fixo, efeito aleatório e primeira diferença.” (TAQUES, et al, 2008, p. 1).

desigualdade na distribuição de renda na economia brasileira, no período de 1964 até 2011. O estudo pautou-se na revisão bibliográfica e dados das PNADS disponibilizados durante o período de 1964 a 2011.

Neste estudo o resultado apresentado por Nascimento (2015) é de que por meio da análise empírica sobre os dados da economia brasileira a partir de 1964, as diretrizes do crescimento não priorizaram o bem-estar da população. Logo, não se evidenciou a redução da desigualdade. E na década de 2000 ainda que tenha havido redução no índice de Gini e melhora na renda da população, esta se deu em virtude da implantação de programas de transferência de renda. Posteriormente a este período as medidas adotadas para aceleração do crescimento econômico resultaram no aumento da inflação e desemprego formal, agravando-se o quadro de desigualdade social.

Por fim Nascimento, (2015, p. 43) apontou que a “Teoria de Kuznets é frágil ao explicar a relação entre crescimento econômico e desigualdade de renda no Brasil, pois mesmo com baixas taxas de crescimento econômico houve aumento do índice de Gini e piora na concentração de renda brasileira.” Concluiu-se, portanto que não restou evidenciada a hipótese de aplicação do U invertido, dado o baixo poder explicativo da teoria de Kuznets na economia brasileira, para este estudo.

No Brasil o fenômeno da desigualdade social manifesta-se desde o período colonial, pois o país surgiu tendo a grande propriedade e as oligarquias rurais como base de sua economia, tendência que como analisa Baltar et al. (2006), que se mantém ao longo do tempo.

Os colonizadores após a ocupação do território brasileiro passaram a apropriar-se das terras habitadas pelos indígenas, com a finalidade de exploração das riquezas para suprir as necessidades do mercado externo (WLODARSKI, et al., 2005). O principal objetivo era a exploração dos recursos naturais. “A ideia de povoar não ocorre inicialmente, é o comércio que interessa, e daí o relativo desprezo por este território primitivo e vazio que é a América...”. (PRADO JUNIOR, 2004, p. 23).

Inicialmente os colonizadores tentaram escravizar os nativos, mas estes não se submeteram ao trabalho escravo, assim obrigaram-se a utilizar a mão de obra escrava para trabalhar nas grandes propriedades e oligarquias rurais (BALTAR, et al., 2006).

Esse sistema de exploração do trabalho escravo culminou com a desqualificação do trabalho em geral. Para LEÃO et al. (2006), a monopolização da mão de obra escrava se firmava como uma demonstração de desigualdade social, já que os negros não recebiam qualquer contraprestação pelos trabalhos prestados.

Por meio da exploração do trabalho braçal dos escravos se desenvolvia a produção dos artigos tropicais⁸ a principal fonte de recursos financeiros para o contínuo enriquecimento dos proprietários das terras (WLODARSKI, et al., 2005), desencadeando um quadro de desigualdade social sem precedentes.

Mais tarde, a comercialização dos produtos primários foi condicionada pela Coroa Inglesa mediante a abolição do tráfico de escravos, representando o marco inicial do processo de transição para o trabalho livre⁹. Segundo Cardoso, (1990), a continuidade do regime escravocrata representava um impedimento à acumulação capitalista.

Theodoro (2004, p. 87), explica que a mão-de-obra dos escravos não foi recepcionada no mercado de trabalho, sob o argumento de que a rejeição da mão de obra dos livres e libertos na condição de trabalho assalariado se dava pelo fato de que na visão do empresário capitalista “os nativos livres e libertos eram considerados inaptos ao trabalho regular” e os antigos escravos, dadas as fugas das fazendas em grandes números de negros condicionava a ideia de indolência e inaptidão ao trabalho assalariado.

Com a queda do império emerge o modelo republicano, denominado de Velha República (1889 a 1930), predominando o discurso do progresso e da modernização, mas sem melhorias na estrutura social (THEODORO, 2004).

No campo econômico desponta o limiar da industrialização com maior destaque após a Primeira Guerra Mundial, incrementando a política de imigração financiada em grande parte com recursos do erário¹⁰, fazendo predominar uma política econômica de importação voltada para o mercado externo.

⁸ Café, açúcar e algodão.

⁹ Para Eisenberg (1977, p. 251) esse período deveria ser chamado de “a modernização sem mudança”, referindo-se a um processo de modernização, mas que conservava as bases tradicionais.

¹⁰ Erário significa tesouro público, é um termo oriundo do latim, *erarium*. Erário é o dinheiro que o Governo dispõe para administrar o país (GUIMARÃES, 2016).

A partir da década de 1920, ocorrem significativas transformações nas relações de trabalho em decorrência do impulso no processo de industrialização da economia, emergindo uma divisão de classes sociais (BRUM, 1991).

Em 1929 inicia-se a crise mundial, acarretando um colapso no comércio externo, seguida da queda da Bolsa de Nova York afetando as exportações do café e agravando a situação interna de ocupação das vagas por pessoas mal colocadas no mercado de trabalho (BARRETO, 2005). Nesse momento embora o grau de industrialização tenha sido significativo, não foi suficiente para absorver a mão de obra existente no país.

Ainda em 1970, as consequências da crise econômica que iniciou com a crise do petróleo se faziam presentes, a saber, o aumento da inflação, o crescimento da dívida externa e interna e uma acentuada recessão, acarretando uma desestruturação do mercado de trabalho agravando-se com a terceira revolução industrial (THEODORO, 2004).

Essa desigualdade socioeconômica para Ivo (2012), é uma herança da modernização conservadora, a qual produziu uma massa de excluídos com dimensões sociais, políticas e institucionais capaz de legitimar o processo de acúmulo de riqueza, gerador dos padrões de desigualdade de renda extremamente elevados.

Diante desse panorama que gera inúmeros excluídos e miseráveis na sociedade brasileira, surge a questão: O que causa a desigualdade social?

A literatura tem apontado inúmeras causas da desigualdade social no Brasil, contudo as mais significativas tem sido: (i) a má distribuição de renda; (ii) ausência de Política fiscal-tributária, justa; (iii) não universalização de serviços básicos de saneamento, saúde e transporte público; (iv) ausência de educação de qualidade e, (v) corrupção. Uma discussão sucinta a respeito dessas causas será tema dos subtópicos que seguem:

1.2 Relação entre a distribuição de renda e desigualdade social

A desigualdade social é uma das características mais marcantes da estrutura social brasileira, ainda que não possa ser reduzida exclusivamente a má distribuição de renda é preponderante sua contribuição na manutenção de níveis alarmantes de

desigualdade social. Para a antropóloga Sprandel (2004), não basta o país ter um alto crescimento econômico se não houver repartição das riquezas de forma justa, o antigo modelo concentrador de rendas, terras e dilapidador dos recursos naturais, conduz à concentração de renda gerando desigualdade social entre as pessoas.

A relação que existe entre desigualdade social e má distribuição de renda, é apontada por Barros, et al. (2000) os quais discutem essa relação com o objetivo de analisar a evolução, amplitude e natureza da pobreza e desigualdade social no Brasil, durante o período de 1977 a 1998, com base nos dados extraídos das PNADs divulgados pelo IBGE. Os autores apoiaram-se na pesquisa empírica e descritiva para retratar a realidade desses fenômenos, expondo que o principal determinante da pobreza é a desigualdade na distribuição de renda e oportunidades que possibilitem a inclusão, não só econômica, mas também a social. Deste modo, concluem os autores que no Brasil não há escassez de recursos, mas desigualdade na distribuição da renda, e apesar de ter muitos pobres, o Brasil não pode ser considerado um país pobre, pois a desigualdade tem como um dos seus determinantes a má distribuição da renda.

Souza, (2016) também realizou uma pesquisa com o objetivo de analisar a concentração de renda na base mais elevada da pirâmide e adotou como período as últimas nove décadas no Brasil. Para concretização do estudo, produziu uma análise qualitativa da literatura juntamente com dados das tabulações públicas do Imposto de Renda de Pessoas Físicas (IRPF), contrastados com as informações a partir das PNADs e dos Censos, revelando estimativas acerca da desigualdade de renda entre os anos de 1926 a 2013.

A conclusão de Souza, (2016) foi de que a queda da desigualdade divulgada pelas pesquisas nos últimos anos no Brasil ocorreu apenas na base, ou seja, embora os resultados sejam positivos no que se refere a queda dos índices de desigualdade, este se deu apenas nas camadas mais pobres da população.

Logo, não houve melhora concreta das condições de vida da população mais pobre devido à contínua concentração da renda nas camadas mais ricas, já que a distribuição não se deu por meio da renda adquirida com o trabalho, mas em decorrência dos gastos dispendidos pelo Estado. Assim de acordo com Souza, (2016) a concentração da renda exerce maior influência na desigualdade quando ela é alta, ou seja, os 10% mais ricos detêm aproximadamente entre metade e 2/3 do

total da riqueza, enquanto que o restante da população, ou seja, 90% apropria-se da outra fatia, não influenciando no nível de desigualdade social existente.

1.3 Ausência de uma política fiscal-tributária, justa

O Sistema Tributário deve influenciar positivamente a distribuição de renda de modo a viabilizar a redução da concentração da renda e conseqüentemente reduzir as desigualdades sociais. Mas no Brasil, o sistema tributário não tem se mostrado eficiente e justo no que se refere à redução da desigualdade social.

É que no Brasil, ainda que a forma de constituição do sistema tributário se dê pela tributação direta a qual recai sobre o patrimônio e a renda do contribuinte, o problema reside na tributação indireta a qual apresenta um sistema regressivo, em que ricos e pobres contribuem com o mesmo valor ao adquirir um produto ou serviço.

Nessa esteira, diversos estudos têm discutido a relação entre desigualdade social e o sistema tributário. Teixeira (2016), entre os anos de 2006 a 2014, desenvolveu sua pesquisa com o objetivo de verificar se o sistema tributário no Brasil tem corroborado para o aumento das desigualdades sociais e de acordo com o estudo, no Brasil a tributação direta que incide sobre a renda e o patrimônio dos contribuintes possui um efeito progressivo¹¹ enquanto a carga tributária que incide sobre a aquisição de produtos de consumo apresenta um efeito regressivo, logo pobres e ricos contribuem com o mesmo valor ao adquirir um produto ou serviço o que acarreta uma oneração mais acentuada para o contribuinte com menor capacidade de pagamento. Deste modo o sistema de tributação indireta dado seu caráter regressivo e acumulativo torna-se demasiadamente injusto.

Nesse contexto Teixeira, (2016) concluiu que a carga tributária praticada, centra-se com maior peso nos tributos indiretos e por ter efeito regressivo onera com maior incidência o contribuinte com menor capacidade contributiva, gerando como consequência uma elevada concentração de renda o que impacta no agravamento da desigualdade social existente no país.

¹¹ No efeito progressivo a carga tributária se eleva na medida em que ocorre o aumento da renda ou do patrimônio do contribuinte; sendo uma forma justa de cobrança do tributo.

Alves (2012) partilha do mesmo entendimento de Teixeira, (2016) e aponta em seu artigo a ligação entre tributos e justiça social; argumentando que embora tenha sido firmado esforços no texto da constituinte de 1988 para combater às desigualdades sociais é notória que a distribuição do ônus tributário da forma em que ocorre direta e indiretamente no país atua no sentido contrário, onerando a renda dos mais pobres. O objetivo da pesquisa consistiu em analisar três tipos de indicadores do perfil da tributação qual seja: da carga tributária segundo os tributos diretos e indiretos; da incidência tributária por faixa de renda e da incidência tributária segundo a distribuição funcional da renda. O procedimento adotado pautou-se na revisão bibliográfica apoiada em informações contidas nos bancos de dados elaborado pelo Instituto Alvorada (2009) e Observatório da Equidade (2009).

Segundo Alves, (2012, p. 71) o estado brasileiro aplica duas técnicas, da seletividade e da progressividade para arrecadação de impostos. Porém, a técnica da progressividade é menos eficaz isso porque tanto o contribuinte de alta e baixa renda, não compartilha a alíquota do outro e na técnica da seletividade “ricos e pobres podem arcar com o mesmo ônus tributário na aquisição dos bens essenciais.”

Neste sentido concluiu Alves (2012) em sua pesquisa que o sistema de arrecadação de tributos no Brasil, não se amolda aos objetivos de distribuição de renda de acordo com o preceito constitucional, ao contrário coloca-se como um dos principais mecanismos de concentração da riqueza socialmente produzida agravando o quadro de desigualdade social.

Em relação ao princípio da capacidade contributiva explica Gassen, et al. (2013), que a forma de tributação adotada no país acarreta violação ao princípio e sob essa ótica partilham o mesmo entendimento de Teixeira (2016) e Alves, (2012), de que a forma em que se dá a tributação sobre o consumo de bens e serviços no Brasil, contribui para promover a desigualdade social.

Gassen, et al. (2013), também produziram uma pesquisa com o objetivo de investigar o quanto a regressividade da matriz tributária onera a renda da população brasileira. Nessa pesquisa a metodologia pautou-se na consulta em fontes bibliográficas e análise da legislação pertinente, juntamente com a utilização das informações expressas nos bancos de dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA).

De acordo com a pesquisa o princípio da capacidade contributiva está atrelado a existência do mínimo vital, que é “a parcela mínima de direitos constitucionais básicos para a sobrevivência digna do cidadão e de sua família, que se configura como um espaço do contribuinte intributável pelo Estado.” O resultado alcançado na pesquisa foi de que a forma de tributação regressiva traz consequências nefastas aumentando o abismo social que já existe no país. (GASSEN, et al., 2013, p. 221).

1.4 Ausência de serviços básicos de saneamento, saúde e transporte público

A desigualdade social que se manifesta de diversas formas no meio social, desencadeia inúmeras privações aos indivíduos. Logo no Brasil é possível identificar em especial nos grandes centros uma das formas mais cruéis de manifestação da desigualdade social, a que se revela por meio da limitação de grande parte da população ao acesso a serviços públicos essenciais como saneamento básico, saúde, mobilidade de transporte, entre outros.

Denota-se que ainda, que tenham sido implantados diversos programas sociais, estes não tem sido suficientes para universalizar o acesso daqueles mais vulneráveis aos serviços básicos e melhorar a qualidade de vida dessas pessoas para a redução da desigualdade social.

Esse fato se revela no estudo desenvolvido por Freitas (2016), com o objetivo de demonstrar como a falta de saneamento básico no Brasil reflete e acentua a desigualdade social. A pesquisa foi elaborada com base nos dados fornecidos pelo Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento, revelando que a desigualdade de acesso ao espaço urbano social se dá também por meio da segregação espacial dos indivíduos em virtude da privação dos serviços públicos considerados essenciais como o saneamento básico, o qual é o de maior defasagem.

A conclusão de Freitas, (2016) é de que a falta de saneamento básico reforça o quadro de desigualdade social já existente na medida em que expõe parte da população a um ambiente que propicia a transmissão de doenças, contaminação do solo e da água, deslizamentos, inundações, entre outros problemas que agravam esse quadro de desigualdade.

Outro estudo que também aponta uma forte evidência para a relação entre falta de saneamento básico e desigualdade social é a pesquisa desenvolvida por Santos (2013), com o objetivo de discutir a relação existente entre os efeitos das desigualdades – raciais/étnicas, de gênero e socioeconômicas e a relação destas circunstâncias com a limitação do acesso ao saneamento básico. Utilizando-se da pesquisa bibliográfica juntamente com informações colhidas no banco de dados do Censo de 2010 e IPEA 2008, a autora analisou a incidência dos efeitos negativos que a desigualdade acarreta na saúde da população, tornando-se um fator que limita o acesso à saúde de qualidade e aos bens e serviços que garantam esse direito.

A conclusão foi de que os fatores raciais/étnicos, de gênero e de classe apresentam-se como limitadores de acesso aos direitos incluindo-se os serviços públicos essenciais como o saneamento básico. Ampliando desta forma o quadro agudo de desigualdade já existente no meio social.

Siqueira (2011, p.11), ao tratar do tema Desigualdade Social e Acesso à Saúde no Brasil, aponta que a desigualdade em saúde tem como base as desigualdades sociais econômicas, havendo desta forma “diferença no acesso a recursos e a fatores que influenciam a saúde, os quais podem se alterar por circunstâncias e contextos sociais ou por meio de políticas públicas.” Conclui ainda que a desigualdade de acesso à saúde deve permanecer enquanto houver desigualdades de recursos e oportunidades.

No que se refere ao transporte público a desigualdade social também se faz presente, é o que revela o estudo desenvolvido por Guth (2015)¹², ao discutir a falência do modelo atual de mobilidade urbana. A pesquisa domiciliar Origem/Destino, desenvolvida pelo metrô a cada 10 anos na região metropolitana de São Paulo, revela que quanto menor a renda da família maior é a dependência pelo transporte público, devendo considerar que essas pessoas residem em localidades onde o transporte público tem oferta restrita.

Para Guth (2015), o crescimento das cidades se deu de forma excludente gerando um distanciamento entre as pessoas de baixa renda e os serviços públicos de primeira necessidade, sendo criado um *apartheid* social. Os investimentos destinados a ampliações viárias, linhas de metrô entre outros ligados à infraestrutura

¹² O artigo intitulado “Mobilidade, bicicleta e desigualdade social” de autoria de Daniel Guth, está publicado no site: Mobilize Mobilidade Urbana Sustentável e discute a falência da mobilidade urbana como sintoma da desigualdade social. Postado em 13 de julho de 2015.

para o transporte concentram-se com maior intensidade nas regiões centrais das cidades em detrimento das periferias, beneficiando apenas os que possuem maior renda o que agrava o quadro de desigualdade no país.

Na opinião de Simpson, et al. (2015), para que ocorra a universalização de acesso aos serviços básicos de qualidade gerando redução na desigualdade social, é necessária a superação de algumas questões preponderantes tais como: a oferta de serviços públicos de qualidade, viabilização do pacto federativo, descentralização da tomada de decisões em relação a destinação dos recursos público, com melhora na relação entre os entes federativos e por fim uma participação mais efetiva e intensa da população a qual deve se mobilizar na luta por seus direitos.

1.5 Falta de acesso à educação de qualidade

O direito a educação no Brasil é fundamental e encontra-se assegurado na Constituição Federal da República de 1988 em seus artigos 6º e 205¹³. Desde modo não pode ser relegado à segundo plano, sendo dever dos governantes assegurar a todos o acesso ao ensino público gratuito e de qualidade. Logo o preceito constitucional impõe que a abrangência não implica apenas o acesso e a permanência do indivíduo na escola, mas também a garantia do padrão de qualidade como um dos princípios norteadores do ensino público (inciso VII do artigo 206)¹⁴ (OLIVEIRA, et al., 2005).

Com relação ao tema qualidade do ensino no Brasil, a pesquisa aborda os apontamentos de Oliveira, et al. (2005), os quais desenvolveram um estudo com o objetivo de analisar o direito à educação segundo as modificações ocorridas no ensino brasileiro nos últimos anos. Como base de dados o estudo utilizou-se do número de matrículas do ensino fundamental atrelado a resultados extraídos em processos avaliativos acerca da qualidade do ensino, segundo o Programa Internacional de Avaliação de Alunos (PISA), promovido pela Organização para a

¹³ Art. 6º São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição. (EC no 26/2000 e EC no 64/2010).

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

¹⁴ O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios: VII - garantia de padrão de qualidade.

Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE), juntamente com a aplicação de testes de desempenho cognitivo em estudantes de 15 anos em 32 países.

De acordo com o estudo verificou-se que no Brasil a percepção da qualidade do ensino esteve atrelada a três dimensões¹⁵, a primeira residiu na possibilidade ou impossibilidade de acesso ao sistema de ensino; a segunda condicionou a qualidade a ausência de vagas, sendo na década de 1980 o principal fator de impedimento para aquisição de uma educação de qualidade no ensino público, desafio que foi superado com a implantação de programas sociais para a ampliação do número de vagas, inclusive com a construção de mais prédios destinados ao ensino¹⁶. E ainda na década de 1980 a 1990, foram criados programas que conduziram a regularização da permanência do aluno no ensino fundamental¹⁷. Por fim a terceira dimensão da qualidade do ensino, consistiu na verificação da “capacidade cognitiva dos estudantes, aferida mediante testes padronizados em larga escala” (OLIVEIRA, et al., 2005, p. 12).

Como resultado da pesquisa concluiu-se que embora tenha sido empreendido esforços para ampliação do acesso e viabilização da permanência para conclusão da escolarização, a falta de qualidade do ensino público persiste. Pois, ainda que garantida constitucionalmente a qualidade do ensino público, esta tem sido mitigada em detrimento da quantidade, conduzindo a má formação profissional limitando o acesso do cidadão a novas oportunidades de emprego para melhoria das condições de vida e redução da desigualdade social. (OLIVEIRA, et al., 2005).

Sampaio, et al. (2010, p. 87), também discute em sua pesquisa a relação entre qualidade de ensino e desigualdade de renda, tendo como objetivo contribuir de forma reflexiva acerca da relação existente entre pobreza e educação. Em seu estudo adotou como metodologia a pesquisa bibliográfica em conjunto com a análise de dados representados em gráficos, disponíveis no IPEA Data (Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas), Censo 2000 do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística); PNAD 2007 (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios) e World Bank 2005 (Banco Mundial).

¹⁵ De acesso, permanência e proficiência.

¹⁶ O programa criado neste período refere-se ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef) e o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), para ampla viabilização do acesso ao ensino.

¹⁷ Neste período foi aprovada a LDB Lei de Diretrizes e Bases (Lei n. 9.394/96) para difusão dos programas que viabilizassem a permanência e conclusão dos ciclos de escolarização.

A educação de qualidade tem papel preponderante na solução de diversos problemas sociais, pois na opinião dos autores “a redução da pobreza absoluta no Brasil passa por mudanças estruturais no sistema educacional que garantam o acesso à escola e à educação de boa qualidade para os mais pobres.” E como resultado da pesquisa concluíram que a educação de qualidade como elemento de mobilização social, opera diretamente na redução das desigualdades sociais (SAMPAIO, et al., 2010).

1.6 Os reflexos negativos da corrupção nas instituições públicas

A corrupção que está diretamente ligada às instituições públicas tem se mostrado um grave problema social, interferindo diretamente na destinação dos recursos públicos, os quais são ofertados de forma precária e ineficiente ao contribuinte. De acordo com Gupta et al. (2002), grande parte da ineficiência que se apresenta na prestação dos serviços públicos é provocada pela corrupção governamental, refletindo diretamente no bem-estar da nação. Outrora os jornais têm noticiado à prática de atos de corrupção no cenário político brasileiro envolvendo agentes públicos e privados o que tem gerado ampla repercussão. Assim inúmeros estudos tem discutido a relação entre corrupção, desenvolvimento econômico e desigualdade social, pois o desvio dos recursos públicos impacta diretamente no crescimento econômico do país.

É o que aponta o estudo desenvolvido por Sodré (2014), para o qual a corrupção está diretamente ligada as instituições governamentais, influenciando negativamente o desenvolvimento econômico e social do país. O objetivo da pesquisa consistiu na verificação do impacto da corrupção governamental sobre os indicadores socioeconômicos, juntamente com uma análise acerca do impacto que a corrupção praticada pelos gestores municipais acarretaria sobre o Índice de Desenvolvimento Humano dos municípios – IDH-M, o Índice de Gini para desigualdade de renda e a pobreza dessas localidades.

Aponta Sodré (2014) que a prática da corrupção tem exercido forte influência em diversos fatores econômicos e sociais, acarretando a desigualdade de renda. Segundo o autor a prática dos desvios de verbas que deveriam ser destinados à pessoas que possuem baixa renda, equipara-se a uma transferência de renda do

mais pobre para o mais rico; sob essa ótica a corrupção corrobora com a concentração de renda, sendo este um dos fatores para a manutenção dos níveis de desigualdade social. Por fim na visão de Sodré (2014), a desigualdade de renda também pode contribuir para a corrupção, uma vez que nas localidades em que se tenha uma elevada desigualdade social seja mais propício a prática de ações corruptivas por parte das governantes.

Simplício (2013), em estudo acerca do retrocesso provocado pela corrupção no desenvolvimento socioeconômico com base nos dados do EPI (2008), Transparência Internacional (2009), produziu uma análise acerca dos índices de corrupção, traçando uma relação entre o PIB (Produto Interno Bruto), a renda per capita e a percepção da corrupção, constando que os países que apresentaram baixos níveis de percepção de corrupção, também apresentaram baixos níveis de PIB per capita; enquanto os países que possuíam alto nível de PIB per capita, apresentaram alto índice de percepção da corrupção.

Nesse estudo evidenciou-se que essa relação pode ser explicada pelo fato de que nos países com maior nível de PIB per capita, pratica-se um maior volume de arrecadação em relação a recursos destinados à educação, saúde entre outros, portanto possuem condições de exercer maior controle sobre a gestão desses recursos públicos. Enquanto que, para os países em que tanto a percepção da corrupção quanto o PIB são baixos, tem-se um maior volume de recursos públicos desviados dada a falta de fiscalização, gerando inúmeros prejuízos à população.

Assim o estudo concluiu que a presença do fenômeno da corrupção, traz como consequência a ineficiência na aplicação dos gastos públicos, gerando desestímulos em investimentos públicos e privados. Logo aumentando a taxa de juros e limitando o crescimento econômico, conduzindo ao desemprego e a desigualdade social.

Com relação às consequências da desigualdade social segundo Leonídio, (2012), estas são tidas como anomalias sociais que provocam o surgimento de graves problemas no meio social, como a violência a criminalidade, entre outros. Onde as causas da desigualdade social operam de forma conjunta, tem-se como resultado uma gama de consequências dentre as quais se destacam: aumento das favelas; crescimento da fome e da miséria; aumento da mortalidade infantil; desemprego; criminalidade; trabalho infantil; atraso no desenvolvimento econômico da nação; violência; prostituição e pobreza.

Para Henriques (2003), a desigualdade é o principal fator que justifica o excessivo nível de pobreza existente no país.

A pobreza entendida como um fenômeno multidimensional deve ser pensado como uma soma de fatores sociais, econômicos e políticos os quais interagem entre si, o que revela ser o fenômeno da pobreza uma das faces mais cruéis da desigualdade social, presente em todas as sociedades modernas (UNESCO, 2003).

E por ser uma das principais consequências da desigualdade social, a pobreza revela-se como um produto das relações sociais reproduzindo-se na esfera econômica, política e cultural, fazendo com que a pobreza se naturalize e se perpetue no seio da sociedade, mantendo uma diferenciação entre os indivíduos em decorrência dos seus rendimentos, onde pessoas excluídas deixam de ter acesso aos bens essenciais ficando impedidos de ter uma sobrevivência digna (SILVA, et al. 2011).

A pobreza como consequência da desigualdade social trás graves problemas sociais sendo um fenômeno de alcance mundial, desafiando governantes do mundo todo que se propõe a adotar medidas destinadas a sua eliminação (LEÃO et al., 2006).

No Brasil, o fenômeno da pobreza advém de um processo histórico onde se desenvolveu um quadro socioeconômico de extrema desigualdade, com características concentradora e excludente, o qual se agravou na medida em que se desenvolveu o sistema capitalista, juntamente com a industrialização e a urbanização do país (SILVA, et al., 2011).

Segundo Almeida (2009), a pobreza enquanto fenômeno social possui diversas implicações de ordem política, cultural, econômica, relativa, absoluta e subjetiva. Por essa razão a definição de pobreza não se enquadra num formato único e universal compreendendo, “situações de carência em que os indivíduos não conseguem manter um padrão mínimo de vida condizente com as referências socialmente estabelecidas em cada contexto histórico” (BARROS, et al., 2000, p. 124).

Não obstante se possam destacar diversas causas da pobreza, há uma unanimidade dentre os pesquisadores de que o baixo nível educacional é um dos seus principais determinantes.

CAPÍTULO 2

EDUCAÇÃO E DESIGUALDADE SOCIAL NO BRASIL

A preocupação com a educação integra a pauta dos debates acadêmicos de longa data, sendo reconhecida a sua importância por todos os setores sociais e econômicos para a melhoria das condições de vida dos indivíduos, do crescimento e do desenvolvimento socioeconômico das nações.

De acordo com Zang, et. al., (2013, p.1), foi a partir da década de 1960 que a teoria econômica passou a reconhecer a importância da educação como fator relevante para a produtividade do trabalho, para tanto expôs que:

A educação sempre foi considerada como um meio de engrandecimento do “espírito humano” e de ampliação da capacidade do indivíduo de interagir produtivamente com o meio em que vive, gerando benefícios para si e para a sociedade em geral.

Em meados do século XIX, os estudos passaram a relacionar “o aumento da produtividade do trabalho e da renda obtida do indivíduo ao aumento de suas habilidades”, surgindo então o termo capital humano, o qual passou a integrar a “teoria econômica a partir de 1960” (ZANG, et. al., 2013, p. 2).

A partir de então a educação passou a ser vista como um investimento essencial para o desenvolvimento econômico, já que a produção do capital humano se dava por meio do processo educacional, o qual capacitava o indivíduo para o desenvolvimento de suas aptidões. Mas qual o significado do referido termo?

Dentre as definições tem-se a de Sandroni (1994, p. 80), o qual define capital humano como: “o conjunto de investimentos destinados à formação educacional e profissional de determinada população (...)”. Em outras palavras o termo capital humano, designa também aptidões e habilidades natas do indivíduo adquiridas por meio do processo de ensino aprendizagem, mas que também lhes permite um aumento de sua renda, correspondendo à sua capacidade de trabalho.

No entanto, quando se refere aos primeiros apontamentos acerca da existência do capital humano Hume (1740), em sua obra: O Tratado da Natureza Humana, argumenta que se houvesse a eliminação de todo o capital físico da Inglaterra em decorrência de guerras ou catástrofes naturais, mas o seu capital

humano fosse preservado, essa nação após um período voltaria a se reconstruir dada a capacidade de invenção do homem. Mas se ocorresse o contrário, a Inglaterra retornaria ao seu estado primitivo de sobrevivência. A ideia de Hume destaca a importância do capital humano para os processos que acelerem os resultados que propiciem melhores níveis de desenvolvimento de uma sociedade.

Adam Smith (1988) demonstra que em suas contribuições que, ainda não oferecesse resistência em seus estudos acerca das habilidades humanas, não as incorporou expressamente. No entanto é considerado um dos primeiros teóricos a fomentar a ideia da existência de um capital humano, considerando as habilidades humanas como um bem mensurável economicamente. Em sua obra Smith (1988), expôs que a educação poderia ser considerada uma das ferramentas que expande a produtividade do trabalhador, exercendo um papel na diferenciação entre os indivíduos segundo os talentos natos de cada um, logo a melhora das condições de vida estaria a depender do esforço individual.

Marshall (1988), também reconheceu a importância do capital humano para o crescimento econômico, entretanto não incorporou a teoria em seus estudos dificultando a difusão do significado da expressão “capital humano”, entre estudiosos e pedagogos.

Para Marshall (1890), o capital humano compreendia a acumulação de bens, oriundos de esforços e sacrifício humano com fins a benefícios futuros e o trabalhador que se apropriasse de conhecimentos diferenciados, se tornaria mais confiante no exercício de seu ofício. Segundo o teórico, a responsabilidade pela educação caberia aos pais na condição de principais orientadores sobre a importância e os benefícios advindos do conhecimento e ao Estado a responsabilidade na destinação de verbas para o investimento em massa na educação, pois o retorno desse investimento se daria por meio do crescimento econômico da nação.

Ainda no século XIX Marx (1867), expõe sua opinião sobre o Capital Humano, explicando que a natureza humana somente poderia ser modificada para incorporar determinadas habilidades a serem empregadas sob a forma de trabalho, a partir de uma melhor formação do ser humano por meio da educação. O investimento em educação para Marx (1867) constituía condição primordial para se equilibrar as relações sociais, possibilitando aos trabalhadores a aquisição de habilidades que os tornariam capazes de participar da formação do Estado.

Nos anos seguintes diversos estudos demonstraram a importância da educação no desenvolvimento econômico com destaque para os estudos de Solow (1957), para o qual o crescimento econômico resultava de três fatores em conjunto: o aumento no estoque de capital físico; aumento da força de trabalho e um terceiro residual compreendido por outros fatores, denominado de progresso tecnológico. De acordo com suas conclusões a elevação no nível educacional refletia positivamente no crescimento econômico de uma nação.

Griliches (1957, 1960) ao desenvolver importante pesquisa sobre milho híbrido, ressaltou a importância da tecnologia e do capital humano como elementos condicionantes para o crescimento econômico de uma nação, destacando a ligação entre o processo de difusão de uma inovação tecnológica e o seu relacionamento com o capital humano. De acordo com o autor, a aceitação para a utilização da nova variedade de milho híbrido dependeria não somente da produtividade e rentabilidade, mas também da compreensão do agricultor da nova tecnologia em substituição a anterior, ou seja, o grau de aceitação para adoção de nova tecnologia dependeria também do nível de escolaridade de cada um.

Embora diversos teóricos tenham desenvolvido seus estudos acerca da influência do capital humano para o desenvolvimento econômico dos países foi com Smith, (1888) e Marshall, (1888), que surgiram as fontes primárias acerca da teoria do capital humano. Entretanto, seus apontamentos não foram suficientes para reconhecer a importância do capital humano para o crescimento econômico.

Mas foi a partir da década de 1950, com os trabalhos desenvolvidos por Mincer, (1958); Becker, (1962) e Schultz (1964), considerados os mais representativos na área que se estruturaram os primeiros pilares acerca da teoria do capital humano.

Mincer, (1958) foi reconhecido como um dos primeiros teóricos a desenvolver o conceito de capital humano nos moldes em que é concebido atualmente. Um dos objetivos do trabalho de Mincer (1958) era explicar a forma como se dava a distribuição da renda entre os indivíduos, com ênfase na influência de fatores econômicos.

Por meio de seus estudos, tornou-se possível investigar em que medida atributos pessoais, profissionais e de localização geográfica, teriam influência nos rendimentos por meio das equações mincerianas de salários. E com base nos estudos de Adam Smith, de que os ganhos salariais dos indivíduos seriam

proporcionais segundo seus conhecimentos e formação Mincer (1958), elaborou seu modelo em função da escolaridade.

Baritz, (1961) ressaltou que no período entre 1913 e 1920 segundo a visão das ciências sociais, teve-se um crescimento dos estudos voltados para a influência do capital humano na produção industrial, com destaque para a importância da interferência do comportamento humano sobre o trabalho.

Becker (1962) enfatizou em sua pesquisa a influência do comportamento humano sobre o crescimento econômico, sendo a aquisição de conhecimento por meio da educação juntamente com investimentos em treinamentos uma forma de investimento consciente.

Ainda segundo Becker, (1962) o investimento em capital humano poderia se dar por meio da escolaridade, treinamentos no trabalho, cuidados médicos e também pela aquisição de informações sobre o sistema econômico; logo o investimento em educação conduziria a um aumento no crescimento econômico, elevando os níveis de rendimento dos indivíduos refletindo em benefícios para sua saúde e ambiente familiar.

Mas foi com Schultz (1964)¹⁸, o formulador da ideia que a teoria do capital humano se consolidou e popularizou-se, passando a ser compreendida a acumulação do capital humano como um elemento essencial para o crescimento econômico. Para o autor, o conhecimento adquirido pelo homem seria considerado uma das formas de capital e a decisão de investir em conhecimento para proporcionar mais capacidades úteis e produtivas e que se transformaria em capital passível de mensuração como produto de investimento, caberia ao trabalhador em conjunto com o empregador.

Schultz, (1964) explica que o aumento da produtividade com elevação dos lucros do empresário, seria decorrência da elevação do nível de instrução dos trabalhadores que direcionassem seus investimentos na educação com a finalidade de obtenção de retornos. Este trabalhador se tornaria um produto negociável, pois o capital humano lhe pertenceria como parte de suas habilidades e talentos. Logo quanto mais habilidades e capacidades fossem adquiridas mais elevada seria sua remuneração.

¹⁸ Theodore Schultz, foi professor de Economia da Educação, especialista em economia agrária, formalizou a Teoria do Capital Humano.

Schultz (1964), acertadamente já ensinava no passado que o crescimento econômico de uma nação, não aconteceria sem que antes fossem realizados investimentos em educação. Para o autor dentre as tarefas das instituições escolares a primeira seria investir em pesquisas, descobrir e cultivar as aptidões dos indivíduos ofertando-lhes instrução para saber lidar com flutuações das oportunidades de emprego e prepará-los para uma boa formação profissional, na qual poderiam desenvolver suas habilidades.

E, foi por meio dos estudos Schultz (1964), que a educação passou a ser reconhecida como imprescindível para o crescimento econômico. O processo educacional prepara o indivíduo para superar os desafios econômicos e sociais e a escolaridade deve ser considerada como o principal investimento no capital humano. Logo que somente por meio da qualificação e do aperfeiçoamento é que provêm os retornos da produtividade e dos lucros impactando na economia do país como um todo.

Para Schultz (1973), a melhora no aumento da produção é decorrência direta dos investimentos direcionados ao capital humano, tornando a educação um importante elemento no processo de desenvolvimento das nações.

Blaug (1975) destacou que a educação poderia ser comparada a um bem, como investimento em seres humanos que proporciona conhecimento e bem estar, para tanto afirmou que:

A educação é quase sempre ao mesmo tempo investimento e consumo, não só no sentido de que um dado tipo de educação, em determinado país, pode contribuir para aumentar a renda futura enquanto outro tipo de educação, no mesmo país, não tem tal efeito, mas o mesmo quantum de educação, digamos um ano de aprendizado escolar para determinado indivíduo, invariavelmente possui aspecto tanto de consumo quanto de investimento (BLAUG, 1975, p. 20).

Para o autor nas economias em que as pessoas receberam mais educação, seus rendimentos são mais elevados quando comparados aqueles que possuem menor grau de instrução (BLAUG, 1975).

Conforme expressa Blaug (1975), a educação pode ser vista como investimento e ao mesmo tempo consumo; pois a cada ano de estudo que o indivíduo adquire possui um aspecto de consumo, mas também de investimento. Isso ocorre porque ao mesmo tempo em que o indivíduo adquire conhecimento ele

também agrega valores em decorrência do grau de escolaridade que adquire, pois amplia seu potencial de produção refletindo no aumento de seus rendimentos.

Neste sentido, é possível considerar que a pessoa que adquire conhecimento por meio do aumento do nível de escolaridade o faz objetivando um aumento de seus conhecimentos, mas também visa a melhora de seu potencial de produção, com o conseqüente aumento de seus rendimentos.

Posteriormente, Denison (1982) apoiando-se em um modelo básico constatou que o aumento no nível educacional entre os anos de 1929 e 1982, foi responsável por 16% do crescimento potencial do produto.

Lucas, (1988), em sua análise explicou que a dinâmica do crescimento econômico decorria da acumulação do capital humano o qual em longo prazo provocaria diferenças nos índices de crescimento entre países, já que segundo seu modelo, o capital humano compreendia a função de produção.

O conceito de capital humano também foi incorporado por Romer (1986) em sua teoria, como um dos determinantes do aumento no crescimento econômico das nações, sendo considerado um insumo para o desenvolvimento.

Murnane, et al. (1995) em seus estudos também ressaltaram a importância do capital humano, considerando como fator principal na determinação da taxa de crescimento e do bem estar de um país.

Para Barros, et al. (1997) ao discutirem sobre: A desigualdade da pobreza: estratégias Ocupacionais e Diferenciais por gênero; argumentaram que ainda que não se possa considerar que pelo fato do indivíduo ser portador de um baixo nível escolar estará fadado a viver na pobreza. Predomina o baixo nível educacional entre as pessoas consideradas pobres.

Neste sentido, os autores defendem que o investimento em educação além de refletir positivamente nas condições de vida do indivíduo, também proporciona o bem-estar das pessoas que com ele convive pois, a elevação dos ganhos salariais decorrentes do aumento de sua produtividade também interfere de modo favorável no aumento da expectativa de vida, reduz o número de filhos por família e eleva a qualidade de vida dessas pessoas, refletindo na redução do grau de pobreza.

Jorgenson e Stiroh (2000), também demonstraram a importância da educação para o crescimento econômico por meio de um estudo realizado entre os anos de 1959 a 1998, onde apontaram que o percentual de contribuição da educação para o

crescimento econômico foi de 8,7%, sendo de 13% o crescimento da renda per capita.

Ferreira (2000, p. 24), expõe que a educação constitui-se como um atributo capaz de justificar a desigualdade brasileira, já que a “evidência empírica sugere fortemente que a educação continua sendo a variável de maior poder explicativo para a desigualdade brasileira.”

De acordo com Souza, et al. (2000, p. 2-3), a soma entre trabalho e educação conduz ao emprego que impulsiona o desenvolvimento, para os autores “educar conscientiza, leva a compreender as contradições e desigualdades presentes na sociedade” e a soma entre o capital humano, educação e crescimento econômico, possuem uma sequência cíclica e dinâmica onde um está condicionado ao outro.

Drucker, (2001) enfatiza que com a Revolução do conhecimento o trabalhador que o adquire passa a ocupar lugar de destaque no trabalho. E em decorrência do avanço tecnológico os empregos passaram a exigir mais conhecimento dos trabalhadores, sendo exigido do indivíduo para se manter em uma vaga de emprego, um constante processo de aprendizagem de forma contínua e ascendente, o que também lhe proporciona melhoria da renda e da qualidade de vida.

Nakabaschi e Figueiredo (2005), desenvolveram sua pesquisa com o objetivo de analisar e avaliar por qual via o capital humano interfere na taxa de crescimento dos ganhos do trabalhador. Para persecução do estudo os autores lançaram mão da utilização de uma variável agregando dados quantitativos e qualitativos, sendo o capital humano representado por anos de escolaridade, multiplicados pelo IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) e h vezes IDH ao quadrado. O período de realização da pesquisa compreendeu os anos de 1985 a 2000, com dados para cada cinco anos.

Os autores utilizaram-se da amostra composta por 96 países. A hipótese testada foi a de que quanto mais desenvolvido o país melhores condições de formação de capital humano poderia oferecer aos indivíduos. “A análise empírica é baseada em um modelo que incorpora diversos canais pelo qual o capital humano afeta a taxa de crescimento da renda por trabalhador” (NAKABASCHI E FIGUEIREDO, 2005, p. 5).

Neste estudo Nakabaschi e Figueiredo, (2005) apontaram que a diversidade de formas com que o capital humano interfere positivamente e negativamente na taxa de crescimento de renda decorre da complexa relação entre as duas variáveis,

sendo necessário considerar que na hipótese de omissão de algum canal, poderá haver resultados equivocados que conduzem a erros de especificações do modelo utilizado obtendo-se coeficientes incompletos.

Para Nakabaschi e Figueiredo, (2005), o crescimento econômico dos países tem como fator preponderante a educação, pois a acumulação de capital humano reflete na elevação da produtividade e na renda do indivíduo, sendo inegável a associação entre escolaridade e crescimento econômico, discutida na teoria do capital humano.

As pesquisas de Dickens, Sawhill e Tebbs (2006), também caminharam para o reconhecimento da importância que a educação tem sobre o crescimento econômico, destacando o impacto que os programas de longo prazo exercem no crescimento econômico.

A educação na opinião de Ferreira e Veloso, (2006) promove grande mobilidade no meio social, colocando-se como um poderoso elemento para redução da pobreza em especial nas regiões mais afetadas.

De acordo com Ney, et al. (2008), a taxa de retorno da escolaridade também constitui outra forte razão para justificar a influência da educação na desigualdade de rendimentos, pois quanto maior o nível de escolaridade maior será a diferença de rendimento, intensificando-se a partir do 9º ano de estudo e deste modo expõe que:

As disparidades de rendimentos, causadas pela educação, advêm das diferenças existentes entre os indivíduos quanto aos seus atributos produtivos, geradas principalmente no período da infância e da adolescência, fase em que se acumula capital humano. Quando uma população tem muito pouca escolaridade, a qualidade da força de trabalho geralmente é baixa e homogênea. Em caso extremo, a maioria dos trabalhadores é analfabeta ou só tem o primário (NEY et al., 2008, p. 3).

A heterogeneidade educacional acarreta dois impedimentos para a redução da desigualdade de renda, primeiro por gerar diferenças na qualidade do serviço ofertado conduzindo a diferenças no rendimento e segundo reside no fato de que são poucos os jovens de famílias pobres que conseguem chegar ao ensino médio, onde a taxa de retorno se apresenta mais acentuada provocando “não só uma grande disparidade entre os níveis de escolaridade das pessoas, como também a existência de um forte efeito da educação no rendimento” (Ney, et al., 2008, p. 4).

Segundo Santos, et al. (2011, p. 5) “a educação é o exemplo mais relevante de investimento em capital humano”, pois o aumento do nível de escolaridade tem

como consequência a melhora da qualidade de vida das pessoas e o crescimento econômico da nação.

Santos, et al. (2011), sustentou que os trabalhadores podem contribuir de maneira intensa com o processo produtivo de um país, intensificando-se essa colaboração por meio de uma conscientização de que é necessário o aprimoramento para a qualificação da mão de obra; bem como por meio da implantação de políticas públicas direcionadas ao aperfeiçoamento desses indivíduos.

Para Pereira e Lopes, (2014, p. 1), segundo a Teoria do Capital Humano, a principal influência da renda do trabalhador é a educação a qual se forma com a agregação de conhecimentos e qualificação, refletindo na melhora das habilidades, tendo como consequência direta o aumento da produtividade, o que ao final resulta no aumento da renda. Pois a “A teoria do capital humano se refere à agregação de valores que um indivíduo pode fazer por si mesmo, através da escolaridade, treinamento, qualificação profissional, entre outros tipos de valorização profissional.”

Ainda de acordo com Pereira e Lopes, (2014, p. 3), o Capital Humano está relacionado com a educação, na medida em que esta pode ser considerada uma das alavancas propulsoras do crescimento econômico de uma nação¹⁹ sendo que “nestes modelos o capital que compõe a função produção do país é a soma do capital físico mais o capital humano, ou seja, o conhecimento é o motor do crescimento econômico.”

A teoria do capital humano centra-se na ideia de que o indivíduo que tem maior qualificação proveniente de boa formação apresenta maior produtividade, distanciando-se também sua idade-rendimento, ou seja, sua renda será mais elevada e duradoura.

Conforme se observou diversos estudos relataram a importância da educação para o crescimento econômico de uma nação. Mas qual a influência da educação para colocação do indivíduo no mercado de trabalho?

De acordo com Blaug, (1975), é possível afirmar que a educação deve ser vista como investimento. Assim a educação é um fator de investimento e de acordo com Guimarães, (2010, p. 6) o nível de escolaridade pode ser tido como fator determinante sobre os rendimentos do indivíduo segundo a sua ocupação profissional, “excetuando-se as suas habilidades pessoais (talento específico, por

¹⁹ Teoria do Capital Humano Patrick Fitzsimons - Universidade de Auckland Tradução Luiz Antônio Vieira Barbosa Filho Grupo de Estudos Wittgenstein (USP).

exemplo).” Desta forma para Guimarães, (2010) segundo a Teoria do Capital Humano, a escolaridade passa a ser fator preponderante “na determinação das possibilidades ocupacionais de cada indivíduo no mercado de trabalho.”

Ainda, acerca da relação existente entre educação e qualificação profissional como fatores condicionantes para a inserção no mercado de trabalho, cabe citar o estudo desenvolvido por Souza, (2008). No qual a investigação pautou-se nos retornos advindos do investimento em escolaridade e qualificação profissional, utilizando-se de um instrumental econométrico aplicado à Pesquisa Mensal de Emprego (PME), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), do mês de janeiro do ano de 2004, por meio da adaptação das equações de rendimento de Mincer e dos modelos *Probit*.

O estudo teve como objetivo analisar quais os fatores que exercem influência sobre a empregabilidade e empregabilidade formal dos profissionais, destacando o nível de escolaridade e a qualificação profissional sobre os demais fatores determinantes (SOUZA, 2008).

Em consonância com os resultados obtidos, o estudo concluiu pela real existência de uma “correlação positiva entre a variável salário, educação formal e experiência profissional.” Evidenciando-se que a qualificação profissional acarreta benefícios significativos sobre os ganhos dos profissionais estendendo-se além dos salários, ou seja, ampliando a probabilidade desse indivíduo ocupar uma vaga de emprego formal (SOUZA, 2008, p. 14).

Ney, et al. (2008), expõe que as diferenças de nível educacional conduzem à deficiência de qualificação profissional, tornando-se um obstáculo ao acesso às vagas de emprego que ofertem os melhores salários. Tem-se ainda os avanços tecnológicos, os quais tornam o mercado de trabalho mais exigente, oportunizando apenas aqueles que detêm um capital humano mais elevado.

Barros, et al. (2002), também enfatizam a influência do aumento no nível educacional na produtividade do trabalho gerando benefícios ao crescimento econômico, refletindo no aumento dos rendimentos tendo como consequência positiva a redução da pobreza no país.

No mesmo sentido de Barros, et al. (2002) caminha o estudo desenvolvido por Mayer, et al. (2013, p.1) ao pesquisarem acerca da influência do capital humano sobre o desenvolvimento econômico. De acordo com os argumentos expostos na pesquisa os autores enfatizaram que: “a educação das pessoas influencia o

desenvolvimento econômico de um país.” O que significa dizer que a produtividade de um trabalhador é condicionada pelo seu investimento em capital humano, o qual por sua vez reflete na elevação da renda do trabalhador com aumento na qualidade de vida.

Afirmam Mayer, et al. (2013, p. 13), que para as pessoas que optam por investirem na educação os custos deste investimento, transformam-se em benefícios futuros, já que a aquisição de conhecimento provém da educação; assim nas palavras dos autores:

Os investimentos em capital humano são capazes de ampliar consideravelmente a qualidade de vida das populações dos países de baixa renda. Dessa maneira, as pessoas pobres não estariam condenadas à situação de pobreza pois por meio da educação e da qualificação podem alavancar socialmente, saída da situação de pobreza. O investimento em capital humano é tão importante quanto o investimento em capital físico.

Para Zang, et. al. (2013, p. 4), o investimento destinado pelo indivíduo para aumentar seus conhecimentos, seja por meio da educação geral ou profissionalizante de acordo com a teoria do capital humano, se traduz na ideia de que “o indivíduo gasta consigo mesmo de forma diversas – consumo imediato e/ou investimento – não apenas buscando desfrutar o presente, mas também procurando rendimentos futuros, que lhe tragam melhores condições de vida.”

Partindo da importância dada a educação é possível considerar ser esta ferramenta essencial para o desenvolvimento econômico o qual está atrelado ao aumento da renda dos indivíduos juntamente com a acumulação de capital, conduzindo a melhoria do padrão de vida da população (MAYER, et al., 2013).

Deste modo, evidente é a relação entre educação, capital humano e crescimento econômico; pois o investimento em educação gera desenvolvimento para a população conduzindo a criação de mecanismos para a geração de riquezas e redução das desigualdades sociais. Assim, as pessoas vislumbram mais oportunidades de emprego e renda que culminam com a redução das desigualdades econômicas e sociais que, por sua vez, possibilitam aumentos de produtividade elevando naturalmente os níveis de arrecadação aos cofres públicos o que propicia a oferta de serviços públicos com mais qualidade à população.

CAPÍTULO 3

O MERCADO DE TRABALHO INFORMAL NO BRASIL

O trabalho ocupa um lugar central na vida de quem o realiza, seja pelo fato de ser um meio de sobrevivência ou pelo tempo da vida a ele dedicado, pois constitui um meio de realização não apenas profissional mas também pessoal, bem como é um dos principais instrumentos por meio do qual o homem dialoga com seu meio social e com seu tempo (ENRIQUEZ, 1999, p.1).

Para Marx (1988), a conceituação do termo trabalho se deu nos seguintes termos:

O trabalho é um processo entre o homem e a natureza, um processo em que o homem, por sua própria ação, media, regula e controla seu metabolismo com a Natureza. Ele mesmo se defronta com a matéria natural como uma força natural. Ele põe em movimento as forças naturais pertencentes à sua corporalidade, braços e pernas, cabeça e mão, a fim de apropriar-se da matéria natural numa forma útil para sua própria vida (MARX, 1988, p. 142) - volume I O Capital.

Segundo o contexto histórico, o trabalho desenvolveu-se a partir das necessidades do homem Assim aqueles que não possuíam os meios para tirar a própria subsistência passaram a ceder sua força de trabalho para aqueles que eram detentores dos meios de produção e essa configuração de troca vigorou até o período da Baixa Idade Média, quando então surge a classe burguesa, passando a relação social baseada no trabalho a ser regida pelo capital (JAREÑO, 2008).

A partir da Revolução Industrial o capitalismo passou a figurar como modo de produção social, surgindo à relação entre capital versus trabalho por meio da exploração do trabalhador. Essa relação constituiu-se por dois lados opostos: a classe do proletariado, composta pelos trabalhadores não detentores dos meios de produção e a classe burguesa a qual representa os que detêm os meios de produção (JAREÑO, 2008). Essa relação com base na troca do pagamento de um determinado valor passou a ser denominada pelos cientistas de mercado de trabalho.

Neste sentido a definição de mercado de trabalho passou a compreender a existência de três elementos: o produto que é o trabalho ofertado pelos

trabalhadores aos vendedores, que são os empregadores os quais pagam o preço representado pelos salários²⁰ (OLIVEIRA, et al., 2011).

Em relação a divisão do mercado de trabalho de acordo com a perspectiva dualista²¹, este passou a ser dividido em dois setores, sendo um setor formal, tendo como características a segurança e a proteção estatal, concentrando os melhores salários e as melhores condições de trabalho; e um setor informal, apresentando como características baixos salários, elevada rotatividade de trabalhadores, falta de qualificação, restritas chances de promoção e ausência de segurança no emprego (OLIVEIRA, et al., 2011).

Segundo Correa e Lopes (2009), o mercado de trabalho formal pode ser definido como aquele em que o trabalho é regido por relações contratuais de acordo com a legislação trabalhista vigente, sendo assegurados direitos inerentes a essa relação, dentre os quais compreendem a contribuição à seguridade social; depósitos ao FGTS (Fundo de Garantia por Tempo de Serviço); horas extraordinárias; abono de férias entre outros direitos contemplados em lei.

Quanto à definição do mercado de trabalho informal, para Correa e Lopes (2009), não há uma exata conceituação podendo ser definido como o espaço onde há o mínimo de interferência do Estado, os acordos são regidos sem observância as normas trabalhistas, inexistem contratos registrados junto à seguridade social e os trabalhadores encontram-se sem proteção jurídica.

Neste sentido, pode ser considerado o mercado de trabalho em que os trabalhadores encontram-se sem um registro em carteira, inexistente contribuição previdenciária e o trabalho por conta própria desenvolve-se em péssimas condições (CORREA et al., 2009; ULYSSEA, 2005).

Na opinião de Duarte, (2006, p.3), o trabalho informal é tido “como a atividade exercida pelos indivíduos à margem da legislação trabalhista ou os que não contribuem para a seguridade social pública.”²²

²⁰ A fixação de um valor mínimo como salário foi estabelecida primeiramente para a classe dos trabalhadores que exerciam trabalhos forçados, estendendo-se posteriormente a todas as categorias, sobrevivendo após a Segunda Guerra, a adoção de legislação específica sobre o salário mínimo em todas as nações do modo que é atualmente o salário mínimo, está regulamentado por lei na maior parte do globo (SABÓIA 1985).

²¹ Curi, et al. (2006, p.2), acerca da dualidade no mercado de trabalho, explica que os postos de trabalho ofertados no setor formal são efetivamente melhores, porém limitados, criando o mercado informal para atender “os trabalhadores que não conseguem emprego no setor formal.”

²² DUARTE, (2006). Dinâmica da Informalidade e dos Rendimentos do Trabalho no Brasil nos anos 90 e 2000. A expressão setor informal, surgiu inicialmente em um estudo sobre a economia do Quênia em 1972 e corroborado pela 15ª Conferência de Estatística do Trabalho da IOT, em 1993.

De acordo com Faria, (2012, p. 16) o termo trabalho informal pode ser caracterizado “como a prática de uma determinada atividade econômica sem que haja registros oficiais, como, por exemplo, assinatura da carteira de trabalho, emissão de notas fiscais, algum tipo de contribuição e contrato social de empresa.” Ainda segundo o autor a expressão informalidade traz em seu bojo a produção de desigualdades e exclusão.

No que se refere à origem do setor informal, para Cacciamali (2007), o termo origina-se de estudos do Programa Mundial de Emprego (1969), lançado pela Organização Internacional do Trabalho (OIT), compreendendo um conjunto de atividades com os seguintes elementos:

Facilidade de entrada; dependência em relação à recursos nativos; propriedade familiar do empreendimento; pequena escala de operações; intensidade de trabalho e tecnologia adaptada; qualificações (para o trabalho) adquiridas fora do sistema formal; e atuação concentrada em mercados não-regulamentados e concorrenciais (CACCIAMALI, 2007, p. 147).

Segundo Theodoro (2004), o surgimento do mercado de trabalho informal no Brasil, data do período colonial desde antes da abolição, quando já havia um excedente de mão de obra não escrava paralelo ao sistema escravocrata denominado setor de subsistência, caracterizado por outras relações de trabalho além da relação entre escravos e senhores.

Dados do Censo de 1872 mostram que os escravos somavam aproximadamente 1/6 do total da população, ou seja, 1,5 milhão num contingente de 9,9 milhões de habitantes. O que significa dizer que em média 8,4 milhões eram homens livres²³, os quais extraíam “seus meios de subsistência fora dos domínios do escravismo” (DELGADO, 2004, p. 54). Os escravos após libertos não passaram a integrar o setor assalariado culminando com a expansão desse setor de subsistência.

Destaca Leão et al., (2006), que esse contingente de trabalhadores sem espaço no setor formal, passaram a ocupar vagas de trabalho em presídios distantes

²³ Estes habitantes livres compreendiam em sua maioria os moradores do setor rural e os que se ocupavam em atividades domésticas na área urbana (DELGADO, 2004).

das aglomerações, obras públicas, surgindo novas áreas de povoamento onde iniciou a lavoura de subsistência.²⁴

Embora em 1920, tenha iniciado transformações significativas nas relações de trabalho representadas pelo impulso no processo de industrialização da economia²⁵ (BRUM, 1991), não foi suficiente para atender a demanda de mão de obra existente no país, já que de acordo com Theodoro (2004, p. 82), o nascimento do mercado de trabalho esteve acompanhado “pela entrada crescente de uma população trabalhadora no setor de subsistência e em atividades mal remuneradas, dando origem ao que será denominado setor informal²⁶ no Brasil.”

A década de 1990, no Brasil, inicia sob fortes pressões das instituições financeiras internacionais (FMI e Banco Mundial), sendo necessária uma adequação a nova onda neoliberal (BARRETO, 2005). Retrata Brum (1991), que o eixo dinâmico da economia brasileira se voltou para o mercado interno, priorizando o regime de substituição de importações acelerando o processo de urbanização culminando com um aumento na demanda por prestação de serviços e no comércio, refletindo no aumento das vagas de emprego formal. Porém não foi suficiente para absorver toda a mão de obra disponível (BALTAR, 2006).

Frente a este cenário de desemprego estrutural que se agravou na década de 1930 ganhou força a divisão entre o trabalho “formal” e “informal”. Isso ocorreu porque o incipiente processo de industrialização se estruturava sob duas vertentes: em um extremo, um setor avançado e de ponta representado pela recente industrialização e pelo setor de serviços que atendia às suas necessidades e, no outro extremo, encontrava-se o setor mais atrasado da economia, representado por um conjunto de atividades exercidas pelos trabalhadores rurais que ao migrarem para as cidades, não encontravam postos de trabalho e engrossavam o setor informal (BARRETO, 2005).

Posteriormente a década de 1930, o subdesenvolvimento ampliou a massa de trabalhadores subempregados e mal incorporados ao mercado de trabalho (THEODORO, 2004).

²⁴ Utiliza-se aqui um conceito de subsistência que se aproxima do usado por Delgado (2004), que é o conjunto de atividades econômicas e relações de trabalho que propiciam meios de ocupação a uma parte expressiva da população, sem que essas relações estejam diretamente ligadas ao trabalho assalariado.

²⁵ O mundo vivia neste momento a segunda revolução industrial e tecnológica, responsável por descobertas que revolucionaram o conhecimento e o modo de produção, como a energia elétrica e o motor a combustão.

²⁶ Uma definição para informalidade hoje é dada por Theodoro (2004, p. 78), que a descreve como o conjunto de atividades “daqueles que se dedicam ao trabalho autônomo e a atividades de pequena escala, assim como os assalariados não declarados e os trabalhadores sem remuneração.”

Nos anos seguintes o desemprego provocou o aumento da informalidade, acarretado pelas consequentes crises da economia, iniciada após o choque do petróleo em 1970, se fazendo presente por meio do aumento da inflação e crescimento da dívida externa e interna com acentuada recessão.

A década de 1980, é marcada por uma prolongada crise, passando a ser denominada de “década perdida.” Nesse período também acentuou-se a urbanização, levando a uma aglomeração da população urbana nos grandes centros, crescendo assim a taxa de desemprego culminando com o “aumento das atividades informais” (THEODORO, 2004, p. 102,107).

Mas é a partir da década de 1990 que o mercado de trabalho informal é aquecido dadas às mudanças ocorridas na economia, culminando com novas formas de inserção do trabalhador no mercado de trabalho, acentuando-se a expansão das atividades exercidas sem vínculo empregatício (CORREA e LOPES, 2009).

Correa e Lopes (2009), explicam que a década de 1990 iniciou com recessão e a adoção de uma política antiinflacionária o que inibiu o crescimento econômico; logo esses fenômenos econômicos provocaram mudanças no comportamento da economia nacional, dentre as quais a reestruturação produtiva e a privatização provocando avanço na informalidade devido a carência na oferta de emprego.

Chahad (2003, p. 206) explica que as principais transições ocorridas no Brasil na década de 1990, exerceram forte influência sobre o mercado de trabalho, gerando formas atípicas de contratação da mão de obra. Dentre as principais transições desse período, a primeira senão a mais importante “refere-se à passagem de uma economia inflacionária, para outra, na qual se convive com a estabilidade de preços.” A aplicação de uma política monetária notadamente o aumento das taxas de juros para os consumidores, conduziu ao controle da inflação e déficit fiscal inibindo o crescimento econômico com a redução da produção e do poder aquisitivo da população, elevando consequentemente os índices de desemprego.

Segundo Correa, Lopes e Pontili, (2009) o desemprego passou a ser a principal preocupação da população neste período tendo atingido as pessoas economicamente ativas, independentemente da idade e grau de escolaridade, pois o fenômeno do desemprego foi mais significativo que o problema da inflação combatida constantemente por ameaçar a economia nacional, além dos traumas no orçamento familiar da população.

Chahad (2003), também se reporta à passagem de uma economia fechada para uma economia aberta, levando a uma reestruturação produtiva e organizacional no setor industrial, mas que conduziu a perda do dinamismo econômico afetando a geração de empregos. Assim o surgimento de formas atípicas de ocupação e novas formas de contratação reforçou o processo de informalidade e facilitou a flexibilização das relações de trabalho.

Duarte (2006) explica que neste período a competitividade do mercado de trabalho foi ocasionada pela abertura comercial, obrigando as empresas a buscar o aumento da produtividade e redução de custos. E essas transformações provocaram uma realocação do trabalhador no sentido espacial e setorial.²⁷

Ainda nesta fase, a abertura comercial e financeira acarretou a competitividade sobre as indústrias nacionais obrigando-as a melhorar a produção, por meio da aquisição de novas formas de trabalho e tecnologias, impactando diretamente no emprego industrial e reduzindo os postos de trabalho formal (CORREA, LOPES e PONTILI, 2009).

Nesse período, o Estado passou a exercer menos interferência tornando-se um fiscalizador e regulador da economia, conduzindo o início do processo de privatizações (CHAHAD, 2003).

Precedendo as privatizações tem-se o processo de terceirização que também impulsionou a precarização do trabalho. Neste período muitos trabalhadores demitidos não conseguiram mais ocupar uma vaga de emprego formal, obrigando-os a se submeterem às condições impostas pelo mercado de trabalho informal (MOTIN, 2002).

Em relação ao contexto demográfico ainda que tenha iniciado uma queda no contingente populacional, o número de trabalhadores apto a ocupar uma vaga de emprego era alto, não havendo capacidade do mercado formal para absorver esse excedente o que provocou um alto índice de desemprego culminando com o aumento da informalidade (CHAHAD, 2003).

De acordo com Meireles (2013, p. 9), na década de 1990 houve significativo aumento na proporção da informalidade, sendo maior do que no período da crise no

²⁷ Duarte, (2006), explica que a migração de trabalhadores das grandes metrópoles para ocupar postos de trabalho nas regiões não metropolitanas, seria o nível espacial. E em relação ao nível setorial, este movimento se daria com a saída dos trabalhadores da indústria para ocupar as vagas do setor de serviços.

início dos anos de 1980, e essa “expansão da informalidade estaria mais associada a um componente estrutural do que cíclico.”

Pochmann (2006, p. 133), analisando as transformações ocorridas nesta fase apresentou um estudo em dois períodos²⁸. O primeiro período compreendeu o intervalo entre anos de 1979 a 1999, tendo destaque a precarização das vagas de emprego pois “quase 2/3 do total dos postos de trabalho abertos nesse subperíodo de tempo foram constituídos por ocupações precárias.” A cada 10 postos de trabalho quatro eram ofertados pelo setor informal e de 100 pessoas que ingressavam no mercado de trabalho 21 pessoas ficaram desempregadas.

Nos anos entre 1999 a 2004 de acordo com Pochmann (2006, p. 134), houve mudanças significativas no movimento de desestruturação do mercado de trabalho, destacando-se um aumento das ocupações abertas representando “quase 87% das novas vagas geradas.”

Posteriormente entre os anos de 2002 a 2012 segundo Filho, et al. (2015), houve uma expressiva redução nos índices de informalidade da economia brasileira representando uma queda em 10%, com redução de 43,6% para 32,5%, nesse período de 10 anos e uma das explicações para essa redução foi a criação da figura jurídica do Empreendedor Individual ou Micro Empreendedor Individual (MEI), regulamentada pela Lei Complementar nº 128 de 19 de dezembro de 2008.

O objetivo do governo com a criação dessa lei foi a legalização de trabalhadores informais, na figura de empreendedores individuais, os quais após a regulamentação passaram a contribuir com a previdência social e a recolher os impostos ICMS e ISSQN²⁹, gerando receita para a União, Estados e Municípios (OLIVEIRA, et al., 2014).

Mas segundo Barbosa Filho, et al. (2015), ainda que tenha havido redução no grau de informalidade o nível de ocupações informais ainda é expressivo, constituindo um dos principais problemas do mercado de trabalho no Brasil dadas as condições de empregos “ilegais” a que se submetem esses trabalhadores.

De acordo com o relatório do IPEA e do Banco Mundial, o trabalhador obtém basicamente três benefícios em decorrência da rescisão de seu contrato de trabalho: permissão para sacar o saldo existente na conta do FGTS; recebimento da multa

²⁸ O primeiro período compreende os anos de 1979-1999 e o segundo os anos entre 1999 a 2004.

²⁹ ICMS - Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços. ICSSQN - Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza.

indenizatória decorrente da rescisão sem justa causa e poderá gozar do aviso prévio mediante o benefício de um mês de salário. Entretanto para aqueles trabalhadores que não possuem contrato de trabalho mediante registro na Carteira de Trabalho, encontram-se a margem desses benefícios.

Barbosa Filho, et al. (2015) expõe que a informalidade na economia brasileira, compreende a fração de trabalhadores que não possuem carteira de trabalho e os que trabalham por conta própria, os quais não são necessariamente considerados ilegais, desde que registrados na condição de MEI (Microempreendedor Individual).

De acordo com Cirino e Dalberto (2015), os trabalhadores enquadrados na condição de MEI (Microempreendedor Individual), podem gozar dos benefícios junto a Seguridade Social ainda que não possuam carteira de trabalho registrada, podendo ser enquadrados no mercado de trabalho formal. Neste sentido o conceito de trabalhador informal restringe-se apenas aquele que não possui carteira de trabalho registrada, compreendendo uma gama de trabalhadores autônomos.

A adoção desse critério reduz o número de trabalhadores que se enquadram na condição de informais de acordo com o critério tradicional, indo de encontro com a definição da Organização Mundial do Trabalho (OIT, 2002), segundo a qual os trabalhadores informais caracterizam-se pela exclusão do sistemas de proteção e regulação formal, bem como pelo seu alto grau de vulnerabilidade (CIRINO e DALBERTO, 2015).

O trabalhador informal sem qualquer regulamentação possui uma identidade deteriorada, sendo considerada uma pessoa excluída e marginalizada “cidadão de segunda classe” (MATSUO, 2009, p. 14).

De acordo com Neri, (2006, p. 20) a informalidade contribui de forma mais significativa para a pobreza do que a própria condição de desemprego, pois “cerca de 57% dos pobres brasileiros estão em famílias chefiadas por informais. Os chefes desempregados contribuem apenas em 5.4% para pobreza brasileira.” Também na opinião de Néri, (2006, p. 20) a informalidade pode ser vista como “o grande depositário de pobres brasileiros.” O trabalhador informal trabalha, porém não recebe renda suficiente para sustentar dignamente sua família.

Jakobsen, (2000), ao analisar o perfil sócio econômico dos trabalhadores informais na cidade de São Paulo, expôs que o trabalhador informal ao figurar na cadeia produtiva desenvolve várias atividades, dentre as quais compreendem o

escoamento de produtos na condição de vendedores ambulantes, a reciclagem de diversos materiais e a prestação de serviços pessoais.

No entanto, esse modo de inserção no mercado de trabalho não produz relevante geração de renda, ao contrário “coloca os trabalhadores em situação de extrema precariedade laborativa”, sendo-lhes negados todos os direitos sociais oriundos da relação trabalhista (JAKOBSEN, 2000, p. 9).

Mello, et al. (2009), também expõe que a informalidade dificulta o acesso a bens e serviços destinados exclusivamente aos trabalhadores do setor formal, colocando o trabalhador informal em posição de desigualdade acarretando consequências negativas para a economia, na medida em que não há contribuições tributárias e previdenciárias sobre os rendimentos desses trabalhadores.

Segundo Ramalho & Arrochelas (2004, p. 10), as atividades que se desenvolvem sob o manto da informalidade englobam todas as situações relacionadas a falta de regulamentação, sem qualquer supervisão do Estado, compreendendo “situações que contribuem para a proliferação e consolidação de relações sociais desprotegidas e sobretudo, destituídas de marco legal.”

Para Gomes, et al. (2010, p. 1), o trabalhador informal está submetido as práticas de segregação e desigualdade social, pois esse trabalhadores residentes em favelas, experimentam em troca das promessas integradoras do trabalho assalariado e socialmente protegido, a experiência de “políticas sociais e urbanas indutoras de práticas de trabalho onde a informalidade e desigualdade se inter cruzam, passando a constituir uma espécie de regulação pública, às avessas” do desemprego e das práticas de trabalho precárias a que se encontram submetidas essa camada da população.

Carvalho, (1986) e Souza, (2003), apontam que o setor informal abrange pessoas extremamente pobres que desempenham atividades de sobrevivência, compreendendo o local de escoamento da mão de obra de trabalhadores pobres urbanos com baixo nível de escolaridade, laborando nas mais diversas formas de atividades ocupacionais.

Por fim, Matsuo, (2009), também expõe que a composição do mercado de trabalho informal, se faz por pessoas que apresentam um baixo nível de escolaridade logo sem qualquer qualificação profissional, o que resulta na percepção de baixos salários e conduz o indivíduo a uma condição de miséria e extrema pobreza.

O trabalho informal sob a perspectiva de sobrevivência frente à perda de uma ocupação formal, torna-se um problema social dentro da economia capitalista, transformando-se em um desdobramento do excedente da mão de obra, como estratégia de garantia de uma renda mínima para a sobrevivência.

Com base no estudo desenvolvido verifica-se uma intrínseca relação entre informalidade, renda e baixo nível educacional, conduzindo ao seguinte questionamento: Seria a educação característica individual preponderante a determinar a permanência e o nível da renda do trabalhador no setor informal?

Diversos estudos relacionam a inserção no mercado de trabalho com o nível de escolaridade e a renda. De acordo com Menezes-Filho (2004), a educação é um dos fatores que mais influencia o retorno em termos salariais no Brasil.

Sabóia, et al. (2004), com a finalidade de analisar os dados coletados no Censo Demográfico do ano de 2000, desenvolveram uma pesquisa para definição e caracterização do setor informal, evidenciando uma relação entre educação e informalidade, o que foi confirmado pela presença de pessoas com baixo nível educacional, conforme os números apresentados no estudo:

Entre aqueles com menos de um ano de estudo, 77,5% estão no informal 1. Para os que completaram o primeiro grau (8ª série), a participação cai para 43,1%. Quando consideradas as pessoas com 12 anos ou mais de estudo (universitários), apenas 18% estão no informal 1. Para o informal 3, os percentuais são, respectivamente, 81,4%, 50,9% e 31,2%.²⁸ (SABÓIA; SABÓIA, 2004, p. 15-16).

Com base nos dados acima verifica-se que a inserção de trabalhadores menos escolarizados não surpreende dada a probabilidade de comporem em sua maioria o setor informal (SABÓIA, et al., 2004).

Segundo Melo (2013), a relação entre escolaridade e informalidade também restou evidenciada em sua pesquisa, desenvolvida com o objetivo de analisar qual a influência que a escolaridade dos moto taxistas uberlandenses exerce na entrada e permanência desses profissionais no mercado informal.

O trabalho desenvolvido por Melo, (2013), também teve como objetivo testar a hipótese apresentada por Sabóia e Sabóia (2004), os quais por meio de dados estatísticos colhidos no senso de 2002 sobre o setor informal, defenderam que quanto menor o nível de escolaridade maior é a permanência desse trabalhador no setor informal. Para confirmar a hipótese do trabalho apresentada, a pesquisa

apoiou-se na revisão bibliográfica sobre o surgimento da atividade de moto taxistas e sua relação com a informalidade, aliada a coleta de dados acerca da escolaridade da classe profissional, por meio da pesquisa de campo juntamente com outras pesquisas.

Infere-se da pesquisa realizada que a atividade de moto taxistas tem sido desenvolvida por trabalhadores que apresentam baixo nível de escolaridade, logo a hipótese inicial acerca da influência da escolaridade confirmou-se como um fator decisivo para a entrada e permanência no setor informal.

Posteriormente Mello, et al. (2009), apontou em sua pesquisa que a partir de 1990, observou-se uma nova composição educacional da força de trabalho, acentuando-se a entrada de uma geração mais escolarizada, impactando de forma relevante na redução da informalidade. O objetivo desta pesquisa foi identificar uma hipótese empiricamente mais significativa para explicar a queda da informalidade baseada no aumento dos níveis de escolaridade.

A metodologia adotada foi a estratégia de investigação decompondo a variação na taxa de informalidade, verificando a probabilidade de um trabalhador encontrar-se laborando no mercado informal segundo as características que determinam a escolha de cada trabalhador. O modelo foi estimado a partir dos microdados da Pnad, para os anos de 2002 e 2007. A conclusão apresentada por Mello, et al. (2009) foi de que a melhora na distribuição educacional dentre os atributos dos trabalhadores, revelou-se como um dos principais fatores responsável pela elevação do grau de formalização do mercado de trabalho.

Ainda com relação ao liame existente entre escolaridade e mercado de trabalho cabe destacar o estudo desenvolvido por Barbosa, et al. (2013, p. 1), no qual os autores adotaram como proposta a descrição das condições de vida, dentre elas a escolaridade e a qualificação profissional dos beneficiários do Programa Bolsa Família, cadastrados no mês de setembro do ano de 2009 na cidade de Montes Claros – Minas Gerais. Para persecução da pesquisa os autores adotaram dois procedimentos metodológicos, a pesquisa bibliográfica e a análise de dados extraídos do projeto de pesquisa “Os Beneficiários do Programa Bolsa Família de Montes Claros – MG: Quem são e como vivem?”

Na pesquisa Barbosa, et. al. (2013, p. 8), evidenciaram a tríade trabalho, renda e educação destacando que o trabalho é a principal fonte de renda e a educação viabiliza a colocação em postos de trabalho com melhores rendimentos.

Segundo os dados coletados na pesquisa verificou-se que dentre os responsáveis pelas famílias beneficiárias do programa, 89% carecem de qualificação profissional, portanto exercem atividades com baixa remuneração, “como faxineiras, trabalhadoras rurais, empregadas domésticas, serventes, dentre outras.”

Como resultado concluíram que a baixa escolaridade condiciona a baixa qualificação profissional insuficiente para atender as exigências do mercado, sendo este o perfil predominante entre os responsáveis pelas famílias cadastradas no programa, restando-lhes como meio de renda a ocupação em atividades com baixa remuneração ofertadas nos extratos ocupacionais inferiores, agravando-se essa condição pela falta de contribuição previdenciária.

Com base nos dados apresentados pelas pesquisas analisadas tem-se que a baixa escolaridade conduz a baixa qualificação profissional, limitando a inserção e permanência do trabalhador no mercado de trabalho formal, restando como única opção a esses indivíduos privados de capital humano a busca pela sobrevivência no mercado de trabalho informal.

CAPÍTULO 4

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS E BASE DE DADOS

4.1 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Este capítulo descreve os procedimentos metodológicos utilizados nesta pesquisa. Para Demo (2000, p. 11), metodologia significa o “estudo dos caminhos, dos instrumentos usados para se fazer ciência.” Nesse sentido, a metodologia se refere aos métodos como um instrumento que possibilita ao investigador de qualquer área de conhecimento proceder sistematicamente na busca por certa objetividade.

Considerando a utilização de informações traduzidas em números pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, a pesquisa pode ser classificada como quantitativa a qual, segundo Silva e Menezes, (2005, p. 20) pode-se quantificar tudo que se traduza em números, opiniões, informações para classificação e análise, por meio de técnicas estatísticas.

Com relação à abordagem quantitativa, este estudo apresentará uma análise estatística com o objetivo de caracterizar o trabalhador informal, verificando se há ou não uma relação entre desigualdade social, pobreza, baixo nível educacional e informalidade no mercado de trabalho. A estatística é uma ciência que se dedica à coleta qualificada dos dados, a inferência, o processamento, a análise e a disseminação das informações. A análise estatística pode ser aplicada em praticamente todas as áreas de conhecimento e pode ser dividida em duas grandes categorias: estatística descritiva e estatística inferencial (FOGAÇA, 2010).

Nesta pesquisa, será utilizada a estatística descritiva que de acordo com Martins e Donaire (1988), tal método se baseia no estudo de uma amostra da população, procurando inferir, induzir ou estimar as leis de comportamento da população da qual a amostra foi retirada.

Além da análise estatística, será utilizado um modelo econométrico, para verificar o que afeta a probabilidade de uma pessoa, estar desempenhando suas funções no mercado de trabalho informal. Assim, propõem-se a estimativa de um modelo *Próbit*, utilizado quando se tem variável dependente qualitativa (GREENE, 2003).

Segundo Greene (2003), a escolha de uma variável qualitativa como variável dependente de um modelo de regressão conduz à necessidade de estimativas não lineares, sendo o modelo *probit* uma das opções apresentadas pelo autor. Neste caso, modelou-se a probabilidade de uma pessoa desempenhar suas funções no mercado informal de trabalho.

No Modelo *Probit*, a variável independente Y é dicotômica, ou seja, ela assume valor 1 ou 0, a partir de uma série de variáveis explicativas contínuas e/ou binárias. Neste caso o objetivo é encontrar a probabilidade que algo aconteça, ou seja, um valor positivo aumenta a probabilidade de ocorrência do evento e um valor negativo, diminui a probabilidade de ocorrência deste evento.

Deste modo, deve-se considerar que y é a variável dependente, a referida probabilidade pode ser representada da seguinte forma:

$y = 1$: se a pessoa desempenha suas funções no mercado informal de trabalho

$y = 0$: caso contrário

Dito de outra forma:

Probabilidade $(y_i/x_i) = 1$, se a pessoa, desempenha suas funções no mercado informal de trabalho.

Probabilidade $(y_i/x_i) = 0$, caso contrário

Neste sentido: $y = F(\mathbf{x}_i, \mathbf{d}_i)$

Em que:

$\mathbf{x}_i \Rightarrow$ variáveis contínuas

$\mathbf{d}_i \Rightarrow$ variáveis binárias ou *dummy*.

No que tange aos procedimentos qualitativos uma pesquisa pode ser classificada de acordo com Gil (2002), como bibliográfica, documental, experimental, *expost-facto*, estudo de corte, levantamento, estudo de campo, estudo de caso, pesquisa ação e pesquisa participante.

Para o desenvolvimento deste trabalho, utilizar-se-á da pesquisa bibliográfica. Para Cervo e Bervian (1996, p. 48), “A pesquisa bibliográfica procura explicar um problema a partir de referências teóricas publicadas em documentos.” Nesse mesmo sentido, Gil (2002, p. 44) define pesquisa bibliográfica “quando elaborada a partir de material já publicado, constituído principalmente de livros, artigos de periódicos e atualmente com material disponibilizado na Internet.” Assim, por meio da realização

de pesquisa em livros, teses, dissertações e artigos nas diversas áreas do conhecimento, será formado o arcabouço teórico.

4.2 Base de dados

Para atingir o objetivo proposto optou-se pela base de dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) do ano de 2015, a qual consiste em um sistema de pesquisa domiciliares, implementada e disseminada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) a partir do ano de 1967 de forma progressiva, tendo como finalidade a produção de informações básicas para o estudo do desenvolvimento socioeconômico do País. Desse banco de dados serão selecionadas pessoas com idade igual ou superior a 18 anos.

A coleta de dados se faz por amostra de domicílios buscando investigar diversas características de ordem socioeconômica, sendo tanto de caráter permanente dentre as quais englobam as características gerais da população sobre educação, trabalho, rendimento e habitação, bem como características com periodicidade variável compreendendo informações sobre migração, fecundidade, nupcialidade, saúde, nutrição, podendo ser incluídos outros temas de relevância e segundo a necessidade da população.

A pesquisa abrange a população residente nas unidades domiciliares, eis que é um sistema de pesquisas por amostra de domicílios que por ter propósitos múltiplos, investiga diversas características socioeconômicas e demográficas, de caráter permanente como as características gerais da população de educação, trabalho, rendimento e habitação e periodicidade variável como migração, fecundidade, nupcialidade, saúde, segurança alimentar e outros temas de acordo com as necessidades de informação para o País.

A população alvo é constituída pelos moradores em domicílios particulares permanentes pertencentes à área de abrangência geográfica da pesquisa. Foi definido como a abrangência geográfica todo o território nacional dividido nos setores censitários da Base Operacional Geográfica de 2010, excluídas as áreas com características especiais e com pouca população. Estas áreas são classificadas pelo IBGE na base de setores como, aldeias indígenas, quartéis, bases militares, alojamentos, acampamentos, embarcações, penitenciárias, colônias penais,

presídios, cadeias, asilos, orfanatos, conventos e hospitais. Também foram excluídos os setores censitários localizados em Terra Indígena.

Os resultados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios a partir do segundo trimestre no ano de 1967, passaram a ser apresentados com periodicidade trimestral até o primeiro trimestre do ano de 1970, sendo que a partir do ano de 1971 os levantamentos passaram a ser apresentados anualmente no último trimestre de cada ano, com interrupções nos anos de 1970, 1980, 1991, 2000 e 2010 para realização dos Censos Demográficos.

Dentre os temas investigados pela PNAD, são escolhidos temas que propiciem a coleta de dados acerca dos aspectos gerais da população como: educação, trabalho, rendimento e habitação, migração e fecundidade podendo haver ampliação dos temas investigados como por exemplo: consumo alimentar e orçamentos familiares, bem como dados acerca da existência de rádio e televisão nos domicílios particulares permanentes.

Tem-se ainda os dados coletados nas pesquisas suplementares, dentre os quais investiga-se temas sobre saúde, educação, mão de obra, previdência e fecundidade feminina; entre outros de relevância como o trabalho infantil.

Na PNAD do ano de referência 2015, dentre os temas essenciais houve a inclusão dos temas suplementares como: práticas de esporte e atividade física, sindicalização e aspectos dos cuidados das crianças de menos de 4 anos de idade e do tópico aspectos das relações de trabalho.

O pacote estatístico a ser utilizado será o *software Stata 12*, do banco de dados da PNAD e todas as estatísticas serão ponderadas pelo fator de expansão da amostra. Serão selecionadas as pessoas entre 18 a 80 anos de idade.

CAPÍTULO 5

ANÁLISE ESTATÍSTICA E ECONOMÉTRICA DO PERFIL DO TRABALHADOR FORMAL E INFORMAL NO BRASIL

5.1 Análises estatística do perfil do trabalhador formal e informal no Brasil

Este capítulo apresenta por meio de uma análise estatística, o perfil socioeconômico do trabalhador formal e informal no Brasil. A pesquisa considerou as pessoas com idade de 18 a 80 anos, compreendendo a população ocupada com base nos dados da PNAD 2015.

A figura 1 apresenta a composição da população brasileira distribuída segundo a faixa etária. O Brasil no ano de 2015, contava com 204.860.101 habitantes. Os extratos situados entre os níveis de faixa etária de 0 a menor que 10 anos e; 10 a menor que 18, correspondem respectivamente a 13,28% e 12,94%, sendo que a soma dessas duas faixas etárias alcança 26,22%, demonstrando uma baixa participação em relação às demais faixas etárias apontadas na figura 1. Esses baixos percentuais podem ser explicados pelo fenômeno da queda na taxa de fecundidade das mulheres o qual teve início na década de 1960, aumentando gradativamente nos anos seguintes.

Do total da população de 204.860.101; tem-se que 69.746.415 de pessoas, ou seja, 34,05% corresponde à faixa etária de 18 a menor que 40 anos. Ainda considerando os percentuais das faixas etárias de 0 a menor que 10 anos e; 10 a menor que 18, juntamente com o percentual correspondente a faixa etária de 18 a menor que 40, tem-se um total de 60,27 %, significando que de modo geral o país ainda é composto por uma população jovem em sua grande maioria (PNAD, 2015).

No percentual de 25,40% está inserida a faixa etária de pessoas de 40 a menor que 60 anos, representando um total de 52.034.376 pessoas. E na faixa etária de 60 a menor que 80 anos, formada por um grupamento caracterizado segundo a Lei n 10.741/2003 como idoso, contabiliza 25.853.932 de brasileiros o que representa 12,62% da população brasileira.

Se considerar a população compreendida entre a faixa etária de 40 a menor que 60 anos e 60 anos a menor que 80 anos, tem-se que a soma dessas duas faixas etárias alcança uma representação de 38,02%, demonstrando que o país

caminha para uma situação intermediária da população, o que pode ser justificado segundo a taxa de natalidade que vem se reduzindo a cada ano e a expectativa de vida que vem aumentando, elevando-se como consequência o número de idosos.

Outro fator que também influencia essa transição para as faixas etárias mais avançadas é a redução da fecundidade da população feminina, a qual segundo dados do IBGE de 2013, alcançou 6,28 filhos por mulher nos anos de 1960, reduzindo-se no ano de 2010 para 1,87 filhos, atrelando-se concomitantemente o aumento da expectativa de vida que passou de 48,0 anos para 73,9 anos no mesmo período, de modo que esses fatores influenciaram de forma decisiva para a redução da natalidade com um aumento no número de pessoas com faixa etária entre 18 a 60 anos, o que vem acarretando uma redução na representatividade das populações mais jovens.

Nessa linha de pensamento, Alves (2012) acrescenta que dois fenômenos foram fundamentais: a urbanização e a industrialização, os quais propiciaram a inserção da mulher no mercado de trabalho condicionando também ao aumento dos níveis de educação formal, fatores que exerceram forte influência para a redução da taxa de natalidade e aumento da expectativa de vida.

Atrelado a esses fatores também ganha relevância os apontamentos de Paschoal, (1999), o qual ressalta a evolução dos estudos científicos para as melhorias das condições sanitárias, reduzindo-se os índices de mortalidade da população brasileira com a elevação dos índices de desenvolvimento humano na dimensão longevidade.

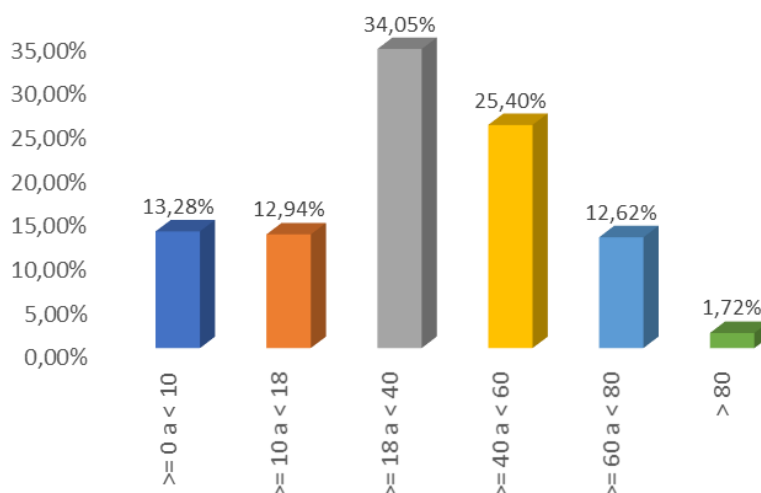


Figura 1 – Brasil: Total da população, segundo a faixa etária.

Fonte: IBGE/PNAD 2015 (Resultados da pesquisa).

Do total da população com idade de 18 a 80 anos (objeto da pesquisa), 91,11% declararam estar desempenhando alguma função no mercado de trabalho, o que correspondem a 92.580.309 pessoas. Já em relação às pessoas que declararam não desempenhar funções, ou não declararam, o percentual é de apenas 8,89%, correspondendo a 9.034.743 pessoas. Estes dados podem ser visualizados na figura 2.

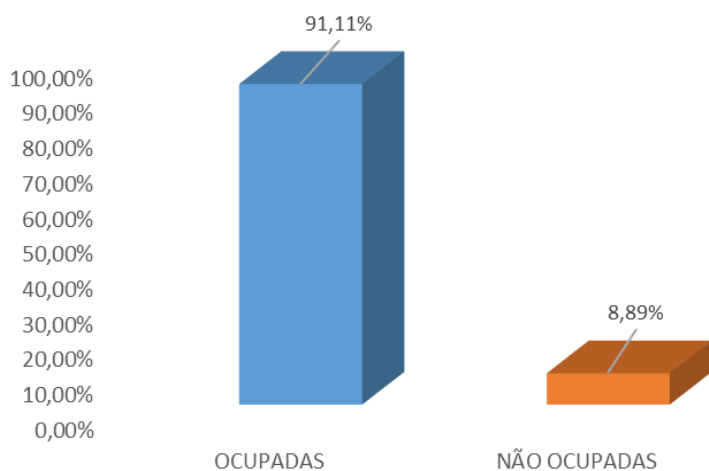


Figura 2 - Brasil: Total da população brasileira economicamente ativa.

Fonte: IBGE/PNAD 2015 (Resultados da pesquisa).

A figura 3 apresenta a divisão da população segundo a condição no mercado de trabalho, divisão esta que pode ser explicada com base na perspectiva da teoria dualista a qual sustenta a existência de dois mercados de trabalho: formal e informal. O mercado de trabalho formal oferece melhores vagas de emprego e prima pela observância de regras contidas no contrato de trabalho; enquanto o mercado informal acolhe os trabalhadores que não encontram-se ocupando postos de trabalho no setor formal, onde as vagas são limitadas. Desse modo os trabalhadores do setor informal são obrigados a “se contentar com um emprego no setor informal, apesar de serem igualmente produtivos” (CURI, et al., 2006, p.2).

Com base nos dados da PNAD 2015 apresentados na figura 3, do total de 92.580.309 das pessoas inseridas no mercado de trabalho tem-se que 49.828.278, os quais correspondem a 53,82% encontram-se ocupando postos no mercado de trabalho formal, de outra forma 42.752.031, os quais correspondem a 46,18%, ocupam vagas de trabalho no setor informal desempenhando suas funções à

margem das proteções conferidas aos trabalhadores que atuam com carteira registrada, o que pode levar essa população à pobreza e à miséria.

Essa desproteção manifesta-se pela ausência de registro em carteira de trabalho, já que na maioria das vezes o trabalho autônomo é desenvolvido fora dos marcos legais, condicionando a desigualdade entre trabalhadores formais e informais frente ao mercado de trabalho (MEIRELES, 2013).

Conforme denota-se na figura 3, o mercado informal tem sido uma forte alternativa para os trabalhadores desempregados, haja vista, a participação significativa dessa categoria no contexto das pessoas aptas para o exercício do trabalho.

Esses trabalhadores encontram no trabalho informal uma alternativa em função da exclusão do mercado formal atribuída às barreiras nas buscas por emprego com carteira assinada por isso, renunciam direitos trabalhistas e melhores salários em detrimento da sobrevivência.

Rosa, et al. (2012), apontam que a informalidade ainda que seja vista como uma possibilidade de trabalho e renda, sob a ótica social e jurídica não pode ser considerada uma opção vantajosa, em que pese para muitos trabalhadores autônomos apresenta-se como a única opção de sobrevivência, mesmo que submetidos à miséria associada à falta de perspectivas de melhores condições de trabalho.

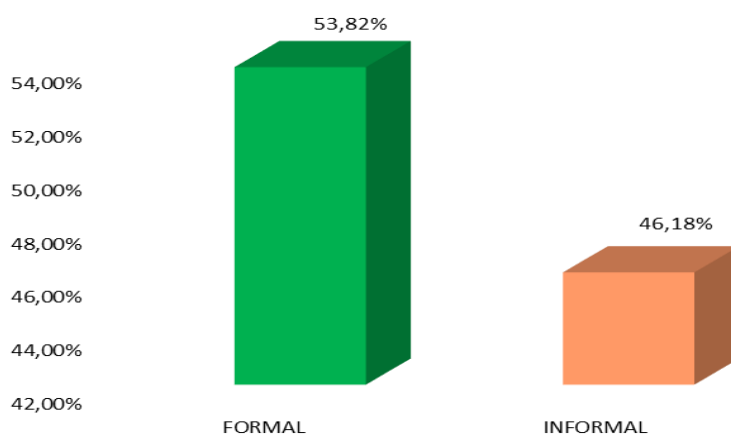


Figura 3 - Brasil: Total da população ocupada dividida, segundo sua inserção no mercado de trabalho formal/informal

Fonte: IBGE-PNAD 2015 (Resultados da Pesquisa).

Na sequência apresenta-se na figura 4 os dados da população ocupada, segundo a área de residência e ocupação no mercado de trabalho formal ou informal. Do total da população ocupada que é de 92.580.309; 84,73% residem na zona urbana e 15,27% na zona rural. Com relação ao total dos residentes na zona urbana 59,39% desempenham suas atividades no mercado formal enquanto que, 40,61% incorporam o mercado informal. Já em relação aos residentes na zona rural, estes percentuais representam 22,89% e 77,11%, respectivamente nos setores formal e informal.

Os dados apresentados na figura 4, pouco se alteram em comparação com os dados apresentados pelo DIEESE (2014) do ano de 2013, em que dos 4,0 milhões de ocupados empregados (ou assalariados) no meio rural 59,4% correspondia aos trabalhadores informais exercendo suas funções sem carteira de trabalho assinada e desse total 40,61% correspondiam aos trabalhadores com Carteira de Trabalho assinada. Esses dados conduzem ao entendimento de que elevado percentual de trabalhadores rurais no Brasil trabalhavam na ilegalidade, isto é, sem carteira de trabalho registrada, estando esses trabalhadores à margem das garantias conferidas por lei (DIEESE, 2014; PME/IBGE, agosto 2014).

O elevado percentual de informalidade no campo, é explicado também por Santos (2000), o qual baseia-se no componente histórico, mantido em razão dos modelos de desenvolvimento adotados pelo governo e pelas elites por meio da exclusão social dessas pessoas. A legislação trabalhista também pode ser tida como um dos principais indicadores desse modelo excludente, já que por muitos anos

colocou o trabalhador rural à margem da proteção legal. Essa exclusão da proteção legal também é oriunda das práticas escravagistas pelos proprietários de terras, os quais excluía dos trabalhadores rurais a concessão de seus direitos trabalhistas.

A significativa diferença em percentuais de trabalhadores desempenhando funções no mercado informal na área rural, também é resultado do reflexo da especialização e mecanização do setor agrícola, gerando como consequência redução do número de postos de trabalho no setor formal no meio rural e condicionando essas pessoas a procurarem emprego nos grandes centros urbanos.

Carvalho, et al. (2010), ao realizarem a pesquisa acerca da formalidade e da informalidade no meio rural na cidade de Cáceres, Estado do Mato Grosso, concluíram que em relação aos trabalhadores rurais formalizados, ainda que a relação trabalhista esteja regulamentada prevalecem baixos salários, ausência de qualificação e falta de incentivos aos trabalhadores para melhorarem a sua qualificação por meio de estudo, sendo que esses trabalhadores mesmo na formalidade também não tem perspectivas de crescimento pessoal e profissional. E ainda no que se refere a relação trabalhista dos informais a situação é mais grave e precária dada a inexistência de reconhecimento dos direitos trabalhistas, o que faz prevalecer baixos salários e a exploração dessa mão de obra.

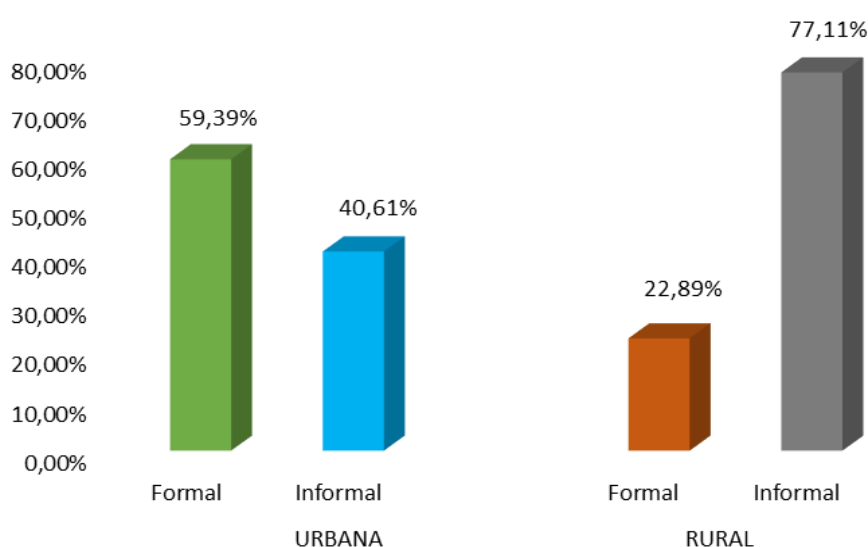


Figura 4 – Brasil: Total da população de trabalhadores no setor formal e informal segundo a área de residência

Fonte: IBGE-PNAD 2015 (Resultados da Pesquisa).

No que diz respeito ao sexo, a estatística apresentada na figura 5, demonstra que do total de pessoas do sexo feminino (39.726.468); 54,10%, estão executando funções no mercado de trabalho formal, totalizando 21.490.389 e 45,90% estão inseridas no mercado informal, correspondendo a 18.236.079 mulheres. Em relação aos homens (52.853.841); 53,62% estão no mercado formal e 46,38% no mercado informal, o que representa 28.337.889 e 24.515.92, respectivamente. Com base nos dados apontados pela PNAD 2015, verifica-se que as mulheres ocupam um percentual mais elevado no setor formal embora com uma diferença de apenas 0,48%, em comparação com os homens. Enquanto que na ocupação para o setor informal a participação dos homens foi maior em 0,48%, em relação às mulheres o que demonstra um quase equilíbrio nas duas situações entre homens e mulheres.

Dentre as mudanças ocorridas na sociedade tem-se a inserção da mão de obra feminina no mercado de trabalho, a qual segundo Toitio, (2008, p.2), tem origem antes mesmo da Revolução Industrial:

O trabalho feminino passa a integrar crescentemente a estrutura econômica a sociedade capitalista, sempre sob a determinação mencionada, ou seja, submetida ao capital e a sua necessidade de valorização no entanto nas primeiras décadas do século passado era ainda muito superior a proporção do trabalho masculino em relação ao feminino na esfera produtiva.

Os dados apresentados na figura 5, de acordo com os apontamentos de Wajnmaw, (2006), revelam que a proximidade dos números entre trabalhadores masculinos e femininos para o mercado de trabalho formal e informal também constitui fruto da industrialização dos bens de consumo domésticos e a crescente possibilidade de terceirização dos serviços, o que proporcionou condições para a inclusão das mulheres nas atividades econômicas e auferir renda para fortalecimento do orçamento familiar.

Corroborando ainda os estudos de Wajnman (2009), os dados demonstrados na figura 5, confirmam a presença marcante da mulher nos mercados de trabalho formal e informal, espaço que em um período de aproximadamente cinquenta anos atrás, era composto essencialmente pelo sexo masculino, sendo que atualmente tem-se um quase equilíbrio dessa ocupação por homens e mulheres no preenchimento das vagas no mercado de trabalho.

Wajnman (2009) aponta ainda que a justificativa para essa proximidade de ocupações entre homens e mulheres, decorre da redução da presença masculina na

ordem de 10% a partir de 1950 seguida de uma elevação de 35% na participação da mulher em determinados postos de trabalho. Houve mudanças também em relação à qualidade das ocupações, pois se antes as mulheres estavam segregadas a ocuparem apenas as vagas destinadas ao trabalho doméstico e nos últimos anos ocorreu uma diversificação, mesclando homens e mulheres na ocupação de diversas atividades que antes eram destinadas exclusivamente ao sexo masculino.

Destaca ainda que em relação às diferenças salariais entre homens e mulheres houve um estreitamento em virtude da relevância que vem ganhando os rendimentos femininos, o qual passou a ser preponderante nas economias domésticas (WAJNMAN, 2009).

No que se refere à presença da mulher no mercado de trabalho informal Teixeira, (2017) também explica que um dos efeitos da reforma previdenciária sobre o sexo feminino, entre os anos de 2003 a 2013, foi a redução na ocupação dessas vagas informais pelo trabalho feminino.

Por outro lado de acordo com Nascimento, (2014), a absorção do trabalho feminino no mercado informal também pode ser explicada pela desregulamentação e precarização do trabalho o qual aloca mão-de-obra barata, com funções de menor qualificação. A inserção da mulher no mercado de trabalho causou transformações, que trouxeram mudanças socioeconômicas com a participação significativa da mulher nos mercados: formal e informal.

Dessa maneira, a expressiva entrada da força de trabalho feminina no mercado de trabalho contemporâneo se explica pelas oportunidades advindas de conquistas hierárquicas com cargos e funções de *staff* antes ocupadas pelos homens em sua grande maioria, em decorrência do grau de escolaridade e por apresentarem competências nas habilidades que o mercado procura. Deste modo dada a necessidade de contribuição no orçamento familiar pelos rendimentos da mulher, esta passou a exercer as mais variadas atividades, inclusive aquelas em que não se exige primordialmente qualificações como é o caso das vagas nos serviços domésticos entre outras ofertadas no mercado informal.

Segnini (2000), também constatou em sua análise que em detrimento da redução da presença masculina no mercado de trabalho, houve um significativo aumento da presença feminina. Porém, este aumento não esteve acompanhado da necessária valorização do trabalho feminino em detrimento das persistentes formas

de discriminação reveladas nas diferenças salariais tais como: excesso de jornada de trabalho, precarização das atividades e desrespeito às normas trabalhistas.

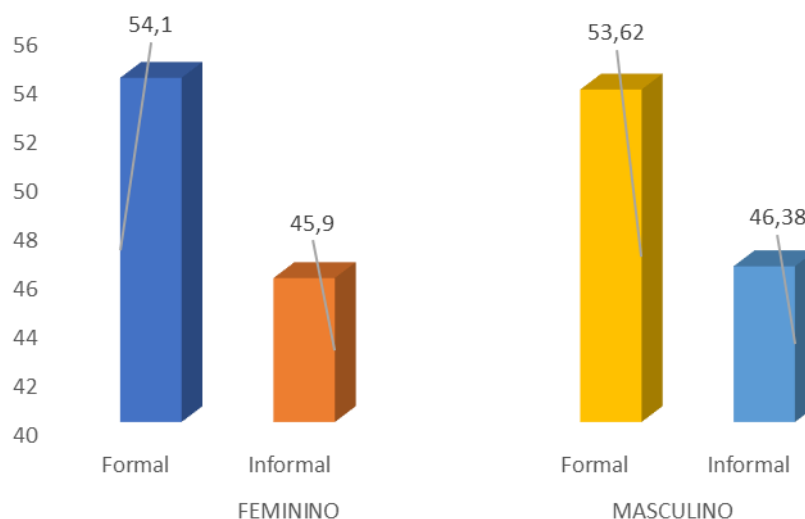


Figura 5 – Brasil: População de trabalhadores no setor formal e informal segundo o sexo.

Fonte: IBGE-PNAD 2015 (Resultados da Pesquisa).

A análise seguinte se refere à característica da cor (branca, preta, amarela, pardo e indígena sem declaração), segundo a condição no mercado de trabalho formal/informal. Estas informações estão apresentadas na figura 6.

Percebe-se pelos números que do total da população da cor branca (42.672.028), 59,38% encontram-se exercendo suas funções no setor formal, já para o setor informal esse percentual é de 40,62%. Já em relação às pessoas da cor preta as quais correspondem a 9.018.763, também há predominância no setor formal, sendo que 53,52% das ocupações das vagas no mercado de trabalho estão no setor formal, enquanto que 46,75% dessas pessoas estão inseridas no setor informal. Com base nos dados analisados observa-se que o setor informal abarca um percentual mais elevado de pessoas da cor negra em comparação as pessoas da cor branca.

No que refere aos demais grupos segundo a PNAD 2015, em relação as pessoas de cor amarela (495.093) o setor formal aloca 65,04% desses trabalhadores, sendo que o percentual para o setor informal é de apenas 34,96%. No que se refere as pessoas de cor parda, os percentuais não registram uma

significativa diferença, sendo 48,03% de vagas ocupadas por pessoas pardas no setor formal e 51,97% para o setor informal.

O alto índice de ocupação dos postos de trabalho informal por pessoas não brancas decorre da dificuldade de inserção no mercado de trabalho formal, já que os não brancos estão mais propensos a ocuparem as vagas de emprego do setor informal; isto significa dizer que os brancos têm maior vantagem ocupacional no mercado de trabalho formal juntamente com os amarelos.

É possível inferir que essa retração de vagas do mercado formal aos não brancos é oriunda da própria evolução histórica do mercado de trabalho no Brasil, evolução esta que ainda apresenta resquícios de exploração da mão de obra escrava, perpetuando-se as desigualdades socioeconômicas entre trabalhadores.

De acordo com os dados da figura 6, observa-se um acentuado equilíbrio entre as ocupações no mercado formal e informal entre brancos e não brancos, no entanto, requer atenção os apontamentos de Cerqueira, (2012), para o qual ainda persiste uma condição de inferioridade dos afro-descendentes, e como exemplo dessa desigualdade o autor faz referência ao setor previdenciário, justificando que embora haja esforços para facilitar o acesso dessa população ao sistema previdenciário estes não são suficientes, visto que analisando historicamente a população de pretos e pardos, estes sempre sofreram restrições de acesso ao mercado de trabalho formal em comparação aos brancos e amarelos.

Abramo (2006), revela em seu estudo acerca da Desigualdade de Gênero e Raça no Mercado de Trabalho Brasileiro, que mesmo havendo igualdade no nível de escolaridade entre brancos e negros, os rendimentos das pessoas da cor negra continuam sendo inferiores aos das pessoas da cor branca.

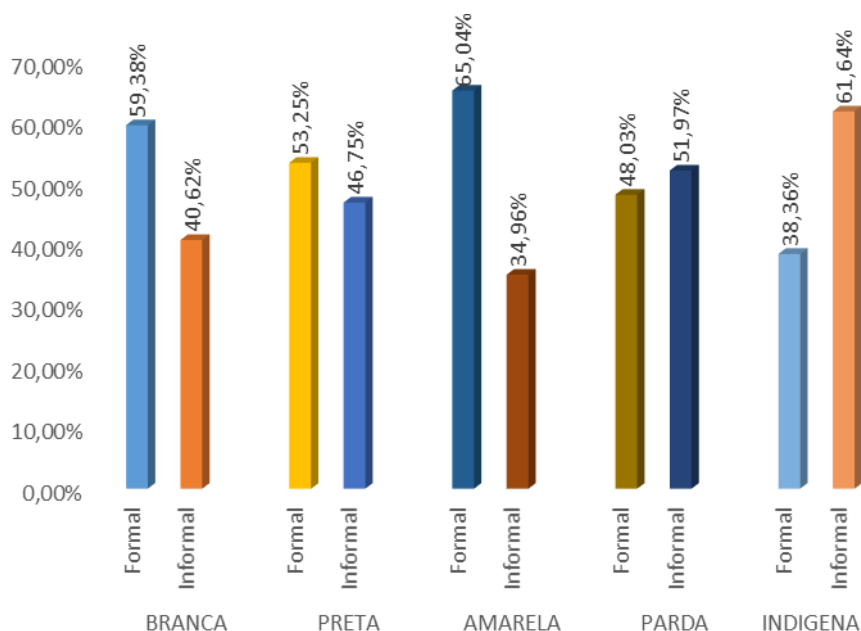


Figura 6 – Brasil: População de trabalhadores no setor formal e informal segundo a cor ou raça

Fonte: IBGE-PNAD 2015 (Resultados da Pesquisa).

No que diz respeito a relação entre a condição no mercado de trabalho e o nível educacional, a figura 7 permite a percepção da existência de uma relação direta entre aqueles que não possuem grau de instrução ou baixa escolaridade com a sua inserção no mercado de trabalho informal. Do total das pessoas sem instrução que é de 5.805.120, tem-se que apenas 22,85%, estão inseridas no mercado formal, enquanto que para o mercado informal esse percentual eleva-se para 77,15% esses dados demonstram que o hiato existente entre as pessoas que não possuem grau de escolaridade inseridos nos mercados formal e informal é de 54,30%.

Com relação àqueles que possuem escolaridade de 1 a 5 anos (17.678.712), a inserção no mercado de trabalho formal é de apenas 31,84%, havendo uma elevação no mercado informal onde o percentual passa a ser de 68,16%.

Sobre os períodos de escolaridade relativos ao exercício do trabalho das pessoas, identificou-se que os trabalhadores com até nove anos de escolaridade (17.248.373), tem-se que 46,72% ocupam postos de trabalho no setor formal, enquanto que no setor informal a ocupação foi de 53,28%.

Em relação aos trabalhadores que possuem grau de escolaridade entre 10 a 12 anos (33.920.652); o percentual de ocupação passa a se inverter, sendo que

64,20% ocupam o setor formal, enquanto que no setor informal representam apenas 35,80% desses trabalhadores com grau de escolaridade mais elevado.

Quanto a análise do nível de ocupação dos trabalhadores que atingiram grau de escolaridade acima de 13 anos (17.927.452), a composição é de 72,28%, de trabalhadores para o mercado formal de trabalho, enquanto que no setor informal encontram-se empregados apenas 27,28% dos que portam diploma universitário; neste caso tem-se um hiato de 45% entre os setores formal e informal (Figura 7).

Os números da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) do ano de 2015 mostram que o aumento do grau de escolaridade dos brasileiros, induz a uma queda na informalidade do trabalho. Assim analisando os dados da primeira coluna (mercado formal), verifica-se que a relação entre grau de escolaridade e formalidade é intrínseca. Quanto maior o nível de instrução, maiores e melhores oportunidade de ofertas de vagas de emprego no setor formal.

Por outro vértice, no que se refere à amostra de dados na relação grau de escolaridade e informalidade é possível constatar que trabalhadores sem qualquer grau de instrução - sendo entre aqueles que nunca ingressaram nos bancos escolares, ocupam um percentual de 77,15% dos postos de trabalho informal, enquanto que trabalhadores nas mesmas condições ocupam apenas 22,85% das vagas do setor formal. Esse elevado percentual de trabalhadores sem escolaridade ocupando posto de trabalho informal é resultado da ausência de qualificação profissional, e conforme se extrai dos dados apresentados na figura 7, a aquisição do capital educacional, assegura maiores oportunidades de ocupação de vagas de emprego no mercado de trabalho formal.

Os resultados apontados na figura 7 validam a literatura de modo que é possível constatar as evidências empíricas em que a falta de formalização nas relações de trabalho, que se traduz principalmente pela ausência de registro em carteira é inversamente proporcional ao grau de escolaridade: quanto mais anos de estudo maior a formalização, ou seja, a relação entre grau de escolaridade e informalidade é negativa conforme evidenciado na pesquisa realizada por Filho, et al. (2015), ao analisar o fenômeno da informalidade sob ótica das características da oferta de trabalho, expondo que a universalização da educação vem de encontro com a redução dos níveis de informalidade do mercado de trabalho e que a redução dos postos de trabalho informal, tem sido condicionada pela chegada de gerações mais escolarizadas.

Para Batista Filho, et al. (2015, p. 20), as variáveis ligadas à educação justificam a redução da informalidade do trabalho no Brasil, já que “existe uma relação negativa e monotônica entre anos de escolaridade e informalidade.”

Deste modo, verifica-se que os dados de escolaridade para o ano de 2015, evidenciam que, havendo elevação de anos de estudo a participação dos vínculos formais de empregos ocupados por trabalhadores respondem com maior intensidade aos empregos formais e ao contrário em relação ao mercado informal. Os pontos extremos entre os dois mercados de trabalho correspondem aos trabalhadores com mais anos de estudos e aos trabalhadores com menor grau de escolaridade, exatamente os trabalhadores sem instrução que prevalecem em relação as demais classificações.

Os resultados apontados pela PNAD 2015, vão de encontro com a avaliação do IPEA (2015), na qual é evidente a correlação entre escolaridade e trabalho informal, uma vez que os indivíduos menos qualificados formalmente estão mais propensos a ocupar postos de trabalho no mercado informal, enquanto os mais qualificados se habilitam mais facilmente ao mercado formal o qual oferece melhores condições de trabalho.

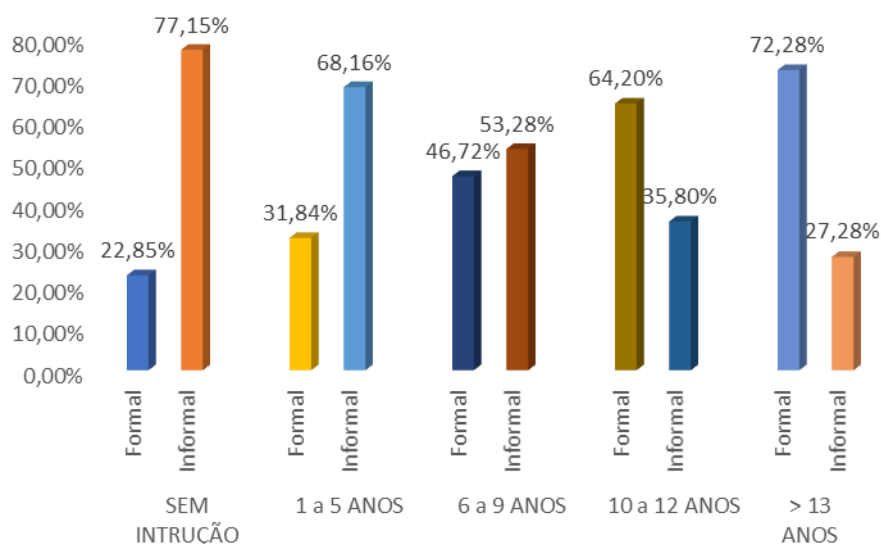


Figura 7 – Brasil: População de trabalhadores no setor formal e informal segundo o grau de escolaridade.

Fonte: IBGE-PNAD 2015 (Resultados da Pesquisa).

Outro relevante aspecto de comparação deve-se a ocupação no mercado de trabalho formal e informal e a renda auferida pelo trabalhador, conforme apresenta a figura 8. Destaca-se a desproporção existente entre os trabalhadores que se encontram no setor formal recebendo até $\frac{1}{4}$ do salário mínimo (7.371.288) os quais compõem apenas 1,25%, enquanto que trabalhadores informais que recebem renda de até $\frac{1}{4}$ do salário mínimo constituem 98,75% desse grupo. A mesma disparidade apresenta-se entre os trabalhadores que recebem renda entre $\frac{1}{4}$ a $\frac{1}{2}$ salário mínimo, sendo que do total de 4.070.711; encontram-se no setor formal apenas 3,29% e para o setor informal trabalhadores com a mesma renda constituem 96,71%. As diferenças em percentuais desses grupos merece atenção dada a expressiva distância que se apresenta entre trabalhadores formais e informais, sendo um ponto que merece atenção (Figura 8).

Entre os trabalhadores que percebem entre $\frac{1}{2}$ até um salário mínimo, os quais compõe 16.822.046 a diferença também é expressiva, sendo que no setor formal esses trabalhadores correspondem a 37,23% alcançando no setor informal o percentual de 62,77%. Ainda que a diferença seja de 25,54% pontos percentuais, denota-se que o setor informal aloca mais trabalhadores com baixo nível de rendimento.

Para trabalhadores que percebem renda de um até dois salários mínimos totalizando 34.658.244, há um aumento significativo na ocupação das vagas no setor formal, representando 65,54%, ocorrendo uma posição inversa no setor informal, isto é, trabalhadores com essa mesma renda representam 34,46% das ocupações. Essa proporção torna-se mais acentuada quando os valores de rendimento ultrapassam o equivalente a dois salários mínimos, onde o setor formal comporta um percentual de 69,54%, havendo um decréscimo acentuado para o setor informal com 30,46% dos trabalhadores, os quais totalizam 29.658.020.

Desse modo, observa-se que na medida em que ocorre o aumento da renda tomando como base os trabalhadores que percebem renda acima de dois salários mínimos, o percentual passa a ser mais expressivo para o setor formal de trabalho, concentrando-se no setor informal parcela significativa da população pobre ou extremamente pobre, isto é, correspondendo a 98,75%, dos trabalhadores com renda até $\frac{1}{4}$ do salário mínimo.

A decomposição dos demais grupos mostra que mesmo entre os informais que estão acima da linha de pobreza e indigência, recebendo de um a dois salários

mínimos, estes correspondem a praticamente metade do percentual de empregados formais, sendo contabilizados 22.113.216 de trabalhadores formais e 10.618.787 de trabalhadores informais³⁰ (Figura 8).

Chama a atenção os dados constantes nos extremos da figura 8, demonstrando a prevalência de trabalhadores no emprego formal com renda acima de dois salários mínimos, enquanto que para os trabalhadores do mercado informal a maior equivalência está na faixa de renda de até $\frac{1}{4}$ do salário mínimo, restando demonstrado estatisticamente que a desigualdade social e econômica podem ser medidas por esses parâmetros.

Ainda com base nos dados estatísticos da PNAD do ano de 2015, observa-se que os trabalhadores informais além da desproteção previdenciária, os salários recebidos são inferiores aos dos trabalhadores formais, levando-se em consideração que a renda média real dos trabalhadores formais ficou em R\$ 2.195 enquanto que a dos trabalhadores informais foi de R\$ 1.174,00 retratando a realidade da desigualdade social e econômica brasileira (IBGE, 2016).

Os resultados apresentados na figura 8 confirmam o que tem mostrado a literatura acerca das diferenças salariais entre trabalhadores do setor formal e informal. Carlos, (2010), em sua pesquisa relata as diferenças salariais entre trabalhadores dos setores formal e informal, colocando que o avanço no grau de escolaridade proporciona à transição do emprego informal para o formal, elevando-se conseqüentemente a renda do trabalhador.

Ainda de acordo com a opinião de Carlos, (2010, p. 9) para a teoria do capital humano, a justificativa quanto aos rendimentos mais baixos para os trabalhadores informais; é de que estes são menos qualificados se comparados aos trabalhadores formais, bem como o setor formal proporciona maiores retornos em detrimento do grau de escolaridade do trabalhador Logo “postos de trabalho no setor informal, por fatores tecnológicos ou institucionais, não remuneram atributos produtivos tais como experiência e educação do mesmo modo que postos de trabalho no setor formal.”

A temática que reside nas diferenças salariais entre trabalhadores do setor formal e informal tem provocado nos últimos anos inúmeras divergências em relação

³⁰ Os trabalhadores informais que recebem faixas salariais acima de dois salários mínimos estão inseridos na nova informalidade. O tema não será discutido nesta pesquisa em virtude da impossibilidade de abordar todos os ângulos do problema. Mas é importante ao analisar estes números ter em mente que nem todo emprego informal é caracterizado como precário e que nem todas as pessoas inseridas nesse mercado informal são pobres.

a teoria da segmentação e das características observáveis de cada indivíduo, na tentativa de encontrar uma explicação para essas diferenças salariais.

Segundo Menezes Filho et al (2004), a justificativa para as disparidades salariais entre os setores formal e informal, repousa na diferença do nível de escolaridade somado as características pessoais ainda que não observáveis.

Menezes Filho et al. (2004) adotam esse entendimento com base no método de variáveis instrumentais utilizando-se de um modelo econométrico de cross-section repetidas (pseudo-paineis), onde concluíram pela existência de fortes evidências do viés de auto-seleção. Assim com base nessas características pessoais não observáveis os autores argumentam que a hipótese da segmentação do mercado de trabalho não seria a explicação mais adequada para os diferenciais de rendimento do trabalhador. Neste compasso os salários mais altos no setor formal, não provém como uma característica do setor, mas decorre dos atributos pessoais não observáveis, tais como (habilidade, inteligência, qualidade da educação).

E no que se refere à escolaridade dos trabalhadores que não possuem vínculo empregatício evidencia-se um consenso na literatura nacional, entre diversos autores de que estes trabalhadores apresentam menor grau de escolaridade em comparação aos trabalhadores que exercem suas funções no setor formal (BARROS et al. 1993; CACCIAMALI e FERNANDES, 1993; FERNANDES (1996); TANNURI-PIANTO e PIANTO, 2002).

Cacciamali e Fernandes, (1993), consideram que a expressiva diferença salarial em desfavor dos trabalhadores informais, é tida como um dos pontos mais discutidos na literatura ainda que considerada todas as características passíveis de observação, sendo que a ausência de um registro em carteira manifesta-se com maior frequência entre trabalhadores com menos qualificação.

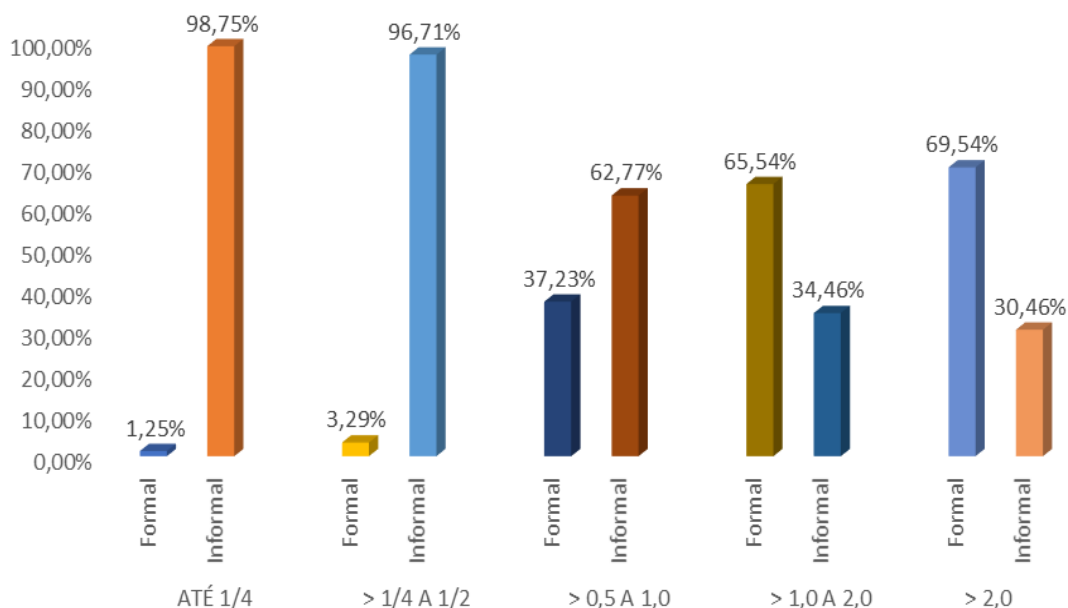


Figura 8 – Brasil: População de trabalhadores no setor formal e informal segundo a renda.

Fonte: IBGE-PNAD 2015 (Resultados da Pesquisa).

A figura 9 apresenta o cruzamento de dados do grau de instrução e a renda dos trabalhadores, demonstrando como está distribuído o rendimento de acordo com os anos de estudo. De acordo com os dados apresentados na figura 9, tem-se que do total de trabalhadores sem instrução 5.805.120; o percentual que recebem renda até $\frac{1}{4}$ do salário mínimo é de 26,99%; enquanto que do total dos trabalhadores que possuem 13 anos ou mais de instrução os quais correspondem a 17.927.452, o percentual que recebe até $\frac{1}{4}$ do salário mínimo é de apenas 1,37%, evidenciando a acentuada diferença nos percentuais entre os trabalhadores que não possuem grau de instrução e aqueles que possuem mais de 13 anos de estudo, com rendimento de apenas $\frac{1}{4}$ do salário mínimo vigente no país.

Em relação aos trabalhadores com renda entre $\frac{1}{4}$ a $\frac{1}{2}$ salário mínimo, observa-se um relacionamento inverso no cruzamento dos dados em comparação a análise anterior. Neste extrato o percentual entre os trabalhadores sem instrução com renda entre $\frac{1}{4}$ a $\frac{1}{2}$ salário mínimo é de 11,7%, ocorrendo uma significativa queda nos percentuais de acordo com o aumento nos anos de estudo, sendo de apenas 0,61% entre os trabalhadores com 13 anos ou mais de estudo. O mesmo fenômeno pode ser observado entre os trabalhadores que auferem renda entre um a dois salários mínimos.

Para os indivíduos que possuem rendimentos acima de dois salários mínimos, observa-se que o percentual entre os que não possuem instrução é de apenas

9,82%, havendo também um significativo aumento desses percentuais com elevação do grau de instrução, chegando a 70,33% entre os indivíduos com mais de 13 anos de instrução. Esses dados evidenciam que entre os trabalhadores com renda acima de dois salários mínimos, a elevação do percentual que compõe os respectivos grupos de nível de instrução é progressiva e contínua, restando nitidamente demonstrado que os acréscimos em anos de instrução aumenta a probabilidade de se auferir melhores rendimentos.

Deste modo, com base nos dados apresentados na figura 9, é possível aferir que o aumento no grau de instrução conduz a um resultado positivo em relação ao rendimento do indivíduo, sendo evidente o aumento nos percentuais dos trabalhadores com melhores rendimentos quando acompanhado da elevação no número de anos de estudo.

Os estudos de Mincer (1974), já evidenciavam a relação entre escolaridade e renda demonstrada na figura 9. Como um dos precursores da teoria do Capital Humano, Mincer (1974) desenvolveu um modelo analítico para mensuração dos retornos monetários aos trabalhadores que investiam em capital humano, permitindo medir os retornos monetários decorrentes dos investimentos em escolaridade e qualificação, de modo a obter resultados positivos dessa relação entre escolaridade e renda, sendo que para cada ano de estudo constatou-se de acordo com o seu modelo um acréscimo nos rendimentos dos indivíduos.

Os resultados demonstrados na figura 9, corroboram também os apontamentos de Barros (1993), Barros e Mendonça (1995) e Barros, Camargo e Mendonça (1997), os quais ao longo de suas pesquisas ressaltam a prevalência das características dos indivíduos com maior nível de escolaridade, como determinante da elevação de seus rendimentos.

A literatura mais recente também confirma a interpretação dos dados apresentados na figura 9, de que para os indivíduos com maior grau de escolaridade os retornos de produtividade do trabalho serão mais elevados em detrimento daqueles que não possuem grau de escolaridade ou tenham baixo nível educacional, corroborando o entendimento de Ribeiro, (2017) para o qual os trabalhadores com maior nível de escolaridade adquirido no decorrer de sua formação escolar se traduz em melhores retornos financeiros, podendo ser considerado como prêmio pela sua dedicação e esforço para melhorar sua

qualificação profissional por meio da aquisição de mais conhecimentos e aperfeiçoamento profissional.

Com base nos dados apresentados na figura 9, em consonância com o entendimento de estudiosos, conclui-se que a baixa escolaridade vem significando perdas de rendimentos no mercado de trabalho, devido a falta de qualificação na ocupação profissional atrelada a inserção em processos de trabalhos que exigem mais qualificação profissional.

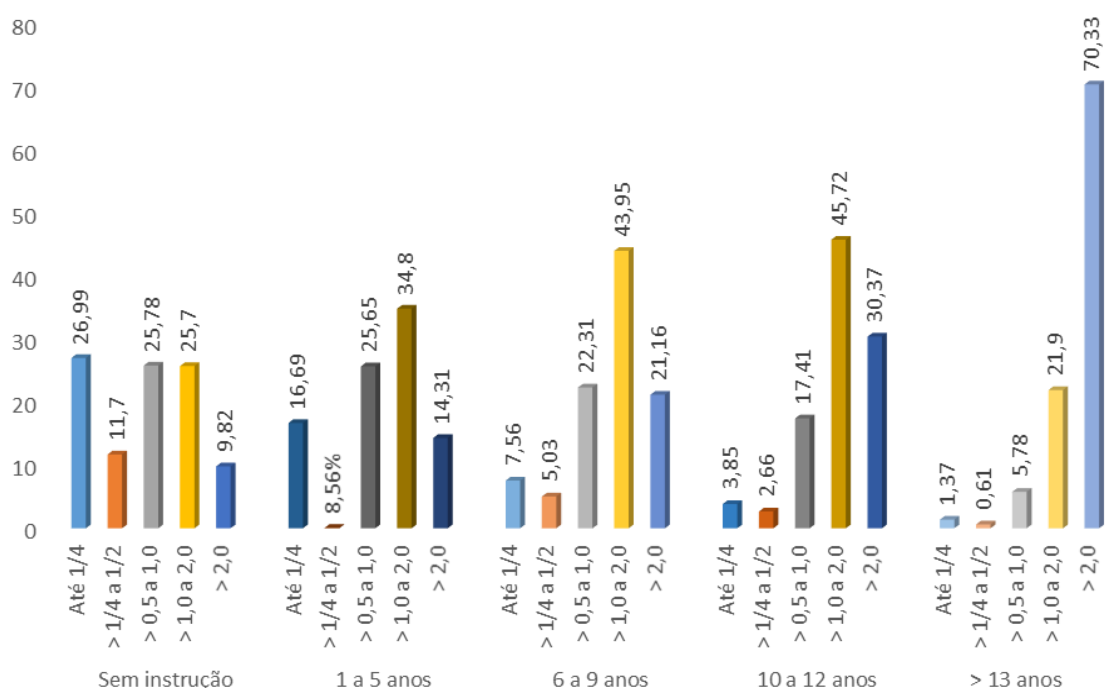


Figura 9 – População de trabalhadores segundo o grau de escolaridade e a renda recebida.

Fonte: IBGE-PNAD 2015 (Resultados da Pesquisa).

5.2 Modelo econométrico da probabilidade de um trabalhador estar inserido no mercado de trabalho informal

Os resultados dos efeitos marginais das regressões *Probit* para a probabilidade de um trabalhador se inserir no mercado informal de trabalho, estão apresentadas na Tabela 1. Ressalta-se que o teste da razão de verossimilhança foi altamente significativo, indicando que as variáveis explicam bem o modelo.

De acordo com os dados apresentados na Tabela 1, tem-se que com o aumento da idade do trabalhador reduz a probabilidade de inserção no mercado de

trabalho informal, ou seja, a probabilidade de uma pessoa estar inserida no mercado informal de trabalho diminui com o avanço da idade, o que se confirma pelo valor negativo do efeito marginal da regressão próbit que foi de - 0,0115.

O sinal negativo do coeficiente desta variável revela que com o passar dos anos o trabalhador adquire mais anos de estudo e maior experiência profissional evidenciando os apontamentos da literatura de que com o aumento nos anos de estudo, tem-se uma significativa melhora na formação do indivíduo, concomitantemente com o aumento da experiência profissional, a qual proporciona melhores oportunidades de inserção no mercado de trabalho formal. Isso porque quanto mais anos de estudo maior será a especialização do trabalhador, com tendência ao ingresso e permanência no mercado de trabalho formal.

Nessa perspectiva já ensinava Pochmann (1999, p. 97), que o nível de escolaridade é um forte indicador da qualidade da força de trabalho, salientando no sentido de que, as vagas de emprego no setor formal, estão voltadas para aqueles que possuem maior qualificação profissional. Deste modo, verifica-se que a educação torna-se condição imprescindível para melhor colocação no mercado formal de trabalho, já que segundo o autor existe uma “correlação direta entre baixa escolaridade e baixa qualidade ocupacional, sem ser uma panacéia de resolução do problema do emprego nacional.”

Ainda de acordo com o estudo desenvolvido por Sabóia e Sabóia (2004) baseando-se em dados extraídos do Censo Demográfico de 2000, evidencia-se que a ocupação das vagas em atividades informais são preenchidas em sua maioria por trabalhadores com menor escolaridade, logo com baixa qualificação profissional.

Por outro lado, quando determinada idade é alcançada, isto é, quando o trabalhador completa 60 anos de idade passando a ser considerado idoso³¹, o coeficiente apresenta sinal positivo de 0,0002, o que indica segundo o modelo adotado que uma pessoa em idade mais avançada tem a probabilidade aumentada para ocupação de uma vaga no mercado de trabalho informal. Essa tendência se justifica na medida em que com o passar dos anos o indivíduo torna-se menos produtivo, tendo reduzida a sua capacidade de produção e eficiência na prestação do serviço, surgindo limitações ocupacionais em decorrência do avanço da idade;

³¹ LEI Nº 10.741, DE 1º DE OUTUBRO DE 2003. Dispõe sobre o **Estatuto do Idoso** e dá outras providências. Art. 1º É instituído o **Estatuto do Idoso**, destinado a regular os direitos assegurados às pessoas com **idade** igual ou superior a **60** (sessenta)anos.

logo essa faixa etária torna-se menos atrativa para as empresas visto a probabilidade de apresentar menor produtividade.

O fator idade também é levado em conta no momento da seleção para a ocupação da uma vaga de emprego no mercado formal, sendo acrescido do estigma de que pessoas idosas, possuem menos energia, implicando em menor eficiência e flexibilidade, havendo deste modo um desinteresse das empresas para contratação dessa população (TELLES, 2009; GONÇALVES et al., 2012).

No que se refere ao sexo, foi possível observar na Tabela 1 que o efeito marginal do coeficiente sexo demonstra que a probabilidade de se estar desempenhando suas funções no mercado de trabalho informal é maior para as pessoas do sexo feminino; o que significa que ser do sexo masculino diminui as chances de estar no mercado informal de trabalho em comparação com o sexo feminino. Esses dados revelam que embora tenha havido um declínio da presença da mulher no mercado de trabalho informal, o percentual de ocupação neste mercado ainda é mais elevado em comparação ao sexo masculino, apresentando um valor negativo do efeito marginal da regressão próbit o qual foi de - 0,0061.

Essa prevalência da ocupação das vagas do mercado informal por pessoas do sexo feminino para Nascimento, (2014), pode ser explicada pela construção social da divisão sexual do trabalho, a qual impôs posições distintas para ocupação dos postos de trabalho entre o feminino e o masculino, permitindo ao capital social apropriar-se dessa desigualdade entre os sexos, de modo a impor às mulheres condições de trabalho mais precárias.

Por outro viés, Toitio (2008, p. 11), explica que a expansão do setor de serviços tornou-se um dos fatores responsável pelo avanço da participação da mulher na economia significando que, “a saída da mulher do âmbito estrito do lar e sua inserção no mercado de trabalho possibilitaram que ela conquistasse uma série de direitos sociais e políticos, o que representa um avanço para sua emancipação.”

No que diz respeito a raça, os resultados indicam que pertencer a cor branca diminui a probabilidade de estar no mercado de trabalho informal, quando comparada com as pessoas de outras cores ou raças. Neste caso o efeito marginal apresentou sinal negativo, qual seja -0,0304, indicando que as pessoas da cor branca tem menor probabilidade de estar no mercado informal em comparação com as pessoas da cor preta, amarela e parda o que revela a existência de discriminação em relação aos afro descendentes pelo mercado de trabalho.

Cerqueira, (2012), em seu estudo sobre a inserção do negro no mercado de trabalho brasileiro, concluiu que embora tenha se reduzido as diferenças raciais no mercado de trabalho em comparação a década passada, as desigualdades entre negros e brancos é significativa, de modo que para os negros a inclusão no mercado formal de trabalho ainda é limitada em comparação aos brancos e seus rendimentos também são inferiores, sendo ainda os mais atingidos pelo desemprego.

Em relação a área de residência observou-se também que a informalidade é mais evidente entre aqueles que residem na área rural, visto que a variável zona de residência apresentou sinal negativo de $-0,1558$, demonstrando que os trabalhadores residentes na zona urbana possuem menor probabilidade de ocuparem vagas no setor informal em comparação aos que residem na zona rural. Isso pode ser explicado pelo fato de que a formalização das relações trabalhistas se faz mais presente no meio urbano, já que em relação ao trabalho rural ainda persiste a idéia de exploração da mão de obra originária do período colonial.

Segundo o parâmetro estimado da variável anos de estudo, pode-se inferir que quanto mais tempo de estudo o indivíduo possuir, menor é a probabilidade de estar exercendo suas funções no mercado de trabalho informal. Assim, com referência ao sinal negativo do parâmetro $-0,0230$, verifica-se uma tendência de que quanto mais anos de estudo menor será a probabilidade do trabalhador estar inserido no mercado de trabalho informal. O resultado apresentado na Tabela 1, ratifica inúmeras pesquisas de que quanto maior a qualificação do trabalhador em anos de estudo e experiência profissional, maiores são as chances de ocupar uma vaga de trabalho no mercado formal.

Os dados vem de encontro com os apontamentos de Alves e Soares (1996, p. 10), os quais afirmam que “O mercado de trabalho vem se tornando cada vez mais seletivo, em favor de trabalhadores com maiores níveis educacionais.”

Para Guimarães (2010), ainda que sejam identificadas por meio de análises estatísticas, diversas variáveis consideradas relevantes na determinação da inserção do indivíduo no mercado de trabalho tais como: raça, sexo e cor, a que apresenta o maior poder significativo e relevância para exercer influência na ocupação do trabalhador é a educação.

No que diz respeito a condição social, o efeito marginal apresentou sinal positivo de $0,5518$. Infere-se do modelo com base nos parâmetros estimados da variável “pobreza” que as pessoas que estão na linha de pobreza ou extrema

pobreza tem maior probabilidade de exercerem suas funções no mercado de trabalho informal em comparação com aquelas que se encontram fora da linha de pobreza ou da extrema pobreza.

Machado, et al. (2008), explicam que a mobilidade econômica e a pobreza também são determinadas pelas oportunidades de emprego, já que nem todos os empregos permitem rendimentos suficientes para que o trabalhador saia da linha de pobreza, pois as vagas de emprego no setor formal para o trabalhador pobre são escassas, obrigando-os a exercerem suas funções no setor informal sem garantias e em posição de vulnerabilidade.

Por fim, no que diz respeito ao efeito marginal todos os valores apresentaram sinal positivo, o que mostra a tendência da inclusão no mercado de trabalho informal entre aqueles que começaram a trabalhar antes dos 18 anos. Neste sentido, tem-se que dentre os indivíduos que ingressaram no mercado de trabalho a partir dos 9 anos de idade, a probabilidade de ocupar uma vaga no mercado de trabalho informal é maior se comparada aos que ingressaram no mercado de trabalho a partir dos 18 anos de idade.

Deste modo, vale salientar que dentre as idades consideradas é a idade dos 9 anos que se percebe a maior probabilidade de estar desempenhando suas funções no mercado informal de trabalho, para a qual o efeito marginal apresentou sinal positivo de 0,01050, seguindo o mesmo padrão positivo para as idades de 14 e 17 anos. Assim, as estimativas do modelo para essa variável foram altamente significativas e apresentaram os sinais esperados, isto é, indicaram que trabalhadores que ingressam no mercado de trabalho antes dos 18 anos apresentam uma probabilidade maior de estarem exercendo suas funções na informalidade quando comparados aos que começaram depois dos 18 anos de idade. Portanto verifica-se que os resultados estatísticos complementados pelos resultados econométricos, evidenciam a hipótese de que quanto mais cedo o indivíduo ingressar no mercado de trabalho, maior é a probabilidade de estar inserido na informalidade quando adulto.

Os apontamentos acima podem ser evidenciados na pesquisa desenvolvida por Souza, et. al. (2012) acerca da relação entre trabalho na infância e a inserção e permanência do trabalhador no mercado informal. Para este estudo a hipótese inicial foi de que quanto mais cedo o indivíduo começar a trabalhar maiores são as chances de estar inserido na informalidade quando adulto. A base de dados foi

extraída da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios de 2009, com trabalhadores paranaenses na faixa etária de 18 a 70 anos. Como metodologia adotou-se a análise estatística descritiva a fim de identificar e verificar as principais características socioeconômicas desse grupo de trabalhadores. O modelo econométrico *probit*, foi escolhido para verificar a influência dessas características sobre a ocupação do trabalhador, sendo identificado com qual idade esses indivíduos iniciaram suas funções no mercado de trabalho.

A pesquisa constatou que 65,96% do total dos trabalhadores paranaenses, mais da metade no ano de 2009 estavam exercendo suas funções no mercado de trabalho informal, sendo que desses trabalhadores 20,16%, iniciaram suas atividades com idade de até 14 anos ou, ainda crianças, com idade inferior a 10 anos. O percentual de trabalhadores que iniciaram suas funções no mercado de trabalho com idade igual ou maior que 18 anos foi de apenas 11,48%; esses dados levam a conclusão que dentre os trabalhadores paranaenses que ingressaram no mercado de trabalho no ano de 2009, um percentual significativo de 88,52% iniciaram quando ainda eram crianças ou adolescentes (SOUZA, et. al., 2012).

Portanto a análise dos dados apresentados no modelo econométrico harmoniza-se com os estudos que apontam que quanto mais cedo for a entrada do indivíduo no mercado de trabalho menores serão as chances de desempenhar suas funções no mercado formal de trabalho. A entrada precoce no mercado de trabalho conduz a um estreitamento das oportunidades de qualificação profissional, tornando o indivíduo refém das funções de baixa remuneração.

A partir das inferências estatísticas realizadas pode-se perceber uma relação entre essas variáveis trazendo à tona a idéia de círculo vicioso da desigualdade social, pobreza, baixa escolaridade e informalidade. Essa relação demonstra que para aqueles que não tem grau de instrução e qualificação profissional não lhes resta outra alternativa para obtenção de renda se não o mercado informal.

Tabela 1 – Efeitos marginais das regressões *Probit* para a probabilidade de um trabalhador estar inserido no mercado informal de trabalho – PNAD 2015.

Variáveis	Efeito marginal	Teste z
Idade	-0,0115	-16,10*
Idade ²	0,0002	19,82*
Sexo (masculino = 1)	-0,0061	-1,90**
Cor ou raça (branco = 1)	-0,0304	-9,82*
Área (urbana = 1)	-0,1558	-31,68*
Anos de estudo	-0,0230	-55,27*
Pobreza (pobre/indigente = 1)	0,5518	80,73*
Idade com que começou a trabalhar (18 ou +, foi omitido)		
Até 9 anos	0,01050	16,47*
10 aos 14 anos	0,0761	18,60*
15 aos 17 anos	0,0270	6,78*
Variável dependente: Condição no mercado de trabalho (informal = 1)		
Número de observações:	160.375	
Teste da razão da Verossimilhança: -89665,151		

Fonte: IBGE/PNAD 2015, resultados da pesquisa.

Nota: *denota significância ao nível de 1%. ** denota significância ao nível de 5%

Em síntese os dados econométricos demonstram que a probabilidade de inserção do trabalhador no mercado de trabalho informal, aumentam quando este possuir idade avançada, ou seja, 60 anos ou mais; for do sexo feminino; pertencer à cor preta; residir na área rural; ter baixo nível educacional; estar na linha de pobreza ou extrema pobreza e entrar no mercado de trabalho antes dos 18 anos, ou seja, conforme a entrada no mercado de trabalho ocorre mais tardiamente os índices de inserção na informalidade vão diminuindo. Especificamente sobre as condições de pobreza o estudo econométrico comprovou que estar inserido na linha de pobreza ou extrema pobreza, apresentam indicadores significativos na presente pesquisa, quanto a inserção e permanência do indivíduo no mercado de trabalho informal.

Por fim, conclui-se ainda que essas variáveis conduzem o trabalhador a uma condição de privação dos benefícios que a lei estende aqueles que possuem carteira de trabalho assinada, reduzindo conseqüentemente as oportunidades de melhora nos rendimentos e da qualidade de vida desses trabalhadores e seus familiares.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo teve como objetivo principal investigar a relação entre desigualdade social, pobreza, escolaridade e o mercado de trabalho informal no Brasil. Para atingir os objetivos propostos foi adotada a análise estatística e econométrica a partir da utilização dos dados da PNAD/2015 e do *software Stata 12*.

Os resultados mencionados no decorrer dessa análise final evidenciam a existência de uma relação direta entre as variáveis: desigualdade social, pobreza, baixo nível educacional e informalidade.

Verificou-se por meio dessa relação que os indivíduos que se encontram na linha da pobreza ou extrema pobreza, que possuem baixo nível educacional e baixa qualificação profissional são privados das oportunidades oferecidas pelo mercado de trabalho formal, restando como alternativa o mercado de trabalho informal o qual, normalmente, oferece baixos salários e precárias condições de trabalho devido as características da informalidade, principalmente para os trabalhadores sem escolaridade e de baixa qualificação profissional.

Com base no contexto histórico em que se desenvolveu o mercado de trabalho no Brasil, extrai-se que embora os escravos tivessem adquirido o *status* de homens livres, esse direito esteve acompanhado da miséria e iniquidade dada a falta de estruturação do mercado para absorver essa mão de obra sem qualificação, conduzindo grande parte da população a pobreza e a miséria, justificando o padrão de desigualdade existente na sociedade brasileira.

Deste modo, evidenciou-se na pesquisa que o desenvolvimento social do país sempre esteve à margem das políticas públicas adotadas pelo governo; pois a história continuamente relatou a existência de uma camada da população vítima da desigualdade social fenômeno que passou a ter destaque nas pesquisas a partir da década de 1970, inicialmente com os estudos de Hofmann, et. al. (1972).

Posteriormente a desigualdade social passou a ser objeto de inúmeros estudos condicionando à discussões acerca de suas cinco causas com maior destaque sendo: a má distribuição de renda, a qual se caracterizou pela concentração da renda, que segundo Souza, (2016) é uma das mais elevadas no mundo, visto que os 10% mais ricos, detém aproximadamente entre metade e 2/3 do total da riqueza enquanto que o restante da população, ou seja, 90% apropria-se da outra fatia.

A ausência de uma Política fiscal-tributária justa, em virtude da adoção de um sistema de tributação indireta que também provoca desigualdade social, onde todos os contribuintes independentemente da renda que recebem, contribuem com o mesmo percentual para pagamento do tributo ao adquirir um produto ou serviço; onera de forma mais acentuada o contribuinte com menor capacidade de pagamento.

Da mesma forma a ausência de universalização de serviços básicos de saneamento, saúde e transporte público, representa um agravante da desigualdade social, pois um elevado percentual da população é privado do acesso ao saneamento básico, transporte público e sistema de saúde de qualidade, tornando-se a limitação desses serviços básicos uma das formas mais cruéis de manifestação da desigualdade social. A ausência de educação de qualidade também foi eleita uma grave causa da desigualdade social pois segundo Ney, et al. (2008) as diferenças de nível educacional acarretaram deficiência de qualificação profissional, impedindo o acesso as vagas de emprego que ofertem melhores salários conduzindo o trabalhador a uma condição de pobreza.

A corrupção também foi considerada por diversos estudos uma importante causa da desigualdade social, pois o desvio de recursos públicos impacta diretamente no crescimento econômico do país, face ao enfraquecimento financeiro, econômico e moral do Estado reprimindo os investimentos no setor produtivo em detrimento aos desvios de recursos.

Neste cenário a pobreza é entendida como um fenômeno multidimensional, pois o número de pobres é extremamente superior à aqueles que detêm a renda em que se constata a concentração de renda medida pelo Índice de Gini, pois a pobreza é a soma de fatores: sociais, econômicos e políticos que interagem entre si. Enfim a pobreza revelou-se uma das faces mais cruéis da desigualdade social presente em todas as sociedades modernas (UNESCO, 2003).

Evidenciou-se também uma unanimidade entre pesquisadores de que o baixo nível educacional é um dos principais determinantes da pobreza. Isso porque o nível de renda do trabalhador é influenciado pelo nível educacional, sendo a escolaridade uma condição necessária para o desenvolvimento social de um país.

Assim, dada a importância do investimento em educação o estudo destacou a importância do capital humano e sua relação com o crescimento econômico, conforme apontado por Santos, et al. (2011, p. 5), que: “a educação é o exemplo

mais relevante de investimento em capital humano”, argumento que leva a conclusão de que o aumento do nível de escolaridade tem como consequência a melhora da qualidade de vida das pessoas e do crescimento econômico da nação.

Desse modo, diversos estudos utilizados na pesquisa demonstraram que o investimento em capital humano proporciona uma formação profissional de qualidade, direcionando o indivíduo para uma colocação no mercado de trabalho que lhe proporcione melhores rendimentos.

Uma vez demonstrada a importância do capital humano, destacou-se na pesquisa que o baixo nível educacional mostrou ser um dos maiores impedimentos ao indivíduo para uma boa colocação no mercado de trabalho formal, pois a falta de qualificação profissional limita as oportunidades e impede melhores rendimentos, já que as vagas no mercado formal de trabalho exigem investimento na formação educacional e profissional.

Assim, para aqueles indivíduos que não possuem qualificação profissional, vêm-se obrigados a exercerem suas funções no mercado informal de trabalho o qual embora ocupe lugar de destaque na economia brasileira, ainda é o principal *locus* que reúne a mão de obra desempregada e sem qualificação profissional.

Ainda de acordo com os estudos apontados no decorrer da pesquisa, constatou-se que a informalidade, como canal de escoamento da mão-de-obra excedente não absorvida pelo mercado de trabalho formal, é fruto dessa complexa relação entre desigualdade social, pobreza e baixo nível educacional.

O estudo levou em consideração os seguintes aspectos: o percentual de trabalhadores formais e informais; o local de residência se rural ou urbana; o rendimento do trabalhador formal e informal em termos salariais; o sexo, a cor ou raça que predomina no mercado de trabalho informal; o grau de instrução do trabalhador formal e informal e por fim a renda auferida pelo trabalhador formal e informal de acordo com os anos de estudo.

Para fins de delimitação, no que se refere a identidade do trabalhador informal constatou-se uma heterogeneidade entre esses trabalhadores o que dificultou a delimitação de sua identidade enquanto trabalhador informal. Para tanto a pesquisa delimitou como trabalhador informal aquele indivíduo que se encontra na informalidade por estratégia de sobrevivência, ou seja, aquele que se encontra excluído do mercado formal de trabalho sem perspectiva de retorno, sendo a informalidade seu único meio de sobrevivência.

Com relação as análises dos resultados inicialmente a pesquisa considerou as pessoas com idade de 18 a 80 anos como sujeitos compreendendo a população ocupada com base nos dados da PNAD 2015. Neste ano, o Brasil contava com 204.860.101 habitantes, sendo extraído da pesquisa que do total da população com idade de 18 a 80 anos (objeto de pesquisa), 92.580,309, ou seja, 91,11% declararam estar desempenhando alguma função no mercado de trabalho, enquanto que 9.034,743, o que compõe 8,89% declaram não desempenhar funções, ou não declararam.

Desse levantamento foi possível constatar que do total da população ocupada qual seja, 92.580.309, tem-se que 53,82% encontrava-se ocupando postos no mercado de trabalho formal, enquanto que 46,18% ocupavam vagas de trabalho no setor informal e conforme restou evidenciado pela literatura essas pessoas estavam desempenhando suas funções à margem da legislação trabalhista, sem registro em carteira de trabalho.

Os dados também apontaram que a ocupação no mercado de trabalho pode ser influenciada segundo a área de residência do indivíduo. Assim considerando o total da população ocupada a qual compõe-se de 92.580.309 pessoas; a pesquisa demonstrou que desse total 84,73% residem na zona urbana e 15,27% são residentes na zona rural. E no que se refere a divisão de ocupação no mercado de trabalho houve predomínio das ocupações no setor informal pelos residentes na zona rural os quais representaram 77,11% desses trabalhadores rurais, sendo que apenas 22,89% estavam exercendo suas funções no mercado formal. Com relação ao total dos residentes na zona urbana tem-se que 59,39%% desempenhavam suas atividades no mercado formal enquanto que 40,61% incorporaram o mercado informal. Essa diferença pode ser explicada pela especialização e mecanização do setor agrícola o qual vem aumentando nos últimos anos com os avanços tecnológicos empregado nas máquinas utilizadas no campo, acarretando como consequência a extinção das vagas de emprego no setor formal na zona rural.

Em relação ao sexo de acordo com os dados apontados na PNAD 2015, denota-se um equilíbrio entre as ocupações do mercado informal pelo sexo feminino e masculino, sendo que do total das pessoas do sexo feminino (39.726.468) tem-se que 54,10%, encontravam-se executando funções no mercado de trabalho formal e (21.490.389); correspondendo a 45,90% exerciam suas funções no mercado informal. No que refere ao sexo masculino o qual totalizou 52.853.841 trabalhadores,

evidenciou-se que (28.337.889), ou seja, 53,62% estavam exercendo suas funções no mercado formal enquanto que (24.515.92), equivalendo a 46,38% empregaram-se no setor informal. E conforme se observou o percentual de trabalhadores do sexo masculino exercendo suas funções no mercado informal ultrapassa em 0,48% apenas o percentual de trabalhadoras do sexo feminino, o que significa dizer que atualmente homens e mulheres estão praticamente em igualdade de ocupação no mercado de trabalho.

Segundo Wajnman (2009), essa proximidade de ocupações do setor informal entre homens e mulheres, se deve em partes a redução da mão de obra masculina acompanhada de um gradativo aumento da inserção da mão de obra feminina.

Os dados da pesquisa também apontaram a diferença de ocupação no mercado de trabalho no que se refere à característica da cor, sendo que entre pessoas da cor branca, os quais corresponderam a 42.672.028, tem-se que 59,38% encontravam ocupando vagas de trabalho no setor formal e 40,62% no setor informal. Em relação às pessoas da cor preta teve-se um total de 9.018.763, sendo a predominância no setor formal, com 53,52% de ocupação das vagas, mas esse percentual no setor informal ainda foi de 46,75%, sendo mais elevado em comparação às pessoas da cor branca. No mesmo sentido foi a análise em relação à cor amarela (495.093), onde o setor formal alocou 65,04%, e o setor informal 34,96%. Para a cor parda a conclusão foi de que os percentuais não registraram uma significativa diferença, sendo 48,03% a ocupação de vagas no setor formal e 51,97% para o setor informal.

Esses dados demonstram que o maior percentual de ocupação das vagas do setor informal pelos não brancos, decorre do processo histórico o qual ainda apresenta resquícios de exploração da mão de obra escrava, perpetuando-se as desigualdades socioeconômicas entre trabalhadores.

A pesquisa também revelou a existência de uma relação direta entre aqueles que não possuem grau de instrução ou baixa escolaridade com a inserção no mercado de trabalho informal. Dentre os trabalhadores que não possuem instrução (5.805.120) os dados da PNAD 2015, demonstraram que apenas 22,85% encontram-se ocupando vagas no setor formal, enquanto que para o setor informal esse percentual foi de 77,15%. Os resultados levam a conclusão de que o aumento no nível de escolaridade viabiliza a ocupação no setor formal, logo há uma redução da ocupação do setor informal. Assim em relação aos trabalhadores com 13 anos de

instrução ou mais os quais totalizaram 17.927.452, tem-se que o percentual de ocupação do mercado de trabalho formal foi de 72,28%, enquanto que no setor informal encontravam-se exercendo suas funções apenas 27,28%, do total desses trabalhadores.

Os dados conduziram ao entendimento de que a aquisição do capital educacional assegura maiores e melhores oportunidades de ocupação de vagas de emprego no mercado de trabalho formal, validando a literatura de que quanto mais anos de estudo maior a formalização, já que a relação entre grau de escolaridade e informalidade é negativa (FILHO, et al., 2015).

Com relação a renda dos trabalhadores, a pesquisa revelou também a existência de diferenças de rendimentos entre as ocupações do setor formal e informal, sendo que entre os trabalhadores que receberam renda de até 1/4 do salário mínimo (7.371.288), apenas 1,25%, encontravam-se no setor formal. Em contrapartida esse percentual para o setor informal foi de 98,75%. Com relação aos demais níveis de rendimentos essa diferença de ocupação no mercado de trabalho, permanece, sendo que entre os trabalhadores que recebiam renda entre 1/4 a 1/2 salário mínimo (4.070.711), apenas 3,29%, estava exercendo suas funções no setor formal, enquanto que para o setor informal, trabalhadores com a mesma renda constituíam 96,71%. Com base nos dados coletados na pesquisa é possível afirmar que o setor informal aloca mais trabalhadores com baixo nível de rendimento.

Por outro lado essa proporção se inverte, quando os valores de rendimento ultrapassam o equivalente a dois salários mínimos ou mais, sendo que no ano de 2015 da totalidade dos trabalhadores 29.658.020, que se encontravam no mercado, detectou-se que 69,54% estavam alocados no setor formal, enquanto que 30,46% dos trabalhadores estavam inseridos no setor informal.

Nesse contexto, à medida que a renda aumenta considerando os trabalhadores que percebem renda acima de dois salários mínimos, o percentual passa a ser mais elevado para o setor formal de trabalho, concentrando-se no setor informal uma significativa parcela da população considerada miserável e pobre, ou seja, os quais possuem renda até 1/4 do salário mínimo. Esses parâmetros também fazem parte do conjunto de entendimentos para identificar os níveis de desigualdade social e econômica da população brasileira.

Durante o desenvolvimento da pesquisa observou-se ainda uma relação direta entre o grau de instrução e a renda dos trabalhadores, demonstrando que quanto mais anos de estudos, maiores são as chances de aumento da renda.

Esta relação restou evidenciada na medida em que o percentual de trabalhadores sem instrução (5.805.120) que recebem renda até $\frac{1}{4}$ do salário mínimo foi de 26,99%; enquanto que os trabalhadores que possuem 13 anos ou mais de instrução (17.927.452), o percentual que recebe renda até $\frac{1}{4}$ do salário mínimo foi de apenas 1,37%.

A relação entre anos de estudo e renda, torna-se mais evidente quando a análise direciona-se aos trabalhadores com renda acima de dois salários mínimos, sendo apenas 9,82% o percentual de trabalhadores que não possuem instrução, enquanto que entre os indivíduos com 13 anos ou mais de instrução o percentual de trabalhadores que recebem renda acima de dois salários mínimos foi de 70,33%. Os dados demonstram nitidamente que os acréscimos em anos de instrução aumenta a probabilidade de se auferir melhores rendimentos.

Tomando como base os dados apresentados na pesquisa, observa-se a existência de um ciclo vicioso o qual conduz a uma relação da causa e efeito, entre a desigualdade social, a pobreza, o baixo nível educacional e a inserção no mercado de trabalho informal. Para tanto cabe citar os ensinamentos de Myrdal (1997), o qual destaca a importância da educação para a quebra do círculo da pobreza, afirmando que ao se elevar o nível educacional da população, eleva-se a participação da sociedade nas decisões políticas e essa participação fortalece a ideia de que todos devem possuir um interesse comum.

Essa relação também leva a conclusão de que muitos desses trabalhadores que encontram-se exercendo suas funções no mercado de trabalho informal, provém de núcleos familiares pobres com poucas oportunidades de ensino, sendo obrigados a iniciar precocemente a vida no trabalho, dificultando a ascensão na vida profissional e instaurando-se assim um ciclo vicioso entre a causa e o efeito, onde a pobreza e o baixo nível educacional impedem a qualificação profissional, limitando o crescimento pessoal e profissional do trabalhador o qual não consegue uma boa colocação no mercado de trabalho.

Com relação a análise econométrica os resultados conduzem as mesmas conclusões obtidas nas análises estatísticas, qual seja, da existência de um ciclo vicioso, visto que possuir idade avançada, ou seja, 60 anos ou mais; ser do sexo

feminino; pertencer à cor preta; residir na área rural; ter baixo nível educacional; estar na linha de pobreza ou extrema pobreza e entrar no mercado de trabalho antes dos 18 anos, são fatores preponderantes para a inserção e permanência do trabalhador no mercado de trabalho informal. Logo esses indivíduos dadas as dificuldades de melhora nos rendimentos, encontram-se privados das diversas oportunidades que o trabalho formal poderia lhes proporcionar, inclusive a proteção legal a qual impede a exploração do trabalhador.

Por fim, vale destacar que esse estudo de fato demonstrou a existência da relação entre as variáveis desigualdade social, pobreza, baixo nível educacional e informalidade no mercado de trabalho, estando essa relação retratada nitidamente nos resultados obtidos nas análises estatística e econométrica, onde também restou demonstrado que a relação entre as variáveis é fruto do processo de colonização, o qual ainda segrega um elevado percentual de trabalhadores que encontram-se na linha de pobreza e extrema pobreza sem oportunidades no mercado de trabalho formal, perpetuando-se desse modo essa condição de desigualdade social que compromete o desenvolvimento da economia como um todo.

Pois na medida em que as pessoas vão adquirindo conhecimentos formais e melhorando sua qualificação profissional, maiores serão as chances de inserção e permanência em vagas de trabalho que ofertem melhores salários, o que lhes proporcionará novas perspectivas de crescimento profissional e pessoal.

Todavia, enquanto esse ciclo vicioso entre a desigualdade social, pobreza, baixo nível educacional e trabalho informal permanecer, muitos trabalhadores continuarão reféns desse quadro de desigualdade social que se perpetua de modo indefinido na sociedade. Para tanto faz-se necessária a criação de políticas públicas que ofertem oportunidades de capacitação educacional e profissional para que esses trabalhadores, possam romper esse cenário de pobreza e desigualdade social.

REFERÊNCIAS

- ABRAMO, Laís. Desigualdades de gênero e raça no mercado de trabalho brasileiro. **Rev. Cienc. Cult.** vol. 58 nº.4. São Paulo ,Oct./Dec. 2006. Disponível em: <cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0009>. Acesso em: 29 out. 2017.
- ALMEIDA, Bernadete de Lourdes Figueiredo. O Estado da Arte Sobre a Pobreza: uma análise das Teses e Dissertações dos Programas de Pós-graduação brasileiros. **IV Jornada Internacional de Políticas Públicas**. São Luiz, Maranhão, 2009. Disponível em: <http://www.joinpp.ufma.br>. Acesso em: 01 nov. 2016.
- ALVES, Edgard Luiz Gutierrez. SOARES, Fábio Veras. **Ocupação e escolaridade: tendências recentes na grande São Paulo**. Texto para discussão nº 428. IPEA Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Brasília, junho de 1996. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/TDs/td_0428.pdf>. Acesso em: 09 dez. 2017.
- ALVES, Henrique Napoleão. Qual é a relação entre (percepção da) corrupção e desigualdade social? **Velho Trapiche**, 18 de junho de 2012. 8 p. Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/158565352/2012>. Acesso em: 14 jun. 2017
- ALVES, Henrique Napoleão. Tributação e injustiça social no Brasil. **Revista Espaço Acadêmico** – nº 133 – Junho de 2012 – Mensal. Ano XII. Disponível em: <http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/issue/view/627>. Acesso em: 14 jun. 2017.
- ALVES, José Eustáquio Diniz. A Transição da fecundidade, redução da gravidez na adolescência e direitos reprodutivos no Brasil. **Arte Inclusão Social em Debate**. Instituto de Economia de UFRJ, Rio de Janeiro, publicado no dia 20 de maio de 2012. Disponível em: <http://www.ie.ufrj.br/aparte>. Acesso em: 18 out. 2017.
- BALTAR, P. Formação, estruturação e crise do mercado de trabalho no Brasil. In: DEDECCA, C.; PRONI, M. W. **Políticas públicas e trabalho**. Campinas: Unicamp, 2006.
- BALTAR, P.; MORETTO, A.; KREIN, J. D. O emprego formal no Brasil: início do século XXI. In: KREIN, J. D. et al (org.). **As transformações no mundo do trabalho e os direitos dos trabalhadores**. São Paulo: LTR, 2006.
- BARBOSA FILHO, Fernando de Holanda. MOURA, Rodrigo Leandro de. Evolução Recente da Informalidade do Emprego no Brasil: Uma Análise Segundo as Características da Oferta de Trabalho e o Setor. **Pesquisa e planejamento econômico – PPE**, v. 45, n. 1, abr. 2015. Disponível em: <http://ppe.ipea.gov.br/index.php/ppe/article/view/1490/1171>. Acesso em: 21 jul. 2017.
- BARBOSA, Amanda Cardoso; SANTOS, Gilmar Ribeiro dos. Escolaridade, faixa etária e qualificação profissional na inserção dos beneficiários do programa bolsa família no mercado de trabalho de Montes Claros - MG. In: **X Semana da Economia**

Unimontes. Montes Claros. 2013. Disponível em: <www.ccsa.unimontes.br/semana_doeconomista/index.php?option=com>. Acesso em: 23 ago. 2017.

BARITZ, Loren. **Los servidores del poder.** Madrid: Europa, 1961.

BARRETO, T. da R. **Trabalhadores informais e desempregados:** a precarização como homogeneização “sui generis” na formação dos “sem emprego”. 2005. 270 f. Dissertação – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas – UFBA. Disponível em: <<http://www.flexibilizacao.ufba.br/DissertacaoTheo.pdf>>. Acesso em: 01 set. 2015.

BARROS, R. P. de. **Regional disparities in education within Brazil:** the role of quality of education. IPEA, 1993. (Texto para Discussão n. 311).

BARROS, R. P. de; CAMARGO, J. M.; MENDONÇA, R. **A estrutura do desemprego no Brasil.** IPEA, 1997. (Texto para Discussão n. 478).

BARROS, R. P. de; MENDONÇA, R. **Os determinantes da desigualdade no Brasil.** IPEA, 1995. (Texto para Discussão n. 377).

BARROS, Ricardo Paes, Henriques Ricardo e Mendonça Raquel. Desigualdade e pobreza no Brasil: retrato de uma estabilidade inaceitável. **Revista Brasileira de Ciências Sociais** – vol. 15 n. 42. pp. 123 à 141. Fev 2000. Disponível em: <www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-69092000000100009&script=sci>. Acesso em: 20 out. 2016.

BARROS, Ricardo Paes. CARVALHO, Mirela de. CARVALHO, Samuel. **O índice de desenvolvimento da família (IDF).** Texto para discussão N° 986. Rio de Janeiro: Ipea, out. 2003. 20 p. Disponível em: <http://ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_0986.pdf>. Acesso em: 02 dez. 2017.

BARROS, Ricardo Paes. HENRIQUE, Ricardo. MENDONÇA, Rosane. **Pelo fim das décadas perdidas: educação e desenvolvimento sustentado no Brasil.** Texto Para discussão n° 857. IPEA Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Rio de Janeiro, janeiro de 2002. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/2631/1/TD_857.pdf>. Acesso em: 17 jun. 2017.

BECKER, G.S. Investment in human capital: a theoretical analysis. **The Journal of Political Economy**, 1962, 70 (5): 9-49.

BLAUG, M. **Introdução à Economia da Educação.** Porto Alegre: Globo, 1975.

BRASIL. **Constituição (1988).** Brasília: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 04 jul. 2017

BRASIL. **Lei complementar N° 128,** de 19 de dezembro de 2008. Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/Lcp128.htm>. Acesso em: 19 ago. 2017.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional **LDB N° 9.394,** de 20 de dezembro de 1996. Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm>. Acesso em: 18 ago. 2017.

BRUM, A. **O desenvolvimento econômico brasileiro**. 10. ed. Petrópolis: Vozes, 1991.

CACCIAMALI, M. C.; FERNANDES, R. Distribuição dos trabalhadores e diferenciais de salários entre os mercados de trabalho regulamentado e não regulamentado. **Pesquisa e Planejamento Econômico, IPEA**, Rio de Janeiro, v. 23, n. 1, p. 18-37, 1993.

CACCIAMALI, Maria Cristina. (Pré-) Conceito sobre o setor informal, reflexões parciais embora instigantes. **Econômica**. Rio de Janeiro, v. 9. N. 1, p. 145-168, jun. 2007. Disponível em: <www.uff.br/revistaeconomica/n9v1/maria.pdf>. Acesso em: 15 jan. 2017.

CAMARGO, Orson. “Desigualdade social”. **Brasil Escola**. 2016. Disponível em: <<http://brasilecola.uol.com.br/sociologia/classes-sociais.htm>>. Acesso em: 08 set. 2016.

CARDOSO DE MELLO, J. M. **O capitalismo tardio**: contribuições à revisão crítica da formação e do desenvolvimento da economia brasileira. 8. ed. São Paulo, Brasiliense, 1990. Disponível em: <www.bibliotecadigital.unicamp.br>. Acesso em: 12 dez. 2017.

CARLOS, José Nogueira. **Estimação dos diferenciais salariais entre trabalhadores formais e informais no mercado de trabalho cearense**. 2010. 32f. (Dissertação) Curso de Pós-Graduação em Economia Mestrado Profissional – da Universidade Federal do Ceará – UFC. Disponível em: <www.repositorio.ufc.br/handle/riufc/5986>. Acesso em: 16 set. 2017.

CARVALHO, I. M. M. de. Urbanização, mercado de trabalho e depauperação no nordeste brasileiro: uma resenha dos estudos recentes. In: **Boletim Informativo e Bibliográfico de Ciências Sociais** n. 22. Rio de Janeiro, BIB, 2º semestre de 1986.

CARVALHO, Kelly Cristina; LIMA, Diogo Marcelo Delben Ferreira; ROSSETTO, Onélia Carmem. **Trabalho no campo**: formalidade e informalidade nas propriedades rurais de Cáceres, Mato Grosso, Brasil. 11º Simpósio sobre recursos naturais e socioeconômicos do Pantanal. 9 a 12 de novembro de 2010. Corumbá MS.

CERQUEIRA, Victoria Lemos. **A inserção do negro no mercado de trabalho brasileiro na década passada**. 2012. 61f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas. Campinas 2012. Disponível em: <[file:///C:/Users/Andreia%20Ricci/Downloads/CerqueiraVictoriaLemosde_TCC%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/Andreia%20Ricci/Downloads/CerqueiraVictoriaLemosde_TCC%20(1).pdf)>. Acesso em: 01 dez. 2017.

CERVO, Amador Luiz; BERVIAN, Pedro Alcino. **Metodologia científica**. 4. ed. São Paulo: Makron Books, 1996.

CHAHAD, José Paulo Zeetano. Tendências Recentes no mercado de trabalho. pesquisa de emprego e desemprego. **São Paulo em Perspec**. 2003; 17(3-4): 205-217. Disponível em: <www.scielo.br/pdf/spp/v17n3-4/a21v1734.pdf>. Acesso em: 15 jan. 2017.

CIRINO, Jader Fernandes. DALBERTO, Cassiano Ricardo. Trabalhadores formais versus informais: diferenças de rendimento para a região metropolitana de Belo Horizonte. **Revista Unisinos Perspectiva Econômica**. V. 11, N. 2. 2015. Disponível em: <http://revistas.unisinos.br/index.php/perspectiva_economica/article/view/pe.2015.112.01>. Acesso em: 12 set. 2017.

CORREA, Rosilda Oliveira; LOPES Janete Leige; PONTILI, Rosangela Maria. O mercado trabalho informal no Paraná numa trajetória de 10 anos e as características socioeconômicas desses trabalhadores nos dias de hoje. **V Encontro Paranaense de Pesquisa e Extensão em Ciências Sociais Aplicadas**. Cascavel 22 a 24 junho 2009.

CORREA, Rosilda Oliveira; LOPES, Janete Leige. Mercado de trabalho informal: um comparativo entre Brasil e Paraná numa trajetória de “10” anos. **IV Encontro de Produção Científica e Tecnológica**. Cascavel 20 a 23 de outubro de 2009.

CURI, Andréa Zaitune. FILHO, Naércio Aquino Menezes. O mercado de trabalho brasileiro é segmentado? Alterações no perfil da informalidade e nos diferenciais de salários nas décadas de 1980 e 1990. **Estud. Econ.** Vol. 36 n. 4 São Paulo Oct/Dec. 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-41612006000400008>. Acesso em: 05 jan. 2017.

DELGADO, G. O setor de subsistência na economia e na sociedade brasileira: gênese, reprodução e configuração contemporânea. In: RAMALHO, J. P.; ARROCHELAS, M. H. (orgs.). **Desenvolvimento, subsistência e trabalho informal no Brasil**. São Paulo. Cortez, 2004.

DEMO, P. **Metodologia científica em ciências sociais**. São Paulo: Atlas, 1981.

DENISON, D. R. **The climate, culture and effectiveness of work organizations: a study of organizational behavior and financial performance**. Michigan, 1982. Thesis (Doctoral) University of Michigan.

DICKENS, W. T., SAWHILL, I., TEBBS, J. **The effects of investing in early aducation on economic growth**. The Brookings Institution. Washington. April 2006.

DIEESE, Departamento Intersindical de Estatística Estudos Socioeconômicos. **O mercado de trabalho rural assalariado brasileiro**. Nº 74 outubro 2014. São Paulo. DIEESE. 2014. Disponível em: <www.dieese.org.br/estudosepesquisas/2014/estpesq74trabalhoRural.pdf>. Acesso em: 26 out. 2017.

DRUCKER, P. F. **O melhor de Peter Drucker: a sociedade**. Tradução de Edite Sciulli. São Paulo: Nobel, 2001. Título original: The essential Drucker on society.

DUARTE, Cristiano Boaventura. Dinâmica da informalidade e dos rendimentos do trabalho no Brasil nos anos 90 a 2000. **Anais... XV Encontro Nacional de Estudos Populacionais**. 2006. Disponível em: <<http://www.abep.org.br>>. Acesso em: 10 jan. 2017.

EISENBERG, Peter L. **A modernização sem mudança: a indústria açucareira em Pernambuco, 1840-1910**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977. Disponível em:

<www.revista.ufpe.br/revistaclio/index.php/revista/article/view/303/165>. Acesso em: 10 jan. 2017.

ENRIQUEZ, Eugene. **Estatuto do idoso**: lei federal nº 10.741, de 01 de outubro de 2003. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2004. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.741.htm>. Acesso em: 01 dez. 2017.

ENRIQUEZ, Eugene. Perda do trabalho, perda da identidade. In. NABUCO, Maria Regina; CARVALHO NETO, Antônio Moreira de (Orgs.). **Relações de trabalho contemporâneas**. Belo Horizonte: Instituto de Relações do Trabalho - IRT/PUC-Minas, 1999. p. 70. Disponível em: <www.nicholasgimenes.com.br>. Acesso em: 20 jan. 2017.

FARIA, Emerson O. **O trabalho informal à luz do desenvolvimento social e econômico no Brasil**. 2012. 130 f. Dissertação (Mestrado em Direito) – Marília: UNIMAR. 2012. Disponível em: <<http://www.unimar.br/pos/trabalhos/arquivos/F59E889EDD6DE4C7A5DF48877879FAC2.pdf>>. Acesso em: 15 jun. 2016.

FERNANDES, R. Mercado de Trabalho não-regulamentado: participação relativa e diferenciais de salários. **Pesquisa e Planejamento Econômico**, Rio de Janeiro, v. 26, n. 3, 1996. Disponível em: <http://goo.g1/CjFyf2>. Acesso em: 15 jan. 2018.

FERREIRA, F. **Os determinantes da desigualdade de renda no Brasil**: luta de classes ou heterogeneidade educacional? Rio de Janeiro: PUC-Rio, fev. 2000 (Texto para Discussão, 415). Disponível em: <www.econ.puc-rio.br/biblioteca.php/trabalhos/download/450>. Acesso em: 30 out. 2017.

FERREIRA, S.; VELOSO, F. Intergenerational mobility of wages in Brazil. **Brazilian Review of Econometrics**, v. 26, p. 181-211, 2006. Disponível em: <www.scielo.br/scielo.php?script=sci_nlinks&ref=000270&pid=S0103>. Acesso em: 25 jul. 2017.

FOGAÇA, Marília de Oliveira. **Características da análise descritiva em estudos sobre empreendedorismo**.: 8ª Mostra Acadêmica de 26 a 28 de outubro de 2010. Piracicaba, Unimep. Disponível em: <<http://www.unimep.br/phpg/mostraacademica/anais/8mostra/1/221.pdf>>. Acesso em: 17 jan. 2017.

FREITAS, Ana. Como a falta de saneamento básico no Brasil reflete e acentua a desigualdade. **Jornal Nexo Ltda. Expresso**. 31 Maio 2016 Disponível em: <<https://www.nexojornal.com.br/expresso/2016/05/31/Como-a-falta-de-saneamento-b%C3%A1sico-no-Brasil-reflete-e-acentua-a-desigualdade-social>>. Acesso em: 13 jul. 2017.

GASSEN, Valcir. D'ARAUJO, Pedro Julio Sales. PAULINO, Sandra Regina da F. Tributação sobre o consumo: o esforço em onerar mais quem ganha menos. **Sequência**. Florianópolis, n. 66, p. 213-234, jul. 2013. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.5007/2177-7055.2013v34n66p213>>. Acesso em: 01 maio 2017.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002.

GOMES, Maria de Fátima Cabral Marques. CARDOSO, Isabel Cristina da Costa. Favela, trabalho e cidade – novos elementos para a configuração dessa relação. **XI**

Coloquio Internacional de Geocrítica. La planificación territorial y el urbanismo desde el diálogo y la participación. 2/7 maio 2010. Universidad de Buenos Aires. Disponível em: <www.filo.uba.ar/contenidos/investigacion/institutos/geo_bkp/.../147>. Acesso em: 15 fev. 2017.

GONÇALVES, Ana Laura Lima; et al. Quais dificuldades as pessoas na terceira idade encontram para se manterem atuantes no mercado de trabalho? **Anais...** VI Mostra Científica do Cesuca, Porto Alegre, v.1, n. 6, p. 159-172, 2012. Disponível em: <<http://ojs.cesuca.edu.br/index.php/mostrac/article/view/147/pdf>>. Acesso em: 08 dez. 2017.

GREENE, W. **Econometric analysis**. 3. ed. New Jersey: Prentice Hall, 2003.

GRILICHES, Z. Hybrid corn and the economics of innovation. **Science**, v.132, n.3, p.275-280, July 1960.

GRILICHES, Z. Hybrid corn: an exploration in the economics of technological change. **Econometrica**, v.25, n.4, p.501-522, Oct. 1957.

GUIMARÃES, Dilva. Bacharel em Biblioteconomia. 2016. Disponível em: <<https://www.significados.com.br/sobre>>. Acesso em: 10 nov. 2016.

GUIMARÃES, Henrique. **Mercado de trabalho, escolaridade e renda no Brasil – 1988 a 1996**. 2010. Disponível em: <www.fundaj.gov.br/geral/educacao_foco/mercado%20de%20trabalho.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2017.

GUPTA, S.; DAVOODI, H.; ALONSO-TERME, R. Does corruption affect income inequality and poverty? **Economics of Governance, Springer**, v. 3, n. 1, p. 23–45, 2002. Disponível em: <<http://link.springer.com/article/10.1007/s101010100039>>. Acesso em 19 jun. 2017.

GUTH, Daniel. **Mobilidade, bicicleta e desigualdade social**. Mobilidade urbana sustentável Brasil. Blog Folha – A Bicicleta na Cidade. Postado em: 13 de julho de 2015. Disponível em: <www.mobilize.org.br/noticias/8387/mobilidade-bicicleta-e-desigualdade-social.html>. Acesso em: 10 maio 2017.

HENRIQUES, Ricardo. Desnaturalizar a desigualdade e erradicar a pobreza no Brasil. In **Pobreza e Desigualdade no Brasil**: traçando caminhos para a inclusão social. Organizado por Marlova Jovchelovitch Noletto e Jorge Werthein – Brasília: Unesco. 2003. Disponível em: <<http://empreende.org.br/pdf>>. Acesso em: 29 nov. 2016.

HOFFMANN, Rodolfo. DUARTE, João Carlos. A distribuição da renda no Brasil. **Rev. Adm. Empres.** vol. 12 no.2 São Paulo Apr./June 1972. Disponível em: <www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-75901972000200005>. Acesso em: 03 nov. 2017.

HUME, David. **O tratado da natureza humana** 1739-1740, A Treatise of Human Nature. São Paulo: Unesp/Imprensa Oficial; 2000.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. IBGE. **PNAD Pesquisa nacional por amostra de domicílios**: síntese de indicadores 2015. IBGE,

Coordenação de Trabalho e Rendimento. - Rio de Janeiro: IBGE, 2016. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv98887.pdf>>. Acesso em: 18 out. 2017.

IVO, Anete B.L. O Paradigma do Desenvolvimento: do mito fundador ao novo desenvolvimento. **Caderno CRH**, Salvador, v.25, n. 65, p.187-210, Maio/Ago. 2012.

JACINTO, Paulo de Andrade. TEJADA, César Augusto Oviedo. Desigualdade de renda e crescimento econômico nos municípios da região nordeste do Brasil: o que os dados têm a dizer? **Revista Econômica do Nordeste**. 40 anos. Vol. 40, nº 01, p. 61-79. Jan/Março. 2009. Disponível em: <https://www.bnb.gov.br/projwebren/Exec/artigoRenPDF.aspx?cd_artigo_ren=1115>. Acesso em: 15 out. 2016.

JAKOBSEN, Kjeld et al. **Mapa do trabalho informal**: perfil socioeconômico dos trabalhadores informais na cidade de São Paulo. 2000. Disponível em <<http://www.fpabramo.org.br>>. Acesso em: 05 jan. 2017.

JAREÑO, Bruno José. O mercado de trabalho e o mercado de recursos humanos em Uberlândia. **Anais...** XII Seminário de Iniciação Científica. 2008, Uberlândia. Disponível em: <<http://www.ic-ufu.org/anaisufu2008/PdF/IC2008-0163.pdf>>. Acesso em: 06 jan. 2017.

JORGENSON, D. W., STIROT, K. J. "Raising the speed limit: U. S. Economics Growth in the Information Age". **Brookings Papers on Economic Activity**, n. 1: p. 125-235, 2000.

KUHN, Sérgio Luiz. A Informalidade nas Relações de Trabalho na Construção Civil no Município de Cascavel-PR. **V Encontro Paranaense de Pesquisa e Extensão em Ciências Sociais Aplicadas**. Cascavel 22 a 24 junho 2009. Disponível em: <www.unioeste.br/campi/cascavel/ccsa/VIIISeminario/.../ECONOMIA/ARTIGO_91.pdf>. Acesso em: 27 jan. 2017.

KUZNETS, Simon. **Economic growth and income inequality**. The American Economic Review, Vol. 45, No. 1 (Mar., 1955), pp. 1-28.

LEÃO, I. Z. C; TONINI, A. M.; MAIA, D. M. Pobreza, desigualdade e mobilidade social no Brasil e na América Latina. Trabalho publicado nos anais do **II Simpósio Estadual Lutas Sociais na América Latina**, da Universidade Estadual de Londrina (UEL), 2006. Disponível em: <<http://www.uel.br/grupopesquisa/gepal/segundo-simposio/denisemariamaiagorzanonicarneiroleaoadrianamaria.pdf>>. Acesso em: 05 set. 2015.

LEONÍDIO, Adalmir. **Violência e desigualdade**: reflexões sobre o problema da violência rural no Brasil contemporâneo. 2012. Disponível em: <<https://rccs.revues.org/4943>>. Acesso em: 19 out. 2016.

LOPES, Janete Leige; BASTOS, Luciana Aparecida; SILVA, Rodrigo Monteiro da. **O círculo vicioso da pobreza sob a perspectiva do trabalho infanto-juvenil**: análise e aplicação de um modelo Próbit para o Brasil. 2015. Disponível em: <<http://www.coreconpr.org.br/wp-content/uploads/2015/10/b3.pdf>>. Acesso em: 22 dez. 2016.

LOPES, Janete Leige; PONTILI, Rosangela Mari; COSTA, Francielly Aparecida. Trabalhador agrícola em condições de pobreza e indigência: estimativa de um modelo Probit para a região sul do Brasil. **Textos de Economia**, Florianópolis, v.15, n.2, p.85-110, jul./dez.2012. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/economia/article/view/2175-8085.2012v15n2p85/25978>>. Acesso em: 25 jan. 2017.

LUCAS, R. E. On the mechanics of economic development. **Journal of Monetary Economics**, 22, p. 3-42, 1988.

LÚCIO, Charlyson Willian Freitas. **Desigualdade social**. contexto histórico. 2011. Disponível em: <<http://desigualdade-social.info/contexto-historico.html>>. Acesso em: 23 set. 2016.

MACHADO, Ana Flávia; Ribas, PEREZ, Rafael. Onde estão os empregos que tiram as pessoas da pobreza no Brasil? **Centro Internacional da Pobreza**. Julho, 2008 Número 61. Disponível em: <<http://www.ipc-undp.org/pub/port/IPCOnePager61.pdf>>. Acesso em: 30 nov. 2017.

MARSHAL. A. **Princípios de economia**. Tradução Luiz João Baraúna. São Paulo: Nova Cultural, 1988.

MARTINS, G. de A.; DONAIRE, D. **Princípios de estatística**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1988.

MARX, Karl. **O capital**. VOLUME I e II. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

MARX, Karl. **O capital**: crítica da economia política. Trad. de Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. 3. ed. vol. 1. São Paulo: Nova Cultural, 1988.

MATSUO, Myrian. **Trabalho informal e desemprego**: desigualdades sociais. 2009. 384 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade de São Paulo. Faculdade Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Departamento de Sociologia. Disponível em: <www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8132/tde-05032010.../myrian_matsuo.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2016.

MAYER, Fernanda Gimenes. RODRIGUES, Waldemar. A influência do Capital Humano Sobre o Desenvolvimento Econômico: um olhar sobre a educação. **Revista de Administração do UNISAL**, v. 3, n. 3, p. 1-16, Jan/Abr 2013. Disponível em: <<http://www.revista.unisal.br/sj/index.php/RevAdministracao/article/view/222>>. Acesso em: 22 jan. 2018.

MEIRELES, Selma. Informalidade nas relações de trabalho: uma expressão imediata da Flexibilização dos modos de produção. **III Simpósio Mineiro de Assistentes Sociais**. 7/9 jun. 2013. Belo Horizonte. Disponível em: <<http://www.cress-mg.org.br/arquivos/simposio.pdf>>. Acesso em: 31 jan. 2017.

MELLO, Rafael F.; SANTOS, Daniel. Aceleração educacional e queda recente da informalidade. In: **Anais... ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA**, 37, 2009, Foz do Iguaçu, Paraná. 2009. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/4066/1/bmt39_04_NT3Rafael_Daniel.pdf>. Acesso em: 25 out. 2017.

MELO, Dener Jesus Freitas. Educação e Informalidade: A escolaridade dos mototaxistas como fator decisivo para a sua condição de trabalho. *Sociologias Plurais. Revista Discente do Programa de Pós-graduação em Sociologia da UFPR*. Campus Reitoria, Curitiba, v. 1, n. 2, ago. 2013. Semestral. Disponível em: <olivadc.wixsite.com/sociologiasplurais/v1n2>. Acesso em: 23 jun. 2017.

MENEZES-FILHO, N.; MENDES, M.; ALMEIDA, E. S. O diferencial de salários formal-informal: segmentação ou viés de seleção? *Revista Brasileira de Economia*, v. 58, n. 2, 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-71402004000200005>. Acesso em: 30 jul. 2017.

MINCER, J. 1958. Investment in human Capital and personal income distribution. *The Journal of Political Economy*, 66(4): 281-302.

MINCER, J.A. **Schooling, experience, and earnings**. New York: Columbia University Press, 1974.

MOTIN, Benilde Maria Lenzi. Mudanças no trabalho e no mercado de trabalho: trabalhadores do ramo de telecomunicações no Brasil. *Script Nova. Revista Electronica de Geografia y Ciências Sociales*. Vol. VI, n. 119, 2002. Disponível em: <<http://www.ub.edu/geocrit/sn/sn119-75.htm>>. Acesso em: 21 fev. 2016.

MURNAME, R. J., WILLETT, J. B. and LEVY, F. The growing importance of cognitive skill in wage determination. *Review of Economics and Statistics*, v.77 (2), p.251-66, May. 1995.

MYRDAL, Gunnar. **Aspectos políticos da teoria econômica**. 2. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1997.

NAKABASHI, Luciano. FIQUEIREDO LÍZIA DE. **Capital humano e crescimento: impactos diretos e indiretos**. CEDEPLAR/FACE/UFMG. Belo Horizonte, 2005. Disponível em: <<http://www.anpec.org.br/encontro2005/artigos/A05A059.pdf>>. Acesso em: 16 jun. 2017.

NASCIMENTO, Alais Borges. **Crescimento econômico e desigualdade de renda: o Brasil a partir de 1964**. 2015. 58 f. Monografia apresentada ao Departamento de Economia da Universidade de Brasília – UnB. Faculdade de Administração, Contabilidade e Economia. Disponível em: <http://bdm.unb.br/bitstream/10483/11778/1/2015_AlaisBorgesNascimento.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2017.

NASCIMENTO, Sara Diniz. Precarização do trabalho feminino: a realidade das mulheres no mundo do trabalho, **Anais...** III Simpósio Gênero e Políticas Públicas, Universidade Estadual de Londrina, 27 a 29 de maio de 2014 GT1 – Juventudes, Trabalho e Gênero no Contexto da Reestruturação Produtiva Coord. Angela Maria de Sousa Lima e Angélica Lyra de Araújo. Disponível em: <http://www.uel.br/eventos/gpp/pages/arquivos/GT1_Sara%20Diniz%20Nascimento.pdf>. Acesso em: 11 set. 2017.

NERI, Marcelo. Informalidade. **Ensaio Econômico**. Nº 635 Dezembro 2006. Escola de Pós Graduação em Economia. Fundação Getúlio Vargas. Disponível em: <<https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/550/2170.pdf>>. Acesso em: 20 ago. 2017.

NEY, Marlon Gomes; CARVALHO, Ailton Mota de; SOUZA, Paulo Marcelo. Desigualdade entre ricos e pobres no acesso à educação no Brasil rural e urbano. **Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural**. 20 a 23 jul 2008. Rio Branco – Acre. Disponível em: <<http://sober.org.br/palestra/9/416.pdf>>. Acesso em: 15 nov. 2016.

OLIVEIRA, Oderlene Vieira; FORTE, Sérgio Henrique Arruda Cavalcante. Microempreendedor individual: fatores da informalidade. **Connexio**. Revista Científica da Escola de Gestão e Negócios USP Potiguar. 2014. Disponível em: <<https://repositorio.unp.br/index.php/connexio/article/view/800>>. Acesso em: 31 jul. 2017.

OLIVEIRA, Romualdo Portela de. ARAUJO, Gilda Cardoso de. Qualidade do ensino: uma nova dimensão da luta pelo direito à educação. **Revista Brasileira de Educação**. Jan /Fev /Mar /Abr 2005 No 28. Disponível em: <www.scielo.br/pdf/rbedu/n28/a02n28.pdf>. Acesso em: 11 maio 2017.

OLIVEIRA, Sidinei Rocha; PICCININI, Valmiria Carolina. Mercado de trabalho: múltiplos (des) entendimentos. **Revista de Administração Pública RAP**. Rio de Janeiro, p.1517-1538, set/out. 2011.

PASCHOAL, Sergio Marcio Pacheco. Epidemiologia do envelhecimento e sofrimento. In. PAPELEO NETTO; Matheus (Org.). **Gerontologia: a velhice e o envelhecimento em visão globalizada**. São Paulo: Atheneu, 1999.

PENA, Rodolfo F. Alves. **Desigualdade social**. 2016. Disponível em: <<http://alunosonline.uol.com.br/sociologia/desigualdade-social.html>>. Acesso em: 23 set. 2016.

PEREIRA, Mirian Tomiato; LOPES, Janete Leige. A importância do capital humano para o crescimento econômico. **Anais... IX EPCT Encontro de Produção Científica e Tecnológica Campo Mourão**, 27 a 31 de outubro de 2014. Disponível em: <www.fecilcam.br/nupem/anais_ix_epct/PDF/TRABALHOS-COMPLETO/.../04.pdf>. Acesso em: 03 set. 2017.

PESSÔA. Leonel Cesarino. Redução da desigualdade, política tributária e a constituição. **Revista Brasileira de Direito Constitucional – RBDC** n. 18 – jul./dez. 2011. Disponível em: <<http://www.esdc.com.br/RBDC/RBDC-18/RBDC-18-007-INDICE.htm>>. Acesso em: 01 maio 2017.

POCHMANN, M. Mercado geral de trabalho: o que há de novo no Brasil? **Parcerias Estratégicas**, Vol. 11, No 22 (2006). Disponível em: <http://seer.cgee.org.br/index.php/parcerias_estrategicas/article/view/284>. Acesso em: 07 jan. 2017.

POCHMANN, M. **O trabalho sob fogo cruzado**. São Paulo: Hucitec, 1999.

PRADO JUNIOR, C. **Formação do Brasil contemporâneo**. São Paulo: Brasiliense, 2004. Disponível em: <www.ipea.gov.br/code2011/chamada2011/pdf/area6/area6-artigo3.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2017.

QUITES, Tatiana Papa Pimenta. **Conversa sobre a desigualdade social no Brasil** 2016. Disponível em: <www.arcos.org.br/download.php?codigoArquivo=632>. Acesso em: 24 abr. 2017.

RAMALHO, J.P. & Arrochellas, M.H.(org) **Desenvolvimento, subsistência e trabalho informal no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2004. Disponível em: <www.iicabr.iica.org.br/wp-content/uploads/2014/03/DRS-16.pdf>. Acesso em: 05 fev. 2017.

RELATÓRIO DE DESENVOLVIMENTO HUMANO 2010. **A verdadeira riqueza das nações**: vias para o desenvolvimento humano. 1 UN Plaza, New York, NY 10017, USA. Disponível em: <[file:///C:/Users/Downloads/undp-br-PNUD_HDR_x2010%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/Downloads/undp-br-PNUD_HDR_x2010%20(1).pdf)>. Acesso em: 20 set. 2016.

RELATÓRIO DE DESENVOLVIMENTO HUMANO 2015. **O trabalho como motor do desenvolvimento humano**. PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento 1 UN Plaza, New York, NY 10017, USA. Disponível em: <http://hdr.undp.org/sites/default/files/hdr_2015_report_pt.pdf>. Acesso em: 20 set. 2016.

RIBEIRO, Marcelo Gomes. Desigualdades de renda: a escolaridade em questão. **Educ. Soc**, [online]. 2017, vol.38, n.138, pp.169-188. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-73302016005005101&script=sci_abstract&tlng=pt>. Acesso em: 27 out. 2017.

ROMER, P.M. Increasing returns and long run growth. **Journal of Political Economy**, v.94, n.5, p.1002-1037, 1986.

ROSA, Thiago Alves; CLEPS, Geisa Daise Gumiero. A relação rural/urbano e o comércio informal: o caso de uberlândia (mg) **Anais... XXI Encontro Nacional de Geografia Agrária**. Uberlândia-MG, 15 a 19 de outubro de 2012 Universidade Federal de Uberlândia. Disponível em: <http://www.lagea.ig.ufu.br/xx1enga/anais_enga_2012/eixos/1507_1.pdf>. Acesso em: 26 out. 2017.

SABÓIA, João. **Salário mínimo no Brasil** - a experiência brasileira. Porto: L&PM. Disponível em: <ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/livros/Cap32.pdf>. Acesso em: 10 set. 2017.

SABOIA, João; SABOIA, Ana Lucia. Caracterização do Setor Informal a partir dos Dados do Censo Demográfico do Brasil de 2000. In: **Política geral de emprego: necessidades, opções, prioridades**. Brasília. Trabalho Decente. Brasília: OIT, 2004. v. 1. Rio de Janeiro, Junho de 2004. Disponível em: <<http://www.redcelsofurtado.edu.mx/archivosPDF/saboia2.pdf>>. Acesso em: 10 set. 2017.

SAMPAIO, Gabriela Thomazinho Clementino; OLIVEIRA, Romualdo Portela de. Dimensões da desigualdade educacional no Brasil. **RBPAE** - v. 31, n. 3, p. 511 - 530 set./dez. 2015. Disponível em: <seer.ufrgs.br/index.php/rbpaee/article/download/60121/37016>. Acesso em: 01 maio 2017.

SAMPAIO, Yony. JÚNIOR, Luiz Honorato da Silva. Notas Sobre Pobreza e Educação no Brasil. **Revista Problemas del Desarrollo**, 163 (41), outubro-

diciembre 2010. Disponível em: <http://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0301-70362010000400005>. Acesso em: 15 jun. 2017.

SANDRONI, P. (Org). **Novo dicionário de economia**. 4. ed. São Paulo: Best Seller, 1994. Disponível em: <<http://sinus.org.br/2014/wp-content/uploads/2013/11/FMI.BMNov%C3%ADssimo-Dicion%C3%A1rio-de-Economia.pdf>>. Acesso em: 05 set. 2017.

SANTOS, Elaine Soares; CAMILLO. Vladimir Sipriano. **Capital humano e renda do trabalho no Brasil: uma investigação empírica**. In: IX Ciclo de debates em economia industrial, trabalho e tecnologia EITT, São Paulo, v.01 p. 01-24, 2011. Disponível em: <http://www.pucsp.br/sites/default/.../ix_ciclo2011_artigo_elaine_soares_vladimir_camilo.pdf>. Acesso em: 03 nov. 2017.

SANTOS, Manoel José dos. A superação da informalidade rural. 2000. **Mercado de Trabalho 22 conjuntura e análise**. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/4908/6/mt_014_6supera%C3%A7%C3%A3o.pdf>. Acesso em: 27 out. 2017.

SANTOS, Sônia Beatriz dos. Famílias negras, desigualdades, saúde e saneamento básico no Brasil. 2013. Temas Livres Tempus - Actas de Saúde Coletiva. **Revista Tempus Actas Saúde Col** // 41. Disponível em: <<http://www.tempusactas.unb.br/index.php/tempus/article/view/1342>>. Acesso em: 13 jun. 2017.

SANTOS, Wesley Oliveira, et al. A teoria do U invertido: um teste da hipótese de Kuznets para a relação entre crescimento econômico e desigualdade de renda no Brasil (1976-2007). **Revista de Economia**, v. 37, n. 2 (ano 35), p. 7-28, maio/ago. 2011. Editora UFPR. Disponível em: <revistas.ufpr.br/economia/article/download/27235/31685>. Acesso em: 25 maio 2017.

SCHULTZ, T. W. **O capital humano: investimentos em educação e pesquisa**. Tradução de Marco Aurélio de Moura Matos. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.

SCHULTZ, T. W. **O valor econômico da educação**. Trad. de P.S. Werneck. Rev. Técnica de C.A. Pajuaba. Rio de Janeiro: Zahar, 1964.

SEGNINI, L. R. P. Educação e Trabalho: uma relação tão necessária quanto insuficiente. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 14, p. 72-81, 2000. Disponível em: <www.scielo.br/pdf/spp/v14n2/9791.pdf>. Acesso em: 20 set. 2017.

SILVA, Abinoã Cunha; BANDEIRA, Ellen Suenne Ferreira. Pobreza no Brasil: aspectos conceituais e o processo de construção histórica. **V Jornada Internacional de Políticas Públicas**. 23 a 26 ago 2011. Disponível em: <www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2011/CdVjornada/JORNADA.2011>. Acesso em: 22 nov. 2017.

SILVA, Edna Lúcia; MENEZES, Estera Muszkat. **Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação**. Florianópolis: UFSC, 2005. 138p. Disponível em: <https://projetos.inf.ufsc.br/arquivos/Metodologia_de_pesquisa_e_elaboracao_de_teses_e_dissertacoes_4ed.pdf>. Acesso em: 15 dez. 2016.

SILVA, Itamar. Desigualdade Social. **Mundo Educação**. 30 jun 2016. Disponível em: <<https://www.linkedin.com/pulse/desigualdade-social-itamar-silva>>. Acesso em: 20 set. 2016.

SIMPLICIO, Gabriela Barbosa. **Corrupção: retrocesso no desenvolvimento socioeconômico**. São Paulo. 2013. Disponível em: <<http://www.econoteen.fea.usp.br>>. Acesso em: 18 maio 2017.

SIMPSON, Mariana Dias; MENEZES, Francisco. **Serviços públicos para redução da pobreza e da desigualdade**. O ataque às políticas sociais. Disponível em: <<http://www.mobilizadores.org.br/wp-content/uploads/2015/03/Servi%C3%A7os-p%C3%ABlicos-para-redu%C3%A7%C3%A3o-da-pobreza-e-da-desigualdade.pdf>>. Acesso em: 10 maio 2017.

SIQUEIRA, Natália Leão. **Desigualdade social e acesso à saúde no Brasil**. Juiz de Fora 2011. Monografia apresentada ao Departamento de Ciências Sociais do Instituto de Ciências Humanas da Universidade Federal de Juiz de Fora. Disponível em: <<http://www.ufjf.br/graduacaocienciassociais/files/2010/11>>. Acesso em 22 maio 2017.

SMITH, Adam. **A riqueza das nações: investigação sobre sua natureza e suas causas**. Trad. Luiz João Baraúna. São Paulo: Nova Cultural, 1988. Vol. I e II.

SODRÉ, Flavius Raymundo Arruda. **Os impactos da corrupção no desenvolvimento humano, desigualdade de renda e pobreza dos municípios brasileiros**. 2014. 61 f. Dissertação (Mestrado em Economia) - Universidade Federal de Pernambuco Centro de Ciências Sociais Aplicadas Departamento de Economia. 2014. Disponível em: <<http://repositorio.ufpe.br/bitstream/handle/123456789/12549>>. Acesso em: 02 maio 2017.

SOLOW, R.M. A contribution to the theory of economic growth. **Quarterly Journal of Economics**, v.70, p.65-94, 1957.

SOLOW, R.M. Technical change and the aggregate production function. **Review of Economic and Statistics**, v.39, n.1, p. 312-320, 1957.

SOUZA, Edicléia Lopes da Cruz; BIDARRA, Zelimar Soares. STADUTO, Jefferson A. Raimundo. A relação entre trabalho na infância e inserção do trabalhador adulto na informalidade. **Revista da ABET**. Volume 11 – nº 1. Ano 2012. Disponível em: <https://www.researchgate.net/profile/Jefferson_Staduto/publication/318969798>. Acesso em: 04 dez. 2017.

SOUZA, J. Educação e qualificação profissional como determinantes de inserção no mercado de trabalho brasileiro. **Anais... Encontro Regional de Economia Anpec Sul, XI, 2008, Curitiba**. Curitiba: Econometria, Economia Matemática e Modelagem Quantitativa, 2008. Disponível em: <www.economiaetecnologia.ufpr.br> . Acesso em: 21 jun. 2017.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **ABC do desenvolvimento urbano**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003. Disponível em: <www.fecilcam.br/revista/index.php/geomae/article/view/295/203>. Acesso em: 30 nov. 2016.

SOUZA, Pedro Herculano Guimarães Ferreira. **A desigualdade vista do topo: a concentração de renda entre os ricos no Brasil, 1926-2013**. 2016. 378 f. (Doutorado em Sociologia) - Universidade De Brasília Instituto de Ciências Sociais Departamento de Sociologia. 2016. Disponível em: <repositorio.unb.br/bitstream//1/2016_PedroHerculanoGuimarõesFerreiradeSouza.pdf>. Acesso em: 02 out. 2016.

SOUZA, Zilda Alves de; CALDERALLI, Carlos Eduardo. **Capital humano, educação e desenvolvimento econômico: elementos de uma discussão necessária**. 2000. 1º Seminário Internacional Campo, Educação e Diversidade. Disponível em: <<http://www.ufgd.edu.br/fch/ciencias-sociais-pronera/publicacoes-do-curso/capital-humano-educacao-e-desenvolvimento-economico-elementos-de-uma-discussao-necessaria/view>>. Acesso em: 02 out. 2016

SPRANDEL, Marcia Anita A Pobreza no Paraíso Tropical : interpretações e discursos sobre o Brasil / Marcia Anita Sprandel. – Rio de Janeiro : **Relume Dumará**: Núcleo de Antropologia da Política/UFRJ, 2004 . – (Coleção Antropologia da política; 27). Disponível em: <nuap.etc.br/content/uploads/2013/06/a_pobreza_no_paraiso_tropical.pdf>. Acesso em: 24 jun. 2017.

TANNURI-PIANTO, M. E.; PIANTO, D. **Informal employment in Brazil: a choice at the top and segmentation at the bottom – a quantile regression approach**. [S.l.]: [s.n.], 2002. Disponível em: <<http://goo.gl/SBm9Gr>>. Acesso em: 12 dez. 2017.

TAQUES Fernando Henrique; MAZZUTTI, Caio Cícero de Toledo Piza da Costa. **Curva de Kuznets**: mensuração do impacto do crescimento econômico sobre a desigualdade de renda para os estados brasileiros (1995-2005). Disponível em: <https://ufrj.br/economia/index.php?option=com_phocadownload&view=category&download=144:kuznets-crescimento&id=17:textos-macro&Itemid=234>. Acesso em: 10 out. 2016.

TEIXEIRA, Marilane Oliveira. O desmonte da previdência social e as mulheres. plataforma político social. **Caminhos para o Desenvolvimento**. Março 4, 2017 / 4195 VIEWS. Disponível em: <<http://plataformapoliticasocial.com.br>>. Acesso em: 11 set. 2017.

TEIXEIRA, Thaís Alvim. **Desigualdade social e políticas tributárias**: considerações para O Brasil. 2016. Monografia apresentada ao Departamento de Economia da Universidade de Brasília – UnB. Brasília, 2016. Disponível em: <<http://bdm.unb.br/handle/10483/15449>> . Acesso em: 01 maio 2017.

TELLES, José Luis. Posfácio. In: JÚNIOR, Juarez Correia Barros (Org). **Empreendedorismo, trabalho e qualidade de vida na terceira idade**. São Paulo: Edicon, 2009. Disponível em: <<http://www.trabalhoevida.com.br/download/livro2.pdf>>. Acesso em: 08 dez. 2017.

TEODORO, G. As características do mercado de trabalho e as origens da informalidade no Brasil. In: RAMALHO, J. P.; ARROCHELAS, M. H. (orgs.). **Desenvolvimento, subsistência e trabalho informal no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2004.

TOITIO, R. D. O trabalho feminino frente ao domínio do capital: alguns apontamentos. **Anais...** III Simpósio Lutas Sociais na América Latina, 2008, Londrina. Disponível em: <<http://www.uel.br/grupo-pesquisa/gepal/terceiro-simposio/rafaeltoitio.pdf>>. Acesso em: 21 nov. 2017.

ULYSSEA, Gabriel. **Informalidade no mercado de trabalho brasileiro**: uma resenha da literatura. Texto para Discussão. IPEA. Rio de Janeiro, fevereiro de 2005. Pp. 1-19. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=4250>. Acesso em: 15 jan. 2016.

UNESCO. Pobreza e Desigualdade no Brasil: traçando caminhos para a inclusão social. **Anais...** Seminário Internacional Pobreza e Desigualdade no Brasil Brasília, 8-9 de maio de 2003. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001339/133974por.pdf>>. Acesso em: 20 jan. 2017.

VILELA, Elaine Meire. **Módulo didático**: desigualdade social: permanência e evolução no Brasil Currículo Básico Comum - Centro de Referência Virtual do Professor - SEE-MG / setembro 2010. Disponível em: <<http://crv.sistti.com.br>>. Acesso em: 25 set. 2016.

WAJNMAN, S. Mulheres na sociedade e no mercado de trabalho brasileiro: avanços e entraves. In: Marta Porto. (Org.). **Olhares femininos, mulheres brasileiras**. Rio de Janeiro: X Brasil, v. 4, p. 77-108, 2006.

WAJNMAN, Simone. **Envelhecimento, participação laboral feminina e desigualdade de renda no Brasil**. 2009. Disponível em: <<https://www.cepal.org/sites/default/files/events/files/wajnman.pdf>>. Acesso em: 17 out. 2017.

WLODARSKI, Regiane. CUNHA, Luiz Alexandre. Desigualdade Social e Pobreza Como Consequências do Desenvolvimento da Sociedade. **IX Simpósio Internacional Processo Civilizador**. 24 a 26 nov 2005. Ponta Grossa. Disponível em: <www.pg.utfpr.edu.br/ppgep/Ebook/cd_Simposio/artigos/workshop/art15.pdf>. Acesso em: 20 nov. 2016.

ZANG, Keiti Aline. BARRINHA, Roselaine Navarro. Teoria do Capital Humano e Gastos do Governo Federal em Educação Básica Brasil: Uma Análise Para o Período de 1995 a 2010. **II Congresso Nacional de Pesquisa em Ciências Sociais Aplicadas – II CONAPE**. Francisco Beltrão/PR, 02, 03 e 04 de outubro de 2013. Disponível em: <www.unioeste.br/eventos/conape>. Acesso em: 20 dez 2017.

